

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO REYES
MALDONADO”**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

WAGNER LUIZ FAQUINETI

**ATRAVESSAMENTO PANDÊMICO: PROCESSOS DISCURSIVOS SOBRE
INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO DO ESTADO
DE MATO GROSSO**

**Cáceres MT
2023**

WAGNER LUIZ FAQUINETI

**ATRAVESSAMENTO PANDÊMICO: PROCESSOS DISCURSIVOS SOBRE
INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO DO ESTADO
DE MATO GROSSO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, Linha de pesquisa Estudos de Processos Discursivos sob a orientação do Professor Dr. Paulo Cesar Tafarello

**Cáceres MT
2023**

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

F111a	<p>FAQUINETI, Wagner Luiz. Atravessamento Pandêmico: Processos Discursivos Sobre Investimentos em Tecnologias Digitais na Educação do Mato Grosso / Wagner Luiz Faquineti - Cáceres, 2023. 102 f.; 30 cm.</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2023. Orientador: Paulo César Tafarello Coorientador: Silvia Regina Nunes</p> <p>1. Efeito de Sentido. 2. Condições de Produção. 3. Sujeito Político. 4. Análise de Discurso. 5. Investimento em Tecnologia Digital em Educação. I. Wagner Luiz Faquineti. II. Atravessamento Pandêmico:: Processos Discursivos Sobre Investimentos em Tecnologias Digitais na Educação do Mato Grosso.</p> <p style="text-align: right;">CDU 81'42::37.091.33(817.2)</p>
-------	--

WAGNER LUIZ FAQUINETI

**ATRAVESSAMENTO PANDÊMICO: PROCESSOS DISCURSIVOS SOBRE
INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO DO
MATO GROSSO**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Cesar Tafarello
Orientador – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Silvia Regina Nunes
Coorientadora – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Olimpia Maluf Souza
Avaliadora interna – PPGL/UNEMAT

Prof.^a Dra. Fernanda Surubi Fernandes
Avaliadora externa – UEG/Iporá

APROVADA EM: 26/02/2026

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e a seu corpo docente que me acolheram, em 2012, na Graduação em Letras no *campus* universitário Professor Eugênio Carlos Stieler - Tangará da Serra e agora possibilitaram a realização do sonho do mestrado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) sediada na Cidade Universitária do Campus Universitário de Cáceres;

Estendo a minha gratidão:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Cesar Tafarello, por acreditar em meu projeto de pesquisa no momento da seleção, pelas orientações;

À minha coorientadora, Profa.^a Dra. Silvia Regina Nunes por não medir esforços e assumir o trabalho em um momento tão importante;

À Profa.^a Dra. Olimpia Maluf Souza e à Profa. Dra. Fernanda Surubi Fernandes por aceitarem ser banca do trabalho e por cada vírgula que contribuíram para essa pesquisa;

A minha orientadora da monografia, Profa. Me. Cristiane de Oliveira Miranda que, em 2014, me apresentou a teoria que possibilitou essa pesquisa e me inscreveu como analista do discurso no mundo acadêmico;

À minha família que festejou com as conquistas em especial ao meu companheiro Antonio que, inconscientemente, me conduziu a ocupar o espaço que hoje ocupo;

Ao amigo, Prof. Me. Valmir Lopes Lima, pela atenção, apoio e por ser uma das melhores referências, principalmente quando tudo parecia não fazer sentido;

Às novas amigas que fiz no programa e que pretendo levar por toda a vida, em especial à Doutoranda Simone de Sousa Naedzold, à doutoranda Simone Ribeiro, a doutoranda Débora Pereira Lucas Costa e à mestranda Inês Upp Loiola;

Ao grupo de WhatsApp “orientandos NEAD 2019/22” sempre muito acolhedor e que fez parte dos meus dias nesses dois anos;

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o bom desempenho durante esse processo de estudos.

Em política os discursos não são feitos com letra de prata, são escritos com letras de cristal e verbalizados com expressões de ouro.

Edgar Fonseca

RESUMO

A qualidade da educação brasileira e os investimentos realizados na educação são temas estabilizados que compõem quase todas as propagandas políticas partidárias em anos de eleição. O contexto provocado pela pandemia da Covid-19, por sua vez, atravessou os discursos institucionais obrigando as escolas a adaptarem suas rotinas para continuar os trabalhos diários. Para tanto, esta dissertação inscreve-se na linha de pesquisa “Estudos de Processos Discursivos” do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e ancora-se numa reflexão acerca de enunciados que dão visibilidade a investimentos em tecnologia digitais na educação durante a pandemia de covid-19, ao qual, nos proporcionou experiências sociais como o distanciamento, o ensino remoto, o ensino híbrido. Por meio da pesquisa e com base na teoria, analisamos, em enunciados publicados nas páginas oficiais do Governo do estado de Mato Grosso, os Efeitos de Sentido, os processos de reformulação, as rupturas, as falhas e os silenciamentos presentes nesses discursos. Para tanto, tomamos como base os estudos linguísticos da Análise de Discursos de orientação francesa, considerando, sobretudo, os autores: Michel Pêcheux e Eni Orlandi. A pesquisa teve cunho qualitativo e caminhou pela definição das bases da pesquisa; reformulação do projeto; revisão bibliográfica; e a seleção/recorte e análise do *corpus* discursivo. Estruturalmente, além dos elementos pré e pós-textuais, da introdução e considerações finais, este trabalho organiza-se em mais três capítulos: o primeiro resgata trechos da história das tecnologias digitais na educação nacional e faz um resumo cronológico dos principais textos oficiais publicados com a finalidade de organizar as ações da sociedade no contexto da pandemia, o segundo é uma breve revisão dos conceitos da Análise de Discurso que foram utilizados nas análises e o último trata da análise do *corpus* discursivo que possibilitou-nos responder a questão problema mobilizada pela pesquisa; quais efeitos de sentido são provocados pelo discurso institucional do Governo do Estado de Mato Grosso¹ quando se refere a investimento em tecnologias digitais para a educação estadual no contexto da pandemia de covid-19? Com isso analisamos os recursos linguísticos empregados na materialidade dos discursos do *corpus*, refletindo sobre os Efeitos de Sentido, Acontecimento discursivo, Memória Discursiva, as Condições de Produção, o conceito de Sujeito e Ideologia, e as falhas que movimentam os sentidos para a construção de outros significados.

Palavras-chave: Efeito de Sentido; Condições de Produção; Sujeito Político; Análise de Discurso; Investimento em tecnologia Digital em educação.

¹ Adotamos a expressão *Governo do Estado de Mato Grosso* para nos referir a todos os sujeitos ocupantes de cargo político no governo do estado, inscritos em posições sujeito que lhes permitem discursar da posição político-social que ocupam e que, nos recortes das notícias analisadas, representam, em especial, a Secretaria de Estado e Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT).

ABSTRACT

The quality of Brazilian education and the investments made in education are established themes that make up almost all-party political advertisements in election years. The context caused by the Covid-19 pandemic, in turn, crossed institutional discourses, forcing schools to adapt their routines to continue their daily work. This dissertation is part of the line of research “Studies of Discursive Processes” of the Graduate Program in Linguistics at the Mato Grosso State of University (UNEMAT) and is anchored in a reflection on statements that give visibility to investments in digital technology in education during the covid-19 pandemic, to which, I provide social experiences such as distancing, remote teaching, hybrid teaching. Through research and based on theory, we analyze, in statements published on the official pages the Mato Grosso state of Government, the Effects of Sense, the reformulation processes, the ruptures, the failures and the silencing present in these speeches. To do so, we take as a basis the linguistic studies of French Discourse Analysis, considering, above all, the authors: Michel Pêcheux and Eni Orlandi. The research had a qualitative nature and went through the definition of the bases of the research; project reformulation; literature review; and the selection/cutting and analysis of the discursive corpus. Structurally, in addition to the pre and post textual elements, the introduction and final considerations, this work is organized into three more chapters: the first rescues excerpts from the history of digital technologies in national education and makes a chronological summary of the main official texts published with the purpose of organizing society's actions in the context of the pandemic, the second is a brief review of the concepts of Discourse Analysis that were used in the analyzes and the last deals with the analysis of the discursive corpus that allowed us to answer the problem question mobilized by the research; what effects of meaning are caused by the institutional discourse of the Government of the State of Mato Grosso² when referring to investment in digital technologies for state education in the context of the covid-19 pandemic? With that, we analyze the linguistic resources used in the materiality of the chosen corpus discourses, reflecting on the Effects of Meaning, Discursive Event, Discursive Memory, Production Conditions, the concept of Subject and Ideology, and the failures that move the senses to the construction of other meanings.

Key words: Meaning off Effect; Production Conditions; Political Subject; Discourse Analysis; Investment in digital technology in education.

² We adopted the expression the of State Mato Grosso of Government to refer to all subjects occupying political positions in the state government, enrolled in subject positions that allow them to speak about the political and social position they occupy and which, in the clippings of the analyzed news, represent, in particular, the Secretariat of State and Education of Mato Grosso (SEDUC-MT).

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAD – Análise automática de discurso
AD – Análise de discurso
CNE - Conselho Nacional de Educação
COE-nCoV - Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública
DOE – Diário Oficial do Estado
EAD - Ensino a Distância
EDUCOM – Educação Comunicativa
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ERE – Ensino Remoto Emergencial
ESPIN - Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
FD – Formação Discursiva
FI – Formação Imaginária
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDEB – Índices de desenvolvimento da educação básicas
LDB – Lei de diretrizes de Bases
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MT – Mato Grosso
NASA – *National Aeronautics and Space Administration*
OMS – Organização Mundial da Saúde
PNI – Política Nacional de Informática
PPGL – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística
ProInfo - O Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PRONINFE - Programa Nacional de Informática na Educação
PROUCA - Programa Um Computador por Aluno
SEDUC – Secretaria de estado de educação
SEI - Secretaria Especial de Informática
SES-MT - Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso
STF - Supremo Tribunal Federal
TDIC - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TRE - Tribunal Regional Eleitoral
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso
UTIs – Unidades de Terapia Intensivas

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 Decretos federais de criação da SEI - Secretaria Especial de Informática.....	17
Fluxograma 2 - Documento oficiais sobre a criação e reestruturação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo	19
Fluxograma 3- Lei para a aquisição de computadores para os professores da rede estadual...	22
Fluxograma 4 - Primeiros documentos orientativos de como proceder diante da pandemia causada pelo SARS-COV-2	28
Fluxograma 5 – MP nº934 e Lei 1.040/20.....	29
Fluxograma 6 - Documentos orientativos de como proceder para retorno de atividades presenciais e não presenciais	30
Fluxograma 7 – Notas técnicas com orientações para o retorno das aulas.....	32
Fluxograma 8 - Decretos emitidos pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC - MT) sobre como proceder diante da pandemia causada pelo SARS-COV-2.....	33
Fluxograma 9- Como proceder diante da pandemia causada pelo SARS-COV-2.....	34
Fluxograma 10- Como proceder diante da pandemia causada pelo SARS-COV-2.....	35
Fluxograma 11 - Decretos emitidos pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC - MT) sobre como proceder diante da pandemia causada pelo SARS-COV-2.....	36
Fluxograma 12 - Portarias emitidas pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC - MT) sobre reorganização do Calendário Escolar de 2020/2021.....	37
Fluxograma 13 - Portarias emitidas pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC - MT) sobre Jornada de trabalho.	38
Fluxograma 14 - Portarias emitidas pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC - MT) sobre diretrizes de organização e assiduidade dos servidores públicos.....	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I	16
O NEGACIONISMO, A INCERTEZA E A LEGISLAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO REMOTA: EFEITOS CAUSADOS PELA PANDEMIA	16
1.1 – A história das tecnologias digitais: entre a inoperância das leis e o atropelo pela/da pandemia da Covid-19.....	16
1.2 Políticas públicas para o enfrentamento da Covid 19, no Brasil.....	25
1.3 Efeitos da legislação federal sobre o Estado de Mato Grosso:.....	31
CAPÍTULO II	42
A ANÁLISE DE DISCURSO ENQUANTO DISPOSITIVO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE ANÁLISE.....	42
2.1 – Discursos em circulação: anúncio publicitário, propaganda e notícia.....	43
2.2 - Conceitos em Análise de Discurso: dispositivos teóricos mobilizados na análise	45
CAPÍTULO III	57
POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DIGITAL: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DO GOVERNO ESTADUAL DE MATO GROSSO.....	57
3.1 - Notícia 05/03/2021- “Governo de MT vai investir R\$ 7 milhões na ampliação de serviços de internet nas escolas da rede estadual”.....	58
3.2 - Notícia 23/03/2021- “Governo de MT vai comprar computadores e pagar internet para 15,8 mil professores”.....	63
3.3 - Notícia 23/03/2021- “Professores da rede estadual terão notebook e internet paga por três anos”	69
3.4 - Notícia 07/04/2021- “Governador autoriza repasse de R\$ 230 milhões para construção e reforma de escolas”	72
3.5 - Notícia 06/05/2021- “Professor indígena recebe notebook e destaca importância do investimento”.....	77
3.6 - Notícia 05/01/2022- “Governo construiu 16 novas escolas estaduais e reformou outras 18 em Mato Grosso”.....	82
3.7 - Notícia 19/01/2022- Governador - “Estamos trabalhando para que MT seja uma das 10 melhores educações do país”.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
APÊNDICES	102

INTRODUÇÃO

Há muito se fala sobre a qualidade da educação pública do Brasil e sobre os investimentos aplicados nas/para as escolas. Nos últimos anos um discurso que ganhou bastante relevância, nesse contexto, foi a inclusão de ferramentas tecnológicas e digitais no ambiente escolar, considerando que, os investimentos nesses recursos resolveriam, ou minimizariam as deficiências pedagógicas da nova geração de estudantes. Ao realizar uma revisão em textos acadêmicos sobre o tema, nota-se que esses discursos são bastante recorrentes. A necessidade de inserir as novas tecnologias digitais no ambiente escolar é tema discutido no país desde a ditadura militar, e muito utilizado por políticos, através de discursos polissêmicos, como auto promoção, mas foi na pandemia de Covid 19 que vimos as tecnologias digitais invadirem o ambiente escolar não só como discurso político, mas como ação pedagógica. Assim, essa pesquisa nasce basicamente em um tripé de interesse: A Análise de Discurso e a sua característica de considerar essa multiplicidade de sentidos, o discurso do sujeito Político e o investimento em Tecnologias Digitais na Educação de Mato Grosso no período da pandemia de Covid 19. Nesta pesquisa, ao analisarmos os enunciados publicados na página oficial do Governo do estado de Mato Grosso na internet, que versam sobre investimentos em educação, percebemos os processos de construção desses enunciados, identificamos como os enunciados significam, considerando o processo de produção e recepção, quais os efeitos de sentidos são produzidos por meio desse material discursivo e os silenciamentos dispostos nesses discursos populistas de mudança da realidade educacional do Estado por meio da informatização e modernização das unidades escolares.

A nossa pesquisa teve com problema a seguinte questão: Quais efeitos de sentido possíveis são provocados pelo discurso institucional do Governo do Estado de Mato Grosso³ quando se refere a investimento em tecnologias digitais para a educação estadual no contexto da pandemia de covid-19? Ao colher o *corpus*, presente em enunciados publicados na página oficial do Governo do estado de Mato Grosso, na internet, tivemos o zelo em analisar os processos de reformulação, as rupturas e as possibilidades de inferir novos significados a partir dos silenciamentos e das falhas discursivas.

³ Adotamos a expressão *Governo do Estado de Mato Grosso* para nos referir a todos os sujeitos ocupantes de cargo político no governo do estado, inscritos em posições sujeito que lhes permitem discursar da posição político-social que ocupam e que, nos recortes das notícias analisadas, representam, em especial, a Secretaria de Estado e Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT).

O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície linguística (o *corpus* bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto linguisticamente de abordagem analista que trata criticamente a impressão de “realidade” do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas (ORLANDI, 1999, p. 64)

Sendo assim, ao delimitar os procedimentos metodológicos, expusemos a técnica que utilizamos para a análise deste trabalho e a forma que organizamos as informações que nos levou ao conhecimento que possibilitou responder o problema desta pesquisa. Como dito mais acima, a pesquisa teve aporte teórico na Análise de Discurso, e por esse motivo segue uma linha de caráter qualitativo interpretativo em que o *corpus* de investigação é analisado na tentativa de chegarmos a algumas possíveis sentidos a partir desses enunciados.

Com a pandemia de Covid 19, instituições de ensino do mundo inteiro adaptaram suas atividades para continuarem a oferecer qualidade em serviços de educação, para isso, as instituições adotaram o ensino remoto como forma de dar continuidade ao ano letivo e se fez necessário, em muitos casos, fazer adaptações das aulas presenciais para o modelo *online*. Esse processo exigiu novos planos de ação, mais investimento financeiro, a adoção das tecnologias digitais no ambiente escolar, e dos professores, em muitos casos, exigiu-se a capacidade de se reinventar para efetivar a continuidade das atividades pedagógicas, mas, em alguns casos, essa solução tornou-se um problema que atingiu muitas escolas públicas brasileiras. Em alguns casos, a pouca habilidade dos profissionais da educação, quanto ao uso das tecnologias e ferramentas digitais, aliada à escolas que não dispunham de estrutura mínima suficiente para o ensino à distância, e o curto tempo para as mudanças/adaptações, fez com que esse processo fosse mais difícil do que alguns esperavam. De maneira geral, as escolas não estavam preparadas para uma mudança tão brusca, não por falta de zelo ou vaidade da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) ou dos sujeitos envolvidos na administração, mas por que a metodologia de ensino remoto possui diversas particularidades que vão, desde a estrutura da instituição, sujeito que busca esse tipo de ensino, passando pela linguagem e até mesmo o método de abordagem nas disciplinas.

No entanto, para as escolas brasileiras o modelo de ensino adotado foi o Ensino Remoto Emergencial (ERT) que tem suas particularidades quando comparado com o Ensino a Distância (EAD), bem mais comum entre os brasileiros.

[...] o Ensino Remoto de Emergência (ERT) é uma mudança temporária da entrega instrucional para um modo de entrega alternativo devido às circunstâncias de crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente

remotas para instrução ou educação que de outra forma seriam entregues presencialmente ou como cursos mistos ou híbridos e que retornarão a esse formato assim que a crise ou a emergência diminuírem. O objetivo principal nestas circunstâncias não é recriar um ecossistema educacional robusto, mas sim fornecer acesso temporário a suportes de instrução e instrução de forma rápida de configurar e disponível de forma confiável durante uma emergência ou crise. (HODGES, 2020, p. 06)

O ERT, ou ERE em português, é a oferta de atividades curriculares por meio de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs) propostas durante o período do isolamento social, da suspensão de atividades escolares presenciais e que se difere de modelos que são planejados, desde seu início, para funcionar de forma *online*.

A interação durante as atividades de ERE ocorreram de forma assíncronas ou no modelo de aulas síncronas. Na primeira, alunos e professores não precisavam manter-se conectados em tempo real, a interação ocorria por meio de aulas gravadas, estudos dirigidos, material apostilado, etc. Já na segunda, as quais dependem da interação em tempo real do professor e aluno, a mediação aconteceu por meio de plataformas digitais de comunicação por videoconferência na internet, mas ainda dispunham de material impresso elaborado pelo próprio professor.

Ainda que haja amparo legal sobre o Ensino a Distância (EAD) na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394/96), e a partir desta, decretos regulamentem tal modalidade de ensino, esse amparo legitima a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e cursos profissionalizantes técnicos no Ensino Médio na referida modalidade, no entanto, no Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), esta configuração de ensino ainda era inédita, porém, foi garantida em caráter de excepcionalidade. Diante da impossibilidade das aulas presenciais, esta excepcionalidade tornou-se, aos olhos dos gestores da educação nacional, a única possibilidade de continuidade do processo de ensino nas escolas regulares no Brasil.

Percebendo o apelo linguístico e discursivo que ocorreu no período da pandemia, principalmente sobre aulas remotas e que afetaram a forma com que tratamos a tecnologia digital no ambiente escolar, buscamos analisar, por meio dessa pesquisa, os recursos linguísticos empregados na materialidade de discursos publicados nas páginas oficiais do governo do Estado de Mato Grosso, pensando a pandemia como um Acontecimento Discursivo que aciona a Memória Discursiva em condições de produção específicas para a construção de novos significados sobre o tema. E, para compor nossa análise, trabalhamos a noção de memória discursiva, que é ideologicamente impregnada de significados, determinada pela

história e pelas funções que os enunciados exercem no interior das práticas sociais, discursivas e não discursivas.

A memória não poderia ser concebida como uma esfera plena cujas bordas seriam transcendentais históricas e cujo conteúdo seria sentido homogêneo, acumulado ao Saber Humano, modo reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX 1999, p. 56)

É papel da memória acionar imagens, fragmentos de lembranças, que irão compor as representações de sentidos. A memória tem essa capacidade de recuperar discursos que podem ser ressignificados a partir das condições de produção do discurso. Para isso, abordamos alguns outros conceitos constitutivos das complexas relações que ancoram o atravessamento entre linguagem, sociedade e a história da tecnologia digitais no ambiente escolar no período da pandemia.

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. (ORLANDI, 1999, p.15)

Com isso, constatamos que o enunciado é um lugar no qual conseguimos verificar a relação entre linguagem e ideologia e alcançar, pela análise do imaginário social, gestos de interpretação e possíveis sentidos para o enunciado. É também crível verificar como os efeitos de sentido são produzidos por meio dos enunciados numa relação com as condições de produção dos discursos. Pensando nisso, visando responder a nossa questão problema, a nossa metodologia estruturou-se da seguinte forma:

Sobre a definição das bases da investigação, trabalhamos na reformulação do problema, dos objetivos das hipóteses e refizemos a pesquisa bibliográfica apresentada no projeto inicial. Na reestruturação tivemos a oportunidade de aprofundar os conhecimentos sobre o objeto e sobre a linha de pesquisa, (Estudo de Processos Discursivos), refazendo relatórios e a releitura das obras fundamentais para a teoria selecionada e sobre os conceitos aplicados à análise disponível ao final desse trabalho.

Na sequência, colhemos o *corpus* da pesquisa, na ocasião, buscamos por notícias, publicadas no site oficial do Governo do Estado de Mato Grosso na internet⁴, que tratavam dos investimentos em infraestrutura escolar, tecnologias digitais e seus usos no período da pandemia de covid-19. Em uma primeira pesquisa, buscando por notícias que tratavam de “investimento em infraestrutura escolar”, encontramos 65 (sessenta e cinco) textos publicados entre fevereiro de 2021 e junho de 2022. Em um segundo momento fizemos o primeiro filtro buscando, nas notícias selecionadas, somente as que tratavam de “investimento realizado em tecnologia digital para o uso nas escolas”, chegando a 10 (dez) notícias. Desse recorte selecionamos 7 (sete) notícias que foram analisadas no capítulo III deste trabalho.

Em função da legislação eleitoral e das regras impostas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para as eleições de 2022, foram desativadas todas as notícias do site oficial do Governo do Estado de Mato Grosso a partir de 30 de junho de 2022. Sendo Assim, todo o material da pesquisa foi colhido em momento anterior a esta data e armazenado em um arquivo pessoal no google drive. A título de informação, e em decorrência do apagamento do material da rede de computadores, todos os textos estão disponíveis em um *link* para o *google drive* nos apêndices deste trabalho e em cada título de texto, o *link* original de cada notícia selecionada. Com o fim do período proibitivo os textos voltaram a compor as páginas oficiais do governo e podem ser acessadas pelo *link* disponível nos títulos dos recortes no capítulo reservado para à análise.

Além dos elementos pré e pós textuais, da introdução e considerações finais, esse trabalho organiza-se em mais três capítulos, dentre os quais, foram estruturados da seguinte forma: o primeiro traz uma breve revisão sobre Educação e Tecnologias digitais no Brasil, mostrando alguns programas de incentivo ao uso das tecnologias digitais no ensino desde a ditadura militar e se ocupa no trato de uma revisão das principais leis, portarias, instruções normativas e decretos publicados durante a pandemia. Documentos estes que nortearam as unidades escolares na execução dos planos de ação para a efetivação de sua proposta de ensino durante o isolamento imposto pela pandemia; o segundo é uma revisão da teoria selecionada, dos conceitos aplicados à análise do *corpus* e funciona como base teórica e metodológica da pesquisa; e o último capítulo reservamos para a análise do *corpus* e se ocupa em confrontar os fragmentos discursivos das notícias selecionadas aos conceitos da teoria já citada mais acima.

⁴ Disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/noticias>. Acesso em 25 de jun. de 2022.

CAPÍTULO I

O NEGACIONISMO, A INCERTEZA E A LEGISLAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO REMOTA: EFEITOS CAUSADOS PELA PANDEMIA

1.1 – A história das tecnologias digitais: entre a inoperância das leis e o atropelo pela/da pandemia da Covid-19

As tecnologias digitais da informação e comunicação, também conhecidas por TDICs, têm, ao longo das últimas décadas, alterado a forma com que nos relacionamos com as pessoas, no trabalho e na vida como um todo. A ela recorremos quando precisamos nos comunicar, nos relacionar, pagar uma conta e também na hora de estudar. Essa influência das tecnologias em nossa vida cotidiana, que pode ser acompanhada pela história, funciona como condições de produção para os discursos sobre investimento e tecnologia digitais na educação nacional e por isso fundamentais para analisarmos os efeitos de sentidos provocados por enunciados sobre o tema.

Na escola, as TICs ganharam um papel expressivo, enquanto recurso de ensino, no decorrer da pandemia de covid-19, ainda que já estivessem sendo incorporadas, de forma não regular, às práticas diárias como ferramentas de interação e interatividade entre professor e aluno. Essas práticas, geralmente, funcionavam quando alinhadas aos planos de ensino visando o suporte às metodologias ativas. As TICs podem ser utilizadas como ferramentas interativas e lúdicas em todos os níveis da educação básica, no entanto, não se trata de um assunto novo e contemporâneo.

As tecnologias relacionadas com a informática tiveram sua gênese e desenvolvimentos influenciados pela Guerra Fria. No Brasil, os eventos associados à área da informática microeletrônica também estiveram, desde o início, condicionados às intenções e interesses dos militares. Foi o Projeto “Brasil Grande Potência” do regime militar pós-1964 que orientou a política de informática e a de informática na Educação. Entre as suas causas destaca-se que a partir da II Guerra Mundial as novas tecnologias se constituíram um dos pilares onde tem se assentado o novo ciclo de acumulação do Capital e do poder mundial [...]. (MORAES, 2016, p. 21)

Nota-se que já nessa época havia, no discurso, um amplo interesse em incorporar as tecnologias digitais no campo educacional, neste caso, era necessário a inserção da cultura digital no país para capacitar material humano no domínio de armamento eletrônico, aviões, foguetes, rastreadores por satélite, máquinas em geral, assim, desde a segunda guerra mundial,

se construía essas ideias, mesmo o Brasil não tendo indústrias locais do ramo de computadores, os líderes do país já entendiam que dominar o campo das tecnologias digitais significaria dominar poder e riquezas, em um futuro muito próximo.

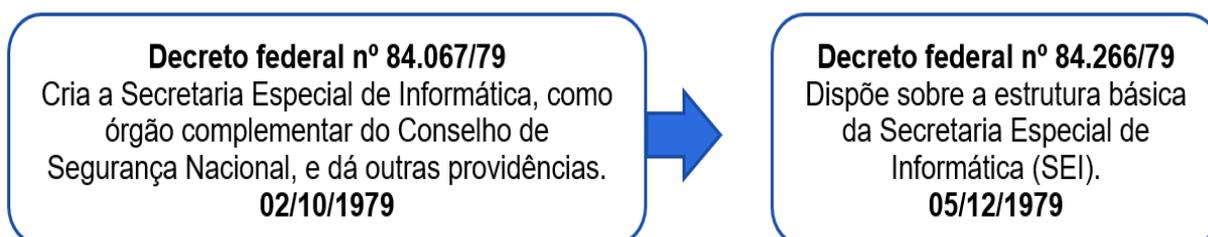
Nas escolas, ao longo de muito tempo, foram construídos inúmeros argumentos que fizeram das tecnologias digitais uma ferramenta necessária para a promoção da alfabetização e letramento digital. As metodologias que buscavam introduzir o uso das ferramentas digitais de comunicação para fins pedagógicos, promoveram, entre outras, uma mudança comportamental transformando usuários das tecnologias digitais, não em meros consumidores de aparelhos eletrônicos e tecnológicos, mas em produtores de conteúdo e conhecimento por meio da interação entre ferramentas digitais e humanas. Esse fenômeno pode novamente ser percebido na pandemia de Covid-19, quando os professores passaram a produzir conteúdo digital para continuar oferecendo os serviços em educação.

Considerando uma linearidade necessária para nos situarmos historicamente sobre a presença da tecnologia digital na educação brasileira, recorreremos a documentos oficiais que inauguram essa proposta no segmento. No ano de 1979 foi criada a SEI - Secretaria Especial de Informática pelo Decreto Federal nº 84.067, de 2 de outubro de 1979, essa secretaria surgiu com o intuito de subsidiar ações voltadas ao implemento do uso da informática no país, e com a finalidade de:

Assessorar na formulação da Política Nacional de Informática (PNI) e coordenar sua execução, como órgão superior de orientação, planejamento, supervisão e fiscalização, tendo em vista, especialmente, o desenvolvimento científico e tecnológico no setor (BRASIL, Decreto federal nº 84.067/79).

Em 5 de Dezembro do mesmo ano, o decreto nº84.266/79 estabeleceu a estrutura básica necessária para o funcionamento da Secretaria Especial de Informática (SEI) conforme visto no fluxograma a seguir:

FLUXOGRAMA 1⁵



⁵ Decretos federais de criação da SEI. Disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84067-8-outubro-1979-433428-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25 de ago. de 2022.

Com a publicação desses documentos nota-se a preocupação do governo, da época, em fomentar o uso das tecnologias no país e a criação da SEI foi um grande passo nesse trabalho.

Com a criação da SEI, como órgão responsável pela coordenação e execução da Política Nacional de Informática, buscava-se fomentar e estimular a informatização da sociedade brasileira, voltada para a capacitação científica e tecnológica capaz de promover a autonomia nacional, baseada em princípios e diretrizes fundamentados na realidade brasileira e decorrentes das atividades de pesquisas e da consolidação da indústria nacional. Entretanto, para o alcance de seus objetivos seria preciso estender as aplicações da informática aos diversos setores e atividades da sociedade, no sentido de examinar as diversas possibilidades de parceria e solução aos problemas nas diversas áreas intersetoriais, dentre elas educação, energia, saúde, agricultura, cultura e defesa nacional. (MORAES, 1997, p. 02)

Esta secretaria tornou-se oficialmente o centro das decisões a respeito da informatização nos meios de produção no país e desenvolveu, por muito tempo, ações para este fim, entre elas, o 1º seminário com setores ligados à educação superior datado de agosto de 1981, ao qual delineou um projeto com o perfil de utilização da informática na educação que surgiu como projeto-piloto e visava subsidiar as decisões futuras sobre a Política Nacional de Informatização da Educação, esse seminário foi considerado a origem do Projeto EDUCOM, (MORAES, 1997, p. 04/05). Nesse momento inicia-se o projeto de estruturação da utilização da informática na educação por meio de projetos experimentais; considerando o momento histórico que passava o país, (fim do regime militar), a proposta ficou estagnada por um período voltando a estruturar-se a partir de 1986.

Parte dessa reestruturação o surgimento de cursos na área de *software* educacional; “[...] cursos de especialização em Informática Educativa, destinados a professores, técnicos das secretarias de Educação e colégios federais de ensino técnico (Projeto FORMAR), acrescido de ações de intercâmbios e cooperação técnica, nacional e internacional.” (BRASIL, 1994, p. 14).

Em 1989 surge o Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE) defendendo, logo na apresentação, que:

A velocidade com que o mundo se transforma, a produção de novos conhecimentos científicos e o desenvolvimento acelerado da informática, impõem novas metodologias de ensino, e exigem que a educação se modernize. O desenvolvimento da ciência, da educação e da tecnologia na sociedade brasileira será a mola propulsora para as mudanças políticas, econômicas e sociais que se afiguram neste fim de século.

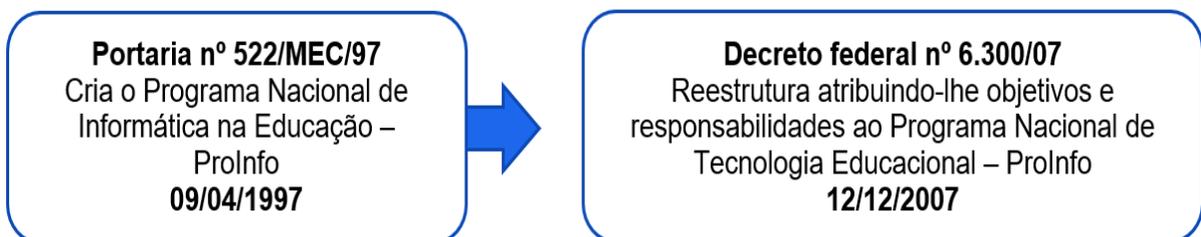
Dentre as inovações tecnológicas, a informática é, sem dúvida, a que surge e se moderniza dando suporte ao conhecimento e às comunicações, capaz de provocar impactos em todos os segmentos da sociedade. Advém daí, mudanças de normas, princípios e padrões sociais. (BRASIL, 1994, p. 08)

Quase uma década após a instituição do PRONINFE surge o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), por meio da Portaria nº 522/MEC de 1997, foi criado pelo Ministério da Educação para promover o uso da tecnologia como ferramenta de desenvolvimento pedagógico no ensino público fundamental e médio. Em 12 de dezembro de 2007, por meio da expedição do Decreto nº 6.300/07, o programa foi reestruturado e passou a ter o objetivo de promover o uso pedagógico das TICs nas redes públicas de educação básica do país. E trazia como objetivos:

- I- Promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais;
 - II - fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação;
 - III - promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa;
 - IV - contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas;
 - V - contribuir para a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação; e
 - VI - fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais.
- (BRASIL, Decreto nº 6.300/07, p.1).

O fluxograma 2, a seguir, dá visão à mobilidade dessas leis:

Fluxograma 2⁶



⁶ Documentos oficiais sobre a criação e reestruturação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo). Disponíveis em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=22148 e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6300.htm. Respectivamente, acesso em 26 de dez. de 2022.

Ainda como proposta governamental, no ano de 2010, surge o “Programa Um Computador por Aluno” (PROUCA), projeto desenvolvido em regiões pontuais do país e já extinto. Fundado pela Lei nº 12.249, de 14 de junho de 2010, institui em regime especial, a aquisição de computadores para uso educacional. Teve como objetivo a promoção do desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem e inclusão digital pedagógica de alunos e professores por meio da aquisição de computadores específicos para esse fim. Pela proposta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), facilitaria a compra dos portáteis que deveriam ser adquiridos com recursos próprios dos Estados.

Sobre a evolução da presença de tecnologias digitais nos espaços educativos, notamos que, diante da complexa estrutura social e distribuição geográfica da população brasileira, os governantes sempre encontraram limitações quanto às condições de implantação dos recursos tecnológicos digitais para os quais a infraestrutura física e o engajamento de lideranças políticas sempre foram necessários. A sequência de “programas de governo” chega até o século XXI com profundas discrepâncias entre as regiões brasileiras; partindo de um mesmo comando central, o MEC - Ministério de Educação e Cultura -, a eficiência das propostas de implantação das TICs, nos campos educativos da educação básica, não ocorreu com a mesma eficiência. Consideramos que em um estado de proporções gigantescas como é o Mato Grosso, a história não foi diferente, aliás, essa problemática ainda é a realidade no Estado.

Se considerarmos que desde a década de 80, do século passado, até os dias atuais, passaram-se mais de 40 anos que o discurso da necessidade da educação acompanhar as demandas sociais, sendo uma delas, o preparo para compreensão do universo digital e a apropriação destes conhecimentos como forma de maior engajamento social e político, vem sendo construído, ainda sim, a presença das tecnologias digitais na educação, ou são novidades, ou motivos de debates, quanto a sua eficácia, entre grande parte dos profissionais da educação. Na escola é como se esse assunto nunca envelhecesse, as TICs no ambiente escolar parecem ser sempre novidades.

As desigualdades, a falta de financiamento e os desafios na educação básica e superior obviamente datam de antes da pandemia. As plataformas e tecnologias informacionais já estavam sendo estudadas, debatidas e implementadas. Eram apresentadas tanto como realidades inexoráveis frente aos diversos processos de digitalização em curso na sociedade, ou mesmo como soluções para melhorias nos processos de administração dos recursos e comunicação escolar, assim como de ensino e aprendizagem. (EVANGELISTA, 2021, p. 22):

O uso parcial das TICs, com propriedade, ignorância ou auto domínio das possibilidades educativas de tais recursos, foram, sem sombra de dúvidas, acelerados com a pandemia de covid-19, que impôs o chamado isolamento social, momento em que a comunicação entre escola e comunidade escolar só foi possível mediante o uso de ferramentas digitais e tecnológicas. Esse foi um momento em que os planos de ação sobre a informatização das unidades escolares tiveram que ser retomados, a toque de caixa, para atender a demanda urgente. Ações esporádicas de uso do “laboratório de informática” como meio de enriquecimento de conteúdos trabalhados em sala, necessitam tornar-se prática diária, sendo os recursos de tais tecnologias os únicos meios de continuidade da proposta educativa escolar. A “nova prática pedagógica” evidenciou lacunas tanto à cultura escolar quanto a formação inicial do professor, trazendo à discussão junto à necessidade de formação específica para atender às demandas curriculares de diferentes disciplinas, a importância da infraestrutura tecnológica das escolas do ensino básico e conseqüentemente o investimento nesses recursos.

A pandemia se configura, então, como uma oportunidade de aceleração para o solucionismo⁷ tecnológico na educação. Torna muito mais difícil a tarefa daqueles que tentavam assumir uma postura crítica – a qual não deve ser confundida com uma posição conservadora ou negadora dos problemas no setor –, preocupada com o que uma adoção atabalhoada e não refletida pode representar. (EVANGELISTA, 2021, p.23)

A implementação e o uso das tecnologias digitais na educação surgiram como solução comunicativa entre escola e comunidade, funcionando como um importante passo para que as atividades escolares pudessem retornar e contribuíssem para as condições de produção dos discursos sobre investimento em tecnologias digitais na escola, e na sociedade para esse período.

Ainda que de forma remota, mas com a promessa de minimizar os impactos negativos que a pandemia causou na educação do país, as aulas retornaram, e aos professores foram dadas raras possibilidades de formação no campo das tecnologias digitais mesmo havendo a necessidade extrema na busca por ferramentas que possibilitaram a gravação de aulas, transmissão de reuniões, aulas *online* e até mesmo a instalação de aplicativos que possibilitam a aplicação de avaliações à distância. O Governo do Estado investiu, logo de imediato, em

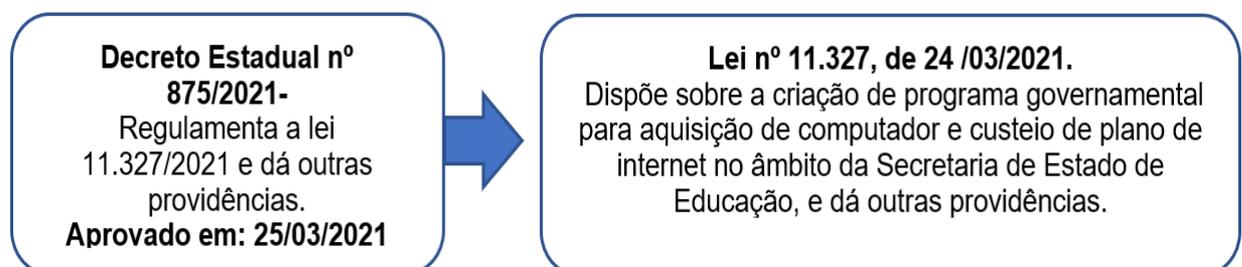
⁷ A autora trata do conceito com base em Evgeny Morozov (2013) que chama de “solucionismo tecnológico”: o vício de tratar processos sociais complexos, com múltiplas determinações, como se fosse um problema unidimensional de assimetria de informação, cuja solução é possível por meio da mais avançada tecnologia digital

plataformas já consolidadas no mercado tecnológico, primeiro em ferramentas da *Microsoft*, como o *Teens*, aplicativo que funciona como sala de aulas virtuais e aplicativos do mesmo pacote, e posteriormente na plataforma *Google* com ferramentas como *Google Meet* - transmissão de reuniões ou aulas *online*, *Google Forms* – possibilita a criação de formulários planilhas e avaliações no formato digital e *Google Drive* – utilizado para armazenamento de arquivos em nuvem, entre outras ferramentas da plataforma global. Nos dois momentos foram disponibilizados, para o acesso das plataformas, um *e-mail* institucional, tanto aos estudantes quanto aos professores. Esses *e-mails* deram aos usuários a experiência do acesso restrito a serviços que, comumente, são pagos. No entanto muitos profissionais, por falta de experiência, interesse, ou desconhecimento, pouco utilizavam os recursos surgindo assim uma campanha de monitoramento dos acessos a essas plataformas que indicava a quantidade em porcentagem dos professores com primeiro acesso ao e-mail institucional.

Visando possibilitar condições mínimas de se produzir e enviar as aulas de forma remota, o governo, por meio do Decreto Estadual nº 875/2021 regulamentou a Lei Estadual nº 11.327/2021 e definiu critérios para que os profissionais da educação de Mato Grosso tivessem acesso ao programa governamental. No dia 25 de março de 2021 foi publicado no Diário Oficial de Mato Grosso o decreto Nº 875 que regulamentou a Lei nº 11.327, de 24 de março de 2021. A referida lei trata da ajuda de custos instituída sob a criação de um programa do governo para aquisição de computadores e o custeio de um plano de internet para todos os professores atribuídos em sala de aula naquele ano. Essa lei atravessou os discursos sobre investimento em tecnologias digitais de forma significativa como veremos no capítulo reservado às análises.

Por meio do Fluxograma 3 temos ciência do movimento produzido pelo Decreto e pela Lei:

FLUXOGRAMA 3⁸



⁸ Lei para a aquisição de computadores para os professores da rede estadual. Fluxograma organizado pelo pesquisador com fontes retiradas do google, acesso em 25 de ago. de 2022.

A Lei nº 11.327 não visou apenas professores em sala, também teve direito ao benefício, além dos professores efetivos e contratados (interinos):

III - o Diretor escolar e o coordenador pedagógico que estejam em efetivo exercício da função;

IV - o Diretor e o Coordenador das Diretorias Regionais de Ensinos que estejam em efetivo exercício da função;

V - os Assessores Pedagógicos em efetivo exercício da função.

Parágrafo único: Cada professor em efetiva regência de classe, diretor escolar, coordenador pedagógico, assessor pedagógico, diretor e coordenador regional fará jus a somente um benefício, independentemente da quantidade de vínculos que possui junto à rede estadual de ensino (MATO GROSSO, DIÁRIO OFICIAL nº 27966, Lei nº 11.327, p.05)

O investimento realizado pelo governo a cada servidor que atendesse aos requisitos do programa para a aquisição do notebook foi no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), creditados em parcela única na conta bancária do servidor beneficiário e para a aquisição de serviços de Internet banda larga, ficou estabelecido a quantia de R\$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais), repassados aos beneficiários em até 36 (trinta e seis) parcelas de R\$ 70,00 (setenta reais), também creditados em conta bancária o que soma, ao final de 3 anos, a quantia de R\$6.020,00 (seis mil e vinte reais) de ajuda de custo a cada servidor. A lei também trouxe requisitos mínimos sobre a configuração de cada equipamento que seria adquirido pelo servidor da secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso:

Art.7º Para fins do repasse de que trata o inciso I, caput, do Art. 6º, deste decreto, serão considerados computadores portáteis do tipo notebook ou ultrabook que deverá ter, minimamente, a seguinte configuração:

I - processador compatível com arquitetura x86 e x64 com os seguintes requisitos:

- a) possuir, no mínimo, 4 núcleos físicos;
- b) frequência de clock de, no mínimo 1.5 GHz;
- c) memória cache mínima de 4 MB;

II - Memória RAM com no mínimo 8 GB, DDR4;

III - Armazenamento de, no mínimo, 256 GB SSD ou 1 TB HDD;

IV - Tela HD de 1366×768 pixels ou superior;

V - Interfaces de comunicação:

- a) wi-fi;
- b) no mínimo 2 portas USB, sendo que ao menos 1 seja USB 3.0;
- c) webcam integrada;
- d) porta HDMI integrada;
- e) possuir 1 entrada e 1 saída de áudio, para microfone e fone de ouvido respectivamente, podendo ser um combo áudio/microfone;
- f) possuir Microfone integrado;
- g) possuir alto-falantes integrados;
- h) touchpad;
- i) teclado Português-BR;

VI - Garantia de, no mínimo, 12 meses; (MATO GROSSO, DIÁRIO OFICIAL nº 27966, Lei nº 11.327, 2021, p. 06)

Segundo a lei, essas informações, sobre configuração mínima do aparelho adquirido, precisavam aparecer, de forma clara, na nota fiscal do produto ou em uma carta de correção expedida pelo vendedor(a) e apresentada ao secretário(a) escolar na prestação de contas ao qual foi regulamentada pela portaria Nº 298/2021/GS/SEDUC/MT. O servidor que optasse por não adquirir o produto poderia devolver o valor integral em parcela única ou ter os valores descontados em seis parcelas de seus proventos.

Com o passar do tempo, e a pandemia ainda em evidencia, um novo projeto surgiu, agora com investimento em recursos tecnológicos para o uso em sala, pelos estudantes. Em 24 de setembro de 2021 a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso publicou no D.O do Estado o aviso da audiência pública nº 003/2021/SEDUC-MT. O documento teve como finalidade tornar público a intenção de “registro de preços para futura e eventual aquisição de notebooks” a serem utilizados por alunos atendidos e com matrícula ativa em escola estaduais. Segundo o documento, a sessão pública ficou agendada para o dia 13/10/2021 das 09:00h às 12h:00min no auditório da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, em Cuiabá MT.

No ano seguinte, 2022, realizou-se a compra dos *chromebooks*, segundo a imprensa do governo, foram adquiridos 30 (tinta) mil computadores educacionais e 1.500 (mil e quinhentos) *smart tvs* para serem utilizadas em sala⁹. O kit de computadores é composto de 40 (quarenta) *chromebooks* e uma caixa de armazenamento e transporte que serve também para recarregar a energia nos aparelhos, segundo os fabricantes, essa caixa dispensa a necessidade de manter uma sala de informática nas unidades escolares uma vez que os 40 (quarenta) computadores podem, facilmente, serem transportados de uma sala para outra por apenas uma pessoa. Os investimentos nesses equipamentos ficaram na ordem dos 120 (cento e vinte) milhões de reais.

A princípio, o uso das tecnologias digitais na educação, aparentemente, surgiu de forma repentina, dadas as condições a que esse recurso foi necessitado, muitos profissionais tiveram que buscar qualificação para continuarem atuando nas escolas e aprenderam a lidar com essa nova realidade, no entanto, o tema, na educação, não é tão recente, como podemos ver até aqui. No próximo subcapítulo faremos um compêndio dos principais documentos oficiais que serviram como base dos planos de ação, desenvolvidos nos espaços educativos,

⁹ Disponível em: <https://odocumento.com.br/governador-chromebooks-e-tvs-vaio-melhorar-a-aprendizagem-e-conectar-nossos-estudantes-ao-mundo/> acesso em 01 jun. de 2022.

tanto na esfera Federal quanto Estadual e municipal. Esse percurso é importante, pois compõem as condições de produção dos discursos sobre investimento em tecnologias digitais na educação e nos ajudou a entender e a analisar os efeitos de sentidos produzidos por meio do nosso *corpus* discursivo.

1.2 Políticas públicas para o enfrentamento da Covid 19, no Brasil

A epidemia do Coronavírus/ covid-19 afetou todos os setores econômicos e sociais ao redor do mundo, no Brasil, o primeiro caso confirmado da doença aconteceu no dia 26 de fevereiro de 2020. Logo após esse episódio, inúmeras leis, notas técnicas, decretos e portarias passaram a ser publicadas, tanto na esfera federal quanto na estadual e municipal, constituindo um conjunto de documentos que objetivavam a contenção e avanço da doença, bem como a minimização de seus impactos nos diferentes setores, que seriam, necessariamente, afetados: a economia, a educação, a saúde etc.

Tais documentos orientavam sobre as medidas a serem tomadas, no decorrer da pandemia, ditando, no dia-a-dia, como as pessoas passariam a conviver com essa série de protocolos que dirigiam e organizavam a sociedade a partir de então.

Para entendermos as imposições ditadas por uma pandemia sobre a espécie humana, enquanto organização social voltada a combater o vírus, valorização e implementação do uso das tecnologias digitais na educação e defender a ideia de acontecimentos discursivo a partir do acontecimento social já citado, buscamos através dos documentos oficiais, mostrar as condições de produção existentes que auxiliaram na produção dos sentidos sobre os investimentos realizados em tecnologias digitais na educação no período da pandemia de covid-19.

Cabe nos recordar que, na análise de discurso os discursos não são atribuídos ao sujeito que os produz, ou seja, o sujeito não é a fonte/origem do discurso, mas são as condições de produção e os interdiscursos que possibilitam a reprodução de discursos que acionados pela memória discursiva do sujeito reproduzem sentidos. Segundo Orlandi, (2015, p. 28) as condições de produção “[...] compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso”. A autora defende que podemos tratar das condições de produção em um sentido amplo, que abarca o contexto socio histórico e ideológico do discurso, e em seu sentido estrito ao qual temos o momento da enunciação e as circunstâncias que possibilitam tal discurso e trata a linguagem humana como incompleta.

A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo de entremeio, da relação, da falta, do movimento. [...] Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua, e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever/dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas. (Orlandi, 2015, p. 50-51)

Nos textos oficiais e norteadores editados no período da pandemia, as condições de produção no sentido estrito são mobilizadas a partir do próprio momento da enunciação e a necessidade de ordem social momentânea, sendo assim, funcionam produzindo sentidos imediatos ao momento de publicação, já em sentido amplo temos as condições de produção que evocam efeitos de sentido sobre a lei e organização social associadas à memória do que temos sobre a constituição e as leis que organizam a nossa vida como um todo.

A memória discursiva tem papel preponderante na constituição dos efeitos de sentido e na relação com o discurso, e nessa relação, ela é tratada como interdiscurso.

[...] o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI 2015, p. 29):

Para o filósofo francês Michel Pêcheux e para a teoria que fundou, a Análise de discurso, o discurso é percebido em sua opacidade na relação que estabelece com a historicidade.

Concebe o discurso como um lugar particular em que esta relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos de determinação história dos processos de significação. Estabelece como central a relação entre o simbólico e o político. Com a Análise de Discurso, podemos compreender como as relações de poder são significadas, são simbolizadas. (ORLANDI 2015, p. 10):

Compreendemos, por *opacidade linguística*, que a construção e a produção dos sentidos se dão na relação entre o sujeito e a história, os sentidos são constituídos da exterioridade da língua, dependem das condições de produção e das posições sujeito instituídas,

sendo assim, não estão atreladas à palavra. A língua não é transparente, não está posta apenas transmitir informações, ao discursar o sujeito aciona complexos mecanismos, inconscientes, de resgate da memória e de esquecimentos que o farão, mais do que transmitir uma mera informação, codificar e decodificar, mas significar o mundo para o que a ideologia o permite significar e ser significado.

O sujeito não se apropria da linguagem num movimento individual. A forma dessa apropriação é social. Nela está refletido o modo como o sujeito o fez, ou seja, sua interpelação pela ideologia. O sujeito que produz linguagem também está reproduzido nela, acreditando ser a fonte exclusiva do seu discurso quando, na realidade, retoma sentidos preexistentes. (ORLANDI 2015, p. 19):

Os documentos oficiais que objetivaram orientar a forma de organização da sociedade e que, conseqüentemente, instruíram a reestruturação da educação nos moldes do Ensino Remoto Emergencial e o funcionamento do discurso nesse período, foram aqui organizados e servem como base das condições de produção para os sentidos alcançados na análise do *corpus* dessa pesquisa. Podemos perceber nesses textos, os processos de significação sendo constituídos pela legitimação do discurso institucional, como discurso dominante e fixando o que pode e o que não pode ser feito no período de isolamento da pandemia de corona vírus.

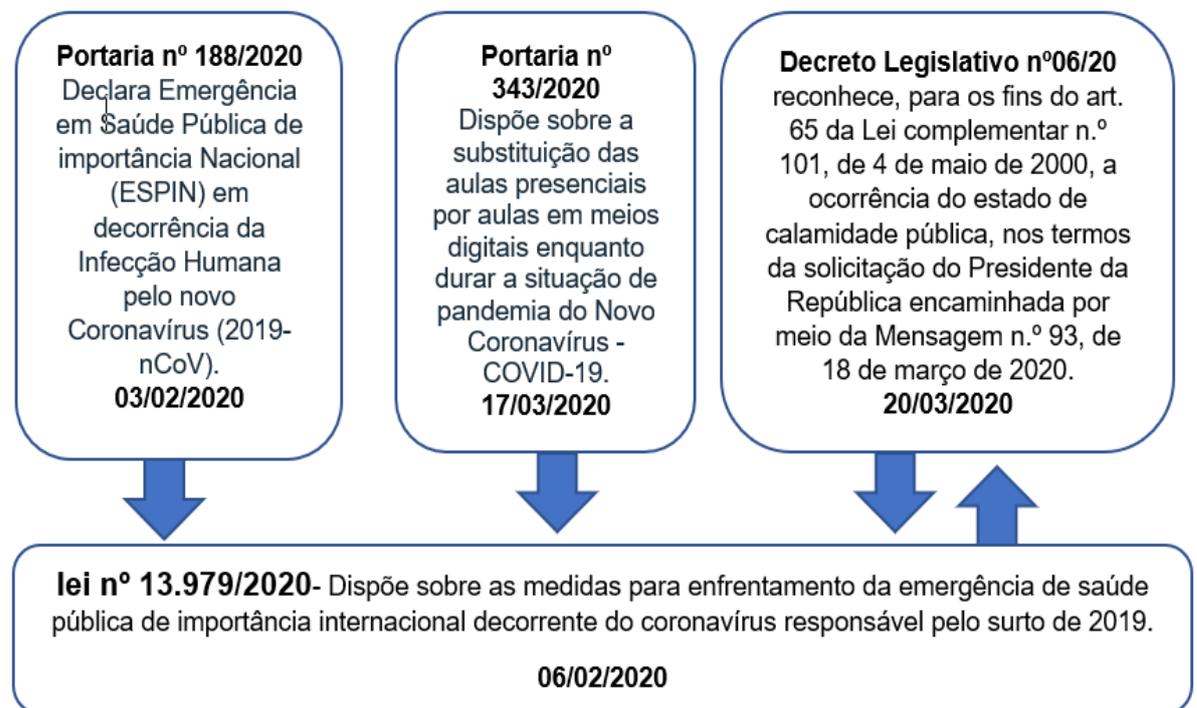
Um dos primeiros documentos editados a respeito da pandemia foi a portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, fundamentada na declaração da OMS Organização Mundial da Saúde (OMS) de 30 de janeiro do mesmo ano, sobre o surto do novo Coronavírus/covid 19, e pela gravidade do assunto, declara a situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPI), (Brasil, 2020). O Poder Público Federal buscou formalizar medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública criando um Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) responsável pelas decisões, informações e articulações sobre procedimentos envolvendo medidas a serem tomadas a nível federal enquanto durasse a situação de emergência no país.

No dia 17 de março de 2020, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicou a Portaria nº 343 que propôs a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus /covid 19 (BRASIL, 2020). Com isso, ficou autorizada às instituições de educação superior a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas mediadas por tecnologias de informação e comunicação.

Outro marco importante nesse período foi a promulgação da lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que: (Brasil, 2020) “Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”, inicialmente, esta lei deveria ter validade enquanto durasse o estado de calamidade pública no país, evento ocorrido em dezembro de 2020, porém, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), no final do mesmo ano, a lei foi parcialmente mantida, fazendo com que as normas das ações de combate à pandemia se mantivessem enquanto fossem necessárias. Enquanto isso, o decreto legislativo nº06, de 20 de março de 2020, determinou o reconhecimento da calamidade pública no país estando vinculado à lei nº 13.979/2020, reconhecimento este que possibilitou a ação conjunta das esferas municipais, estaduais e federal, voltadas a buscar respostas quanto à pandemia que atingiu o país.

O fluxograma 4, logo na sequência, demonstra o grande número de leis que foram implementadas nesse período:

FLUXOGRAMA 4¹⁰



¹⁰ Primeiros documentos orientativos de como proceder diante da pandemia causada pelo SARS-COV-2. Fluxograma organizado pelo pesquisador, a partir de informações buscadas no Google. Acesso em 25 de ago. de 2022.

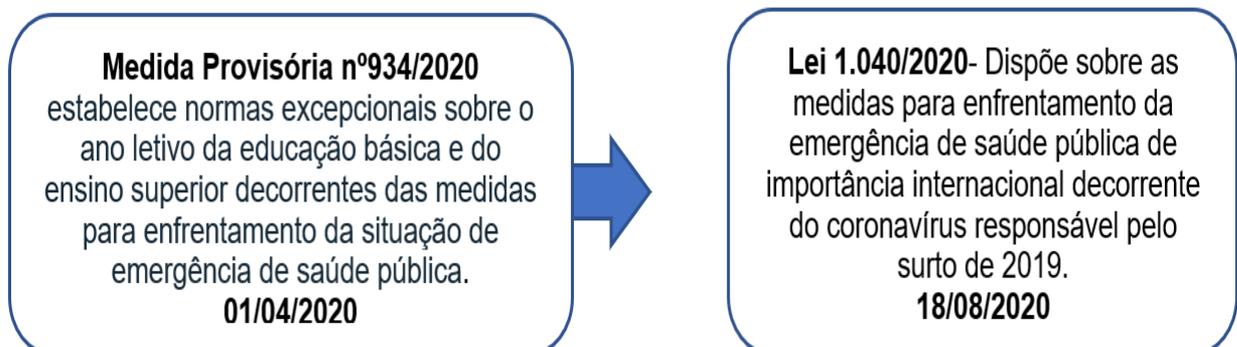
Cumprindo à lei nº 13.979/20, as instituições de ensino interromperam suas atividades por tempo indeterminado, já no início do ano de 2020, ainda sem muito conhecimento sobre a gravidade da nova doença, o isolamento social foi uma das principais ações voltadas ao combate e a disseminação do vírus, a medida provisória nº934, de 1 de abril de 2020, teve como objetivo, orientar sobre o cumprimento da carga horária mínima anual em cada ano escolar, na sequência, essa orientação foi convertida na lei nº 14.040 de 18 de agosto de 2020, que estabeleceu normas educacionais a serem adotadas e regulamentou, em caráter de excepcionalidade, a desobrigação das redes de ensino ao cumprimento dos dias letivos estabelecido na LDB, Lei nº9.394/96, em cada ano escolar enquanto durasse a pandemia de covid-19.

I – na educação infantil, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de trabalho educacional e do cumprimento da carga horária mínima anual previstos no inciso II do **caput** do art. 31 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

II – no ensino fundamental e no ensino médio, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do inciso I do **caput** e do § 1º do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, sem prejuízo da qualidade do ensino e da garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem, observado o disposto no § 3º deste artigo. (BRASIL, Lei nº 14.040, 2020, p. 01)

A partir desses documentos, Estados e municípios começaram a elaborar planos de ação para continuar ofertando os serviços à população e, ao mesmo tempo, evitar o contágio em massa pelo novo vírus, conforme ilustra o fluxograma 5.

FLUXOGRAMA 5¹¹



¹¹ MP nº934 e Lei 1.040/20. Fluxograma organizado pelo pesquisador com informações buscadas no Google.

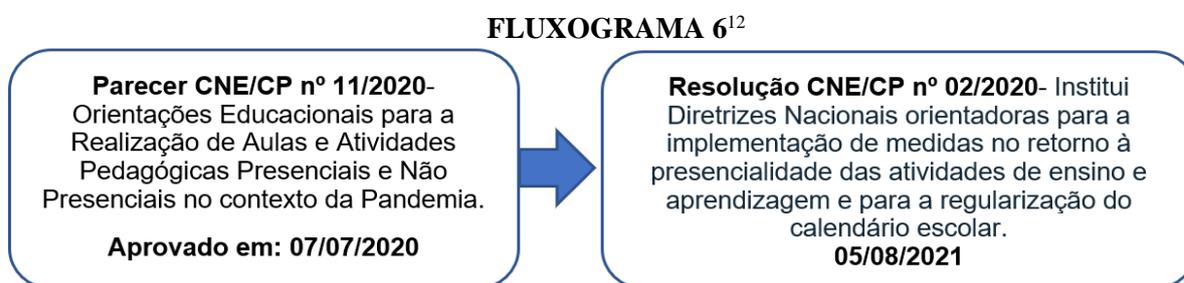
O Conselho Nacional de Educação (CNE), em colaboração às políticas educacionais desenvolvidas durante a pandemia de covid-19, apontou sugestões para oferta de ensino no período que persistisse a pandemia. Em julho de 2020, com a sinalização da volta às aulas de forma não presencial, o CNE/CP, publicou o Parecer nº: 5/2020 que trata da (BRASIL, CNE/CP, Parecer 05/2020) “[...] reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da covid-19” com orientações sobre como proceder a oferta do ensino na modalidade de aula não presencial considerando as diferentes faixas etárias que compõem os dois níveis da educação brasileira, a Educação básica e o Ensino superior: O documento aponta Algumas das possibilidades para o cumprimento da carga horária mínima estabelecida pela LDB seriam:

[...] a reposição da carga horária de forma presencial ao fim do período de emergência; a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares, garantindo ainda os demais dias letivos mínimos anuais/semestrais previstos no decurso; e a ampliação da carga horária diária com a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades. (BRASIL, CNE/CP, Parecer 05, 2020, p. 06) (Grifos nosso)

Para o Ensino Fundamental algumas possibilidades foram apresentadas, entre elas a oferta do ensino remoto síncrono, com aulas por videoconferência e interação em tempo real do aluno e professor e as aulas assíncronas por meio das aulas expositivas gravadas. O material apostilado e roteiros de estudos, também, fizeram parte dessa proposta inicial de retorno das atividades escolares.

O parecer CNE/CP nº:11/2020 considerou que o retorno às atividades presenciais deveria ser caracterizado, tanto pelos cuidados sanitários, quanto pela atenção dada ao pedagógico, sobre aquilo que o aluno abstraiu enquanto conhecimento durante o isolamento social em *home office*, para tanto, sugeriu e recomendou medidas de cunho organizacional e pedagógico, ainda que reconhecesse a autonomia das instâncias federal, estaduais e municipais sobre suas redes de ensino. Entre muitos documentos emitidos no decorrer do ano, sobre o mesmo assunto, e agora sobre a validação de atividades para integração de carga horária no ano letivo, a Resolução CNE/CP nº 2/2021 apontou possibilidades para que essa carga horária se completasse, orientou sobre a carga horária mínima para cada nível escolar e desvinculou, em

caráter de excepcionalidade, a carga horária de dia letivo do Ensino Fundamental e Ensino médio, conforme podemos ver no fluxograma 6.



As contribuições presentes nesses documentos auxiliaram os órgãos governamentais na tomada de decisões sobre como proceder diante da situação vivenciada em decorrência da pandemia causada pelo surto do novo Coronavírus em nível federal, também outros documentos foram editados e publicados a nível estadual, como veremos a seguir.

1.3 Efeitos da legislação federal sobre o Estado de Mato Grosso:

Em nível estadual, Mato Grosso, por meio da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-MT), em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso (SES-MT), emitiram, entre os anos de 2020 e 2022, notas técnicas conjuntas apontando a situação da saúde pública e propondo estratégia de organização de vários setores da sociedade. O governo manteve no site da saúde¹³ um espaço para a organização cronológica desses documentos de vários setores da comunidade. Aqui destacamos algumas notas que objetivaram orientações para a oferta do ensino no período da pandemia que é o foco desta pesquisa.

A primeira nota técnica foi publicada em julho de 2020 e trouxe orientações à escola para a organização do retorno às atividades escolares de forma não presencial, na forma de distribuição dos materiais impressos à comunidade escolar, e a aderência aos recursos tecnológicos que facilitariam o contato entre a escola e a comunidade, dentre outras recomendações.

A segunda nota técnica, em setembro de 2020, considerava o retorno presencial às atividades nas escolas, para tanto, orientava como proceder cada segmento escolar, fato que não aconteceu em decorrência do crescente número de infectados à época.

¹² Documentos orientativos de como proceder para retorno de atividades presenciais e não presenciais. Fluxograma organizado pelo pesquisador com informações buscadas no Google.

¹³ Disponíveis em: <http://www.saude.mt.gov.br/informes>, acessadas em: 23/12/2022

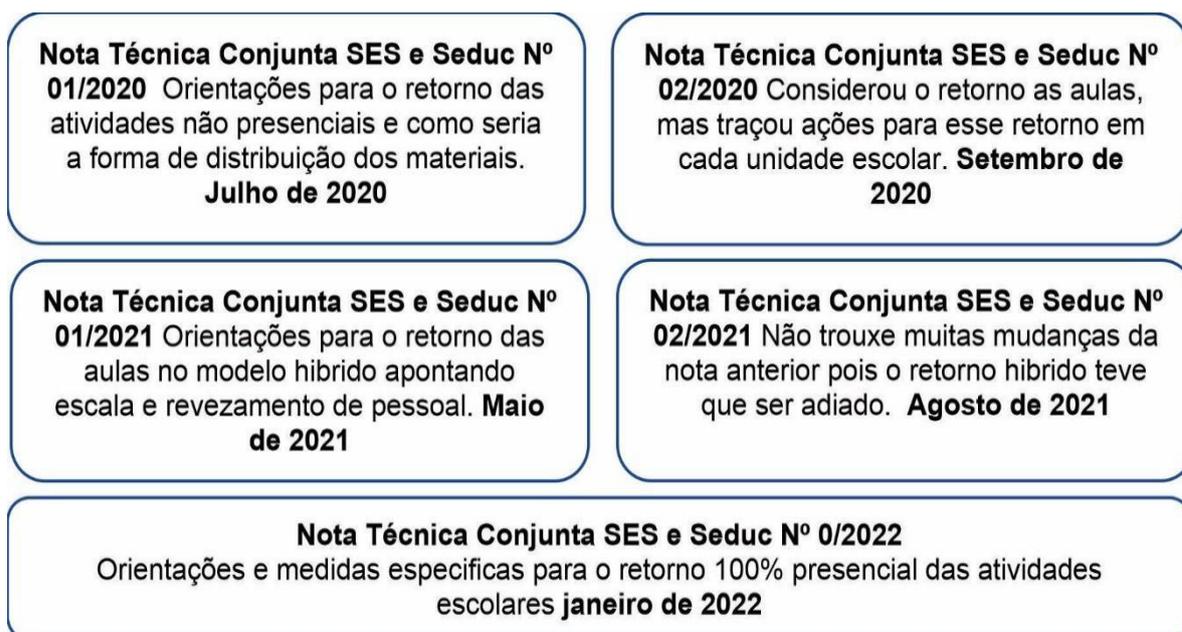
A terceira nota foi expedida em maio do ano de 2021 e considerava a possibilidade de retorno às atividades escolares de forma híbrida, apontando formas de escala para atendimento de toda a turma de alunos e também dos profissionais da educação que atuavam na escola, a nota técnica considerava os grupos de risco e a forma de tratamento para cada situação, este processo deveria estar de acordo com as orientações dadas por cada município, visto estar a cargo do executivo local o acompanhamento da evolução da doença.

A quarta nota técnica, de agosto de 2021, não diferiu muito da anterior, visto que o retorno às atividades escolares, mesmo de forma híbrida, só foi possível em agosto de 2021.

Já em 2022 foi publicado a nota técnica conjunta 001/2022 com orientações e medidas específicas para o retorno 100% presencial das atividades escolares, dentre as medidas podemos destacar: a estimulação a vacinação de crianças e adolescentes, o documento orienta, inclusive que o tema deveria ser abordado no cotidiano pedagógico, uma vez que grande parte dos adultos, nesta data, já se encontravam imunizados, e os números de infectados da pandemia estavam em relevante declínio. O documento ainda previa o uso de máscaras, distanciamento de 1 metro e meio e higienização das mãos com água e sabão e na impossibilidade desses itens, álcool 70%. Essas medidas sofreram alterações em documentos posteriores que exigiram, por exemplo, o uso da máscara em ambientes abertos e depois em qualquer ambiente.

Por meio do Fluxograma 7 é possível observar a quantidade de notas técnicas expedidas no período:

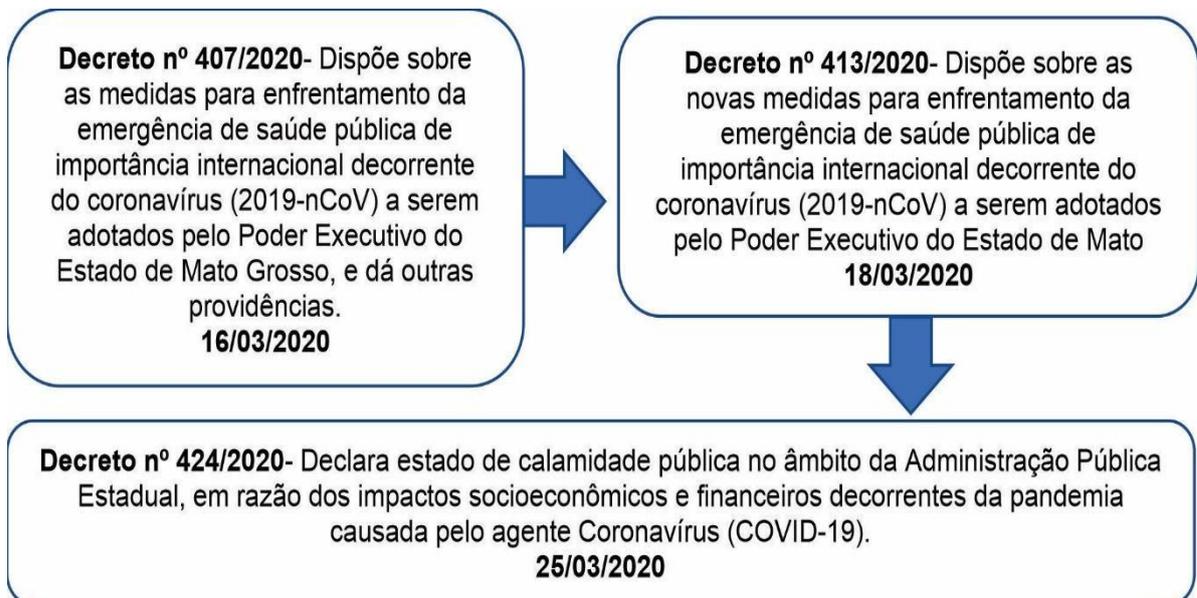
FLUXOGRAMA 7¹⁴



¹⁴ Notas técnicas com orientações para o retorno das aulas. Fluxograma organizado pelo pesquisador com informações buscadas no Google. Acesso em 25 de ago. de 2022.

A Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT) emitiu decretos com vistas a atender as necessidades de adaptação ou adequação dos documentos oficiais federais (leis, portarias, pareceres e resoluções) à realidade do estado de Mato Grosso. O Decreto Estadual nº 407/2020, publicado no DOE em 16 de março de 2020, suspendeu as atividades escolares em resposta ao que estabelecia a lei federal nº 13.979/2020, enquanto isso, o Decreto Estadual nº 413/2020 normatizou que, enquanto durasse o período de isolamento e suspensão das atividades presenciais, as aulas poderiam ocorrer mediante áudio ou videoconferência. Já o Decreto Estadual nº 424/2020, constituiu o estado de calamidade pública por 90 dias no âmbito da administração pública estadual. Como ilustramos no fluxograma 8, a seguir.

FLUXOGRAMA 8¹⁵



Estes documentos serviram de base para as ações desenvolvidas nas instituições escolares durante a pandemia no estado de Mato Grosso.

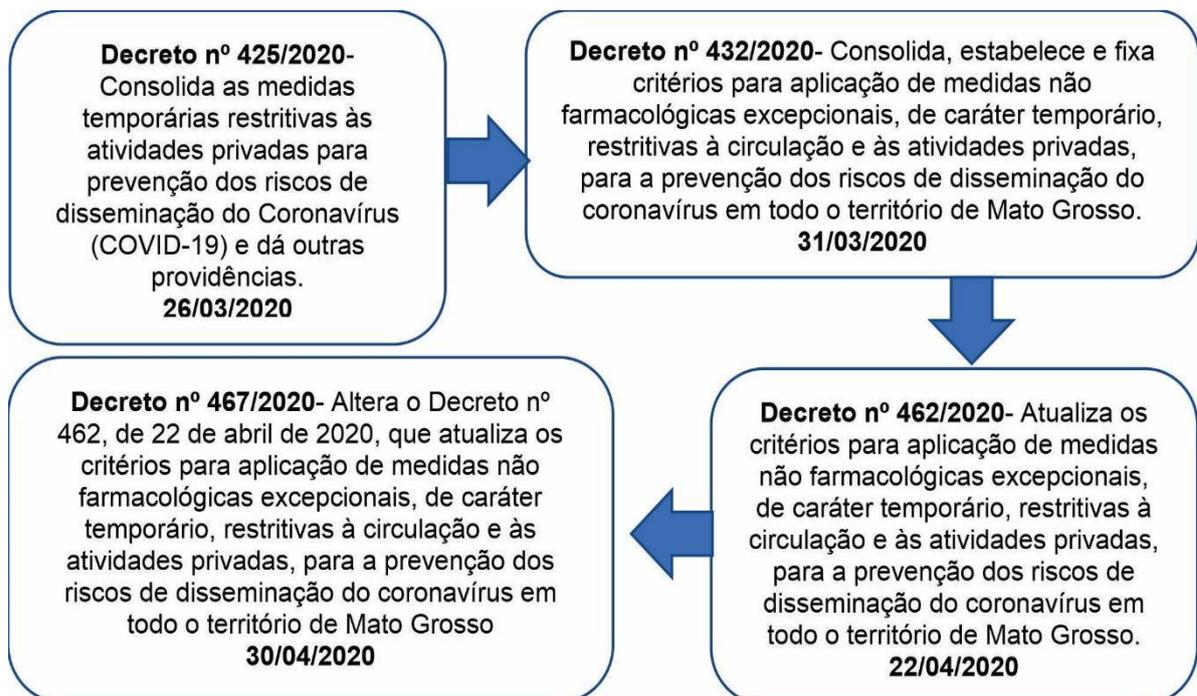
Com o passar do tempo, e a pandemia ainda em evolução, publicou-se o Decreto Estadual nº 425/2020 que, entre outros, estabelecia a permanência da suspensão das atividades presenciais em instituições de ensino públicas e particulares que permaneceram até o início do mês de abril de 2020. O Decreto Estadual nº 432/2020, ampliou a suspensão em 40 (quarenta)

¹⁵ Decretos emitidos pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC - MT) sobre como proceder diante da pandemia causada pelo SARS-COV-2. Fluxograma organizado pelo pesquisador de acordo com publicações retiradas do D.O.E.- MT. Disponíveis em: <https://www.iomat.mt.gov.br/>. Acesso em 25 de ago. de 2022.

dias “[...] independentemente de ocorrência de casos confirmados de covid-19 [...]” (MATO GROSSO, Decreto Estadual nº 432/2020).

O Decreto Estadual nº 462/2020, revogou o anterior relacionando a possibilidade da volta às aulas de forma presencial a partir do início de maio de 2020 condicionando essa possibilidade à baixa no número de internações em UTIs exclusivas para a covid-19, assim, segundo o documento, caso os números ficassem abaixo de 60%, as aulas retornaram presencialmente, possibilidade que foi revogada pelo Decreto Estadual nº 467/2020 mediante a evolução da doença, o Decreto Estadual nº 510/2020 sustentou a suspensão das atividades presenciais em toda a rede estadual de ensino e autorizou o poder público municipal a deliberar sobre as ações das instituições particulares quanto a probabilidade do retorno presencial de alunos, fato que fez com que, estas, tivessem seu retorno antecipado se comparado às instituições públicas de ensino. O Fluxograma 9 dá conta da quantidade de Decretos, que marcaram esses momentos de incerteza.

FLUXOGRAMA 9¹⁶



Em 12 de Junho de 2020, publicou-se o Decreto Estadual nº 522/2020 que, na ocasião, instituiu classificação de risco e atualizou as diretrizes para adoção, pelos Municípios, de

¹⁶ Decretos sobre como proceder diante da pandemia causada pelo SARS-COV-2. Fluxograma organizado pelo pesquisador com informações buscadas no Google. Acesso em 25 de ago. de 2022.

medidas restritivas para prevenir a disseminação da covid-19. Instaurou parâmetros, de acordo com boletins informativos sobre a evolução local da doença, e conferiu ao poder público municipal as decisões sobre como proceder diante do agravamento ou redução dos casos em relação às atividades coordenadas por ele, foi revogado pelo Decreto Nº 874 de 25/03/2021 e suspenso pelo Decreto Nº 836 DE 01/03/2021. O Decreto Estadual nº 783/2021, publicado em 14 de janeiro de 2021, em caráter de excepcionalidade e temporário, permitiu o retorno das pessoas ao serviço público, mas estabelecendo critérios como o revezamento entre trabalho presencial e o teletrabalho, até esse momento, as atividades escolares permaneceram de forma remota, ocorrência que foi revogada pelo decreto estadual nº 837/2021, do dia 1º de março, que determinou o retorno do teletrabalho, aliás, é depois desses decretos que a palavra “teletrabalho” e reuniões presenciais por meio eletrônico começam a ser mais utilizadas. O decreto estadual nº 874/2021, revogado pelo Decreto Nº 1134 de 01/10/2021, altera as normas constantes no Decreto Estadual nº 522/2020 ampliando o número de casos ativos para que o município fosse enquadrado de acordo com os níveis de gravidade, para cada nível estabelece regras específicas de como proceder para barrar a pandemia:

I - Nível de Risco BAIXO:

II - Nível de Risco MODERADO:

III - Nível de Risco ALTO:

IV - Nível de Risco MUITO ALTO:

a) implementação e/ou manutenção de todas as medidas previstas para os Níveis de Risco BAIXO, MODERADO e ALTO;

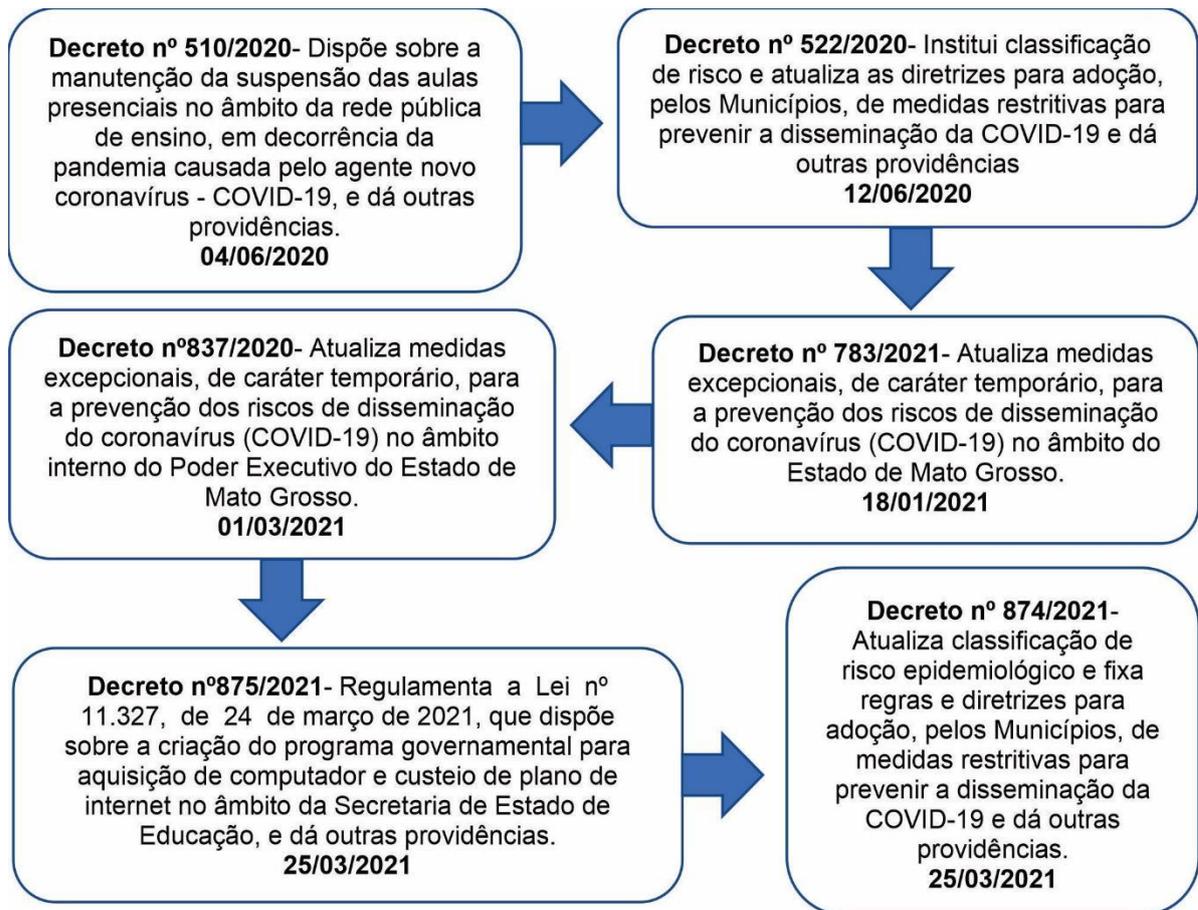
b) quarentena coletiva obrigatória no território do Município, por períodos de 10 (dez) dias, prorrogáveis, mediante reavaliação da autoridade competente, podendo, inclusive, haver antecipação de feriados para referido período;

c) suspensão de aulas presenciais em creches, escolas e universidades.

(MATO GROSSO, DECRETO 874, 2021, P. 0, Grifos nosso)

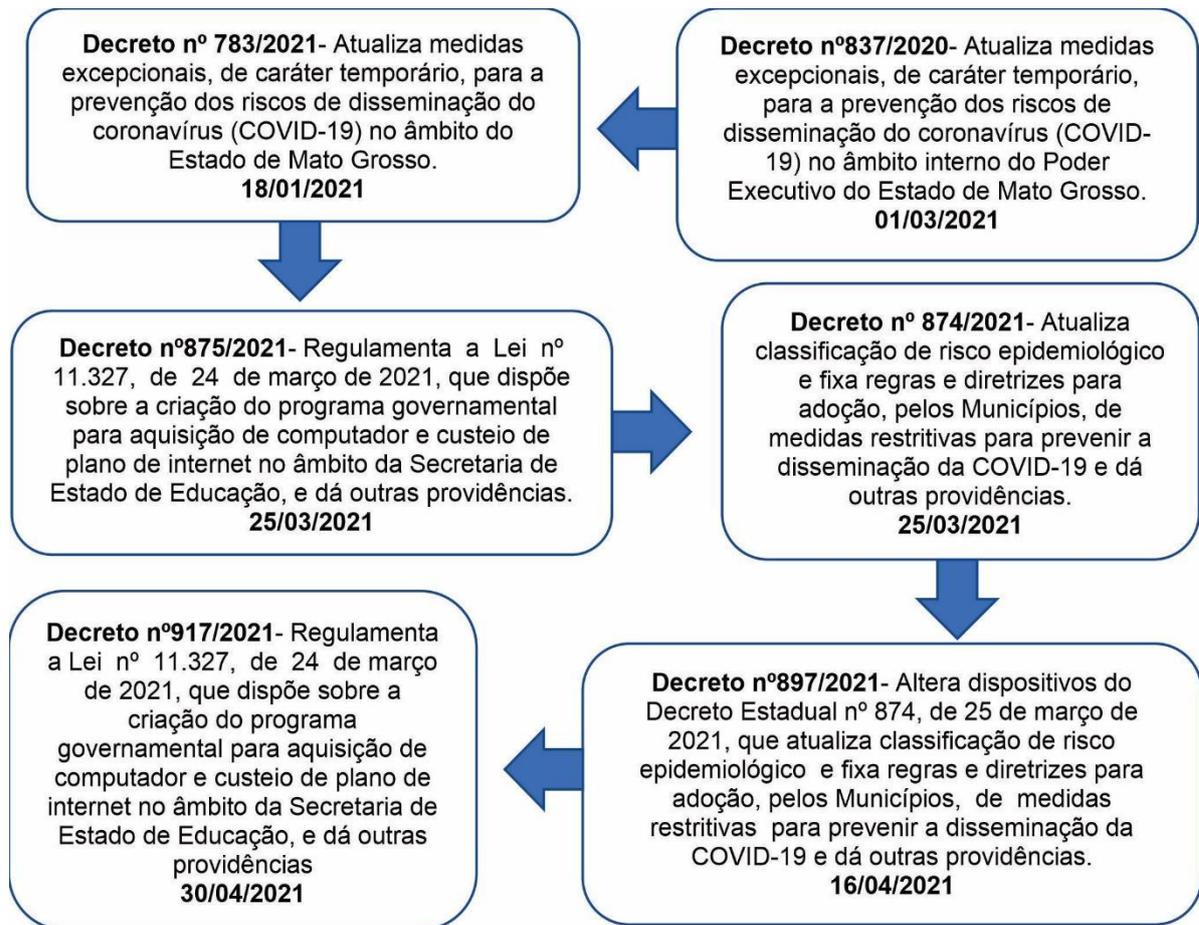
O Decreto Estadual nº897/2021, alterou dispositivos do 874/2021 a fim de auxiliar os municípios na estruturação das decisões sobre como proceder diante da situação pandêmica, já o Decreto Estadual nº 917/2021, considerando a diminuição nos números de infectados, determinou o retorno das atividades presenciais dos servidores, mas com a opção de manter pessoas com comorbidades em teletrabalho, conforme ilustra o fluxograma 10 e 11.

FLUXOGRAMA 10¹⁷



¹⁷ - Decretos sobre como proceder diante da pandemia causada pelo SARS-COV-2. Fluxograma organizado pelo pesquisador com informações buscadas no Google. Acesso em 25 de ago. de 2022.

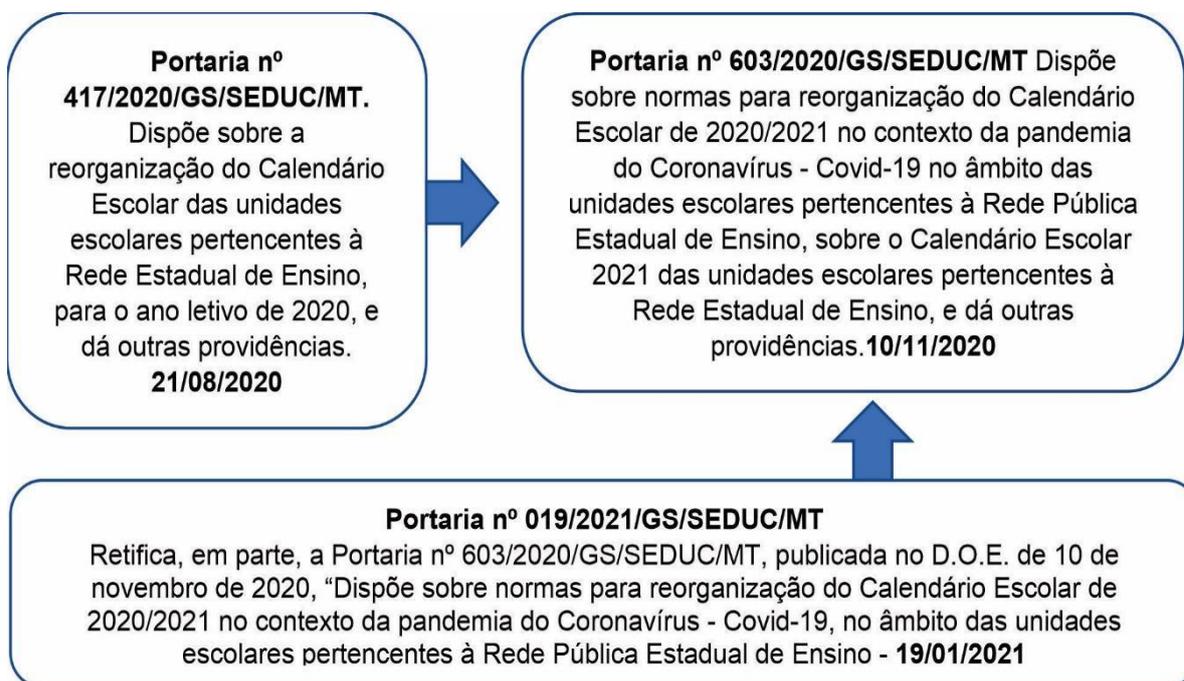
FLUXOGRAMA 11¹⁸



No dia 21 de agosto de 2020 a Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso, publicou a portaria N°417/2020/GS/SEDUC/MT que trata da reorganização do Calendário Escolar das unidades escolares pertencentes à rede estadual de ensino para o ano letivo de 2020 e, por meio da portaria nº 603/2020, estabeleceu regras para o cumprimento e organização desse calendário letivo, determinando o prazo final de encerramento do ano escolar de 2020 e início do ano escolar de 2021, ao qual, o ano de 2021 seria a continuidade do ano letivo anterior (o que nomearam de *continuum* curricular 2020/21) com acréscimo de carga horária transferida para o ano letivo de 2021, o documento traz que o acréscimo de carga horária seria cumprido de forma assíncrona. Portaria nº 019/2021/GS/SEDUC/MT, que também trata deste tema, retifica partes da 603/20. Como mostra o fluxograma 12.

¹⁸ Decretos emitidos pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC - MT) sobre como proceder diante da pandemia causada pelo SARS-COV-2. Disponível em: Fluxograma organizado pelo pesquisador de acordo com publicações retiradas do D.O.E.- MT. Disponíveis em: <https://www.iomat.mt.gov.br/>. Acesso em 25 de ago. de 2022.

FLUXOGRAMA 12¹⁹



Em julho de 2020, a secretaria emitiu a primeira portaria de orientação sobre atividades fora do posto de trabalho. A portaria nº 374/2020/GS/SEDUC/MT tratou dos conceitos de “teletrabalho” ou “trabalho remoto”, “revezamento” e “redução da jornada de trabalho”, nas instituições relacionadas à Secretaria Estadual de Educação. Para o documento considera-se o que está preconizado no Diário Oficial Mato Grosso, por meio da Portaria 374 que :

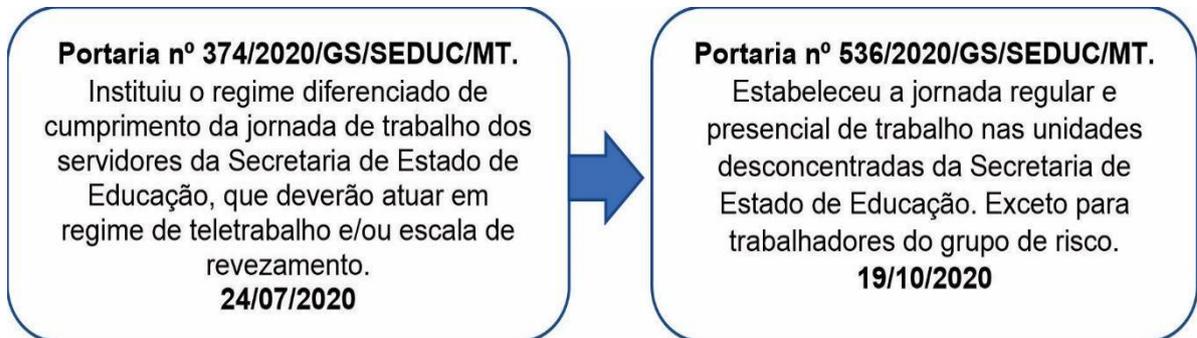
- I- Teletrabalho ou trabalho remoto:** modalidade em que o agente público executa suas atribuições funcionais fora das dependências de sua organização, mediante o uso de tecnologias de informação;
- II - Revezamento:** modalidade de jornada de trabalho que poderá ser realizada sob a forma de escala de dias ou turnos de trabalho;
- III - Redução de jornada:** redução temporária da jornada de trabalho, sem compensação ou redução de remuneração ou subsídio Diário Oficial (MATO GROSSO, PORTARIA 374, 2020, p19)

Essa portaria teve diversas alterações mediante expedição de outras, mas destacamos a Portaria nº536/2020/GS/SEDUC/MT que, entre outros, instituiu que “[...] fica restabelecida a jornada regular e presencial de trabalho nas unidades desconcentradas da Secretaria de Estado de Educação.” Assim, grande parte do funcionalismo público retornava ao trabalho presencial

¹⁹ - Portarias emitidas pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC - MT) sobre reorganização do Calendário Escolar de 2020/2021. Fluxograma organizado pelo pesquisador de acordo com publicações no D.O.E.- MT. No site: <https://www.iomat.mt.gov.br/> Acesso em 25 de ago. de 2022.

ficando o formato de teletrabalho restrito aos trabalhadores do chamado grupo de risco. Conforme fluxograma 13.

FLUXOGRAMA 13²⁰



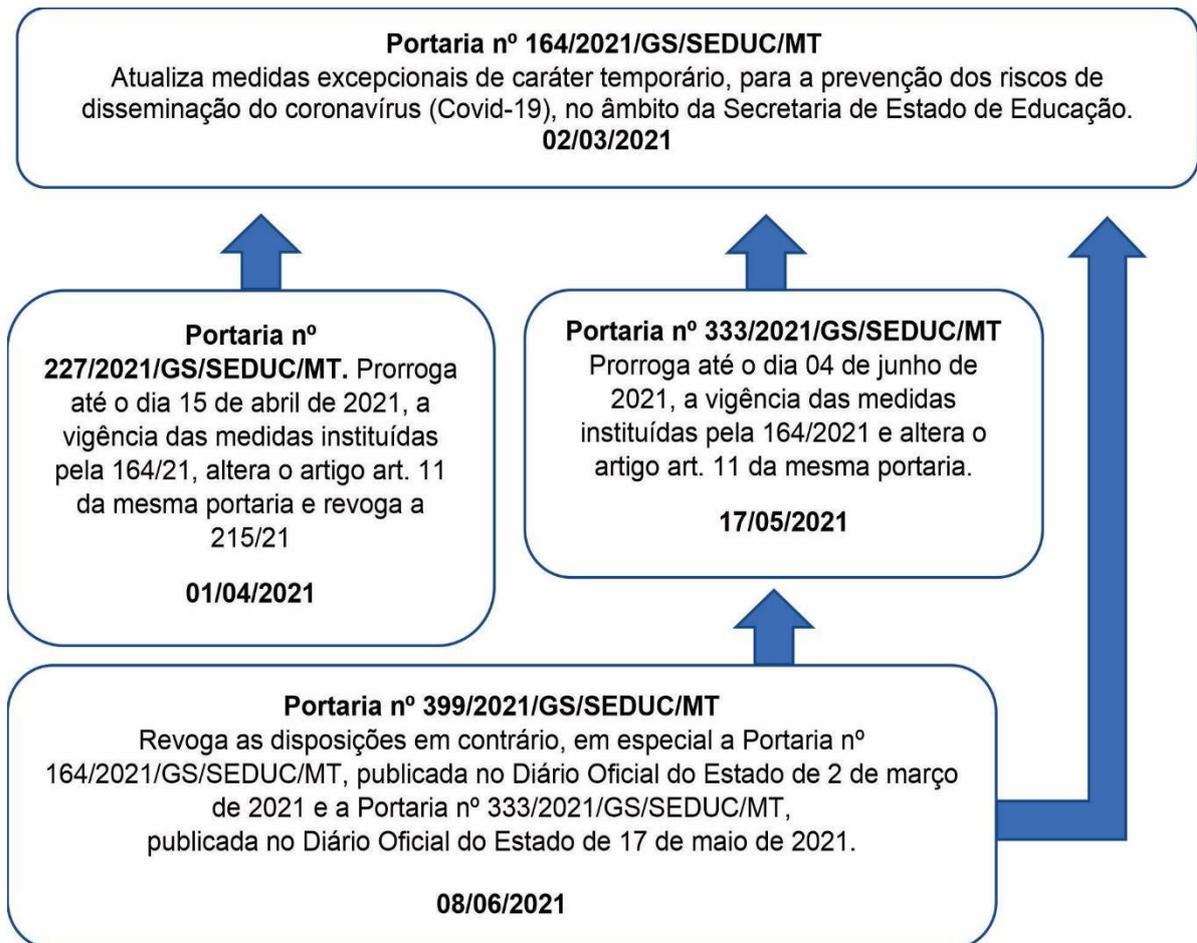
Em julho de 2021, publicou-se uma cartilha com orientações para o retorno das atividades escolares no modelo de ensino híbrido, o material tratava, desde as ações estratégicas da unidade escolar como a organização do espaço interno e externo da escola, formação dos grupos estudantis considerando o número de alunos da turma, acolhimento tanto de alunos quanto dos profissionais da educação, detalhamento das ações a serem coordenadas e outros.

Tanto a portaria nº 227/2021/GS/SEDUC/MT publicada em 1 de abril de 2021, quanto a portaria nº 333/2021/GS/SEDUC/MT do dia 17 do mês de maio, prorrogaram e alteraram dispositivos da portaria nº 164/2021/GS/SEDUC/MT, a primeira atribuiu às determinações do poder Executivo local à organização do atendimento nas unidades escolares da rede estadual de ensino, considerando os boletins de evolução da pandemia em cada município, já a segunda, solicitou o retorno ao cumprimento da carga horária de 100% (cem por cento) presencial, dos professores, nas instituições de ensino e o atendimento ao aluno continuaria por meio de materiais impressos, com tecnologias digitais para acompanhamento das atividades escolares e ainda liberou os plantões pedagógicos onde os alunos seriam escalonados em grupos de cinco alunos por turma, para atendimento presencial. A portaria nº 399/2021/GS/SEDUC/MT, manteve a determinação do trabalho presencial nas instituições de ensino com atendimento ao público mediados pelas tecnologias digitais e também a ininterrupção dos plantões pedagógicos, assim estabelecendo diretrizes de organização e assiduidade dos servidores

²⁰ Portarias emitidas pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC - MT) sobre Jornada de trabalho. Fluxograma organizado pelo pesquisador de acordo com publicações no D.O.E.- MT. No site: <https://www.iomat.mt.gov.br/> Acesso em 30 de set. 2022.

públicos que estavam em regime presencial ou em teletrabalho e revogou as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 164/2021/GS/SEDUC/MT, publicada no Diário Oficial do Estado de 2 de março de 2021 e a Portaria nº 333/2021/GS/SEDUC/MT, publicada no Diário Oficial do Estado de 17 de maio de 2021. Conforme fluxograma 14.

FLUXOGRAMA 14²¹



Os documentos Oficiais expedidos no decorrer desses dois anos, e apresentados até aqui, foram importantes enquanto referência para as decisões que ocorreram de forma coordenada, respeitando a realidade do estado e as necessidades locais, mesmo esses sendo orientações gerais e estando, quase que sempre, subordinados a evolução do quadro da doença em cada município, foram bases norteadoras e serviram de condições de produção para os discursos que apareceram no decorrer da pandemia. Foi de posse desses documentos que os

²¹ - Portarias emitidas pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC - MT) sobre diretrizes de organização e assiduidade dos servidores públicos. Fluxograma organizado pelo pesquisador de acordo com publicações no D.O.E.- MT. Disponíveis em: <https://www.iomat.mt.gov.br/>. Acesso em 30 de set. 2022.

gestores, não só das unidades escolares, mas de todos os setores da sociedade, tomaram as decisões para gerir as atividades enquanto durasse o período de isolamento social.

Ao percorrer e organizar esses documentos norteadores, notamos que as condições de produção dos textos oficiais federais, referentes a pandemia, não beneficiaram a agilidade e nem a eficácia do ensino mediado por tecnologias digitais, uma vez que, boa parte dos estudantes não tinha acesso aos meios digitais e ficaram fora das aulas remotas. Da mesma forma ocorreu com as leis estaduais que reproduziram as ordens federal e não favoreceram o ensino a distância por meio das TCIs ou não surtindo os efeitos desejados.

No próximo capítulo, trataremos dos conceitos da Análise de Discurso que foram mobilizados na análise do *corpus* desta pesquisa.

CAPÍTULO II

A ANÁLISE DE DISCURSO ENQUANTO DISPOSITIVO TEÓRICO- METODOLÓGICO DE ANÁLISE

Como já foi dito, esta pesquisa surgiu do interesse que temos pelo discurso político, e como este evoca, em tempos de crise à importância das tecnologias digitais na educação tendo como suporte teórico a Análise de Discurso, base que utilizamos para analisar o recorte. Para tanto, fizemos uma revisão dos conceitos da Análise de Discurso, e tratamos sobre o “anúncio publicitário” e “propaganda”, textos que estão diretamente presentes em nosso cotidiano e funcionam na interação com o seu público circulando sentidos e discurso, assim como as notícias, dos quais, retiramos o *corpus* discursivo deste trabalho.

A revisão bibliográfica de obras sobre a teoria da Análise de Discurso francesa nos permitiu uma breve contextualização da história da AD, partindo, na sequência, de alguns conceitos fundamentais que compõem seu arcabouço teórico, dando visibilidade ao uso como a teoria dispõe de ferramentas de análise como: discurso, condições de produção, formação discursiva, formação imaginária, sujeito, memória discursiva, interdiscurso, formação ideológica, entre outras.

A AD surgiu na França, no final da década de 60, e teve como principal expoente o filósofo francês Michel Pêcheux, que publicou, em 1969, a obra *Análise Automática do Discurso*, conhecida como AAD69. Este trabalho inaugurou uma nova disciplina com vistas a articulação entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise.

Segundo Pêcheux, (1969, p 160).

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos

O grande nome da Análise de Discurso, no Brasil, é a Professora Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi que afirma:

[...] se a Análise do Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a

Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2009, p. 20).

No Brasil, a autora realizou os primeiros estudos sobre o discurso e se empenhou em traduzir toda a obra de Pêcheux, além de formar um grande grupo de seguidores, que contribuíram para a consolidação da área.

2.1 - Discursos em circulação: anúncio publicitário, propaganda e notícia

O nosso *corpus* foi composto por recortes de notícias, tomando como condição de produção a constatação de que cada texto funciona um mecanismo de estabilização que nos permite, na prática cotidiana, à identificação de uns ao compararmos a outros, mesmo que muitas dessas categorias se repitam em diferentes textos, elencamos aqui, algumas características de textos que se assemelham com as notícias a que retiramos o material de análise. Ao coletar o nosso *corpus*, percebemos que, embora os textos encontram-se na aba notícia, eles carregam em si muitas características que os aproximam outros textos que tem por finalidade a promoção de algo ou alguém. Ao analisar esses modelos de enunciados, tentaremos perceber condições de produção que possibilitam a aproximação entre eles. Sendo assim, tratamos dos anúncios publicitários e das propagandas para analisarmos as memórias que essas matérias discursivas acionam, enquanto recursos de convencimento, na análise de nosso material.

O anúncio publicitário é um gênero textual/discursivo que tem por finalidade a promoção de um produto, de uma marca ou de uma ideia, esses textos são veiculados, principalmente pelos meios de comunicação: jornais, revistas, televisão, rádio e internet, e também podemos vê-los em *outdoors*, panfletos, ou cartazes na rua, etc. São compostos de enunciados atravessados por muitas posições sujeito, sendo o convencimento uma característica bastante marcante no discurso neles presentes. A publicidade apresenta caráter meramente comercial e pode se dar por meio de imagens, cores, sons, utilização de linguagem simples, em textos relativamente curtos, persuasivos, atrativos, humorísticos, irônicos etc. Na propaganda, o sujeito utiliza-se de diversas ferramentas que lhe conferem autonomia e que promovem os sentidos de singularidade, como se sua intenção forjasse os sentidos para o dizer. No entanto, para a AD, não há sentidos singulares, o enunciado é fruto de posições sujeito distintas, o sujeito ideológico é atravessado e inconsciente, pode apresentar muitas formações discursivas, e

consequentemente, muitos efeitos de sentidos. Segundo Orlandi (2008, p. 54), “A constituição do texto, do ponto de vista da ideologia, não é heterogênea. O que é previsível, já que a ideologia não é uma máquina lógica, sem descontinuidade, contradições etc.”. Assim, o ponto balizador da nossa pesquisa é o de que todo discurso é suscetível de falhas e de diferentes posições do sujeito, sendo esses aspectos que dão materialidade aos sentidos possíveis.

As propagandas, assim como os anúncios publicitário, têm como finalidade promover um serviço ou produtos para o comércio com objetivo bem delimitados: persuadir o consumidor a adquirir determinados produtos. A finalidade da propaganda é a venda, para isso se utiliza de estratégias para a efetivação da propaganda, como: linguagem apelativa, emocional, humorística ou até mesmo sexual. Basicamente a diferença entre publicidade e propaganda está na forma como as áreas se comunicam com o consumidor, no entanto, elas têm objetivos finais distintos.

Enquanto isso, a notícia, para as teorias que tratam de gêneros textuais, é um texto narrativo e informativo do campo jornalístico. Na AD, a noção de que a notícia é veiculada sob uma ótica de imparcialidade é criticada, pois a imprensa não veicula um fato isentamente, visto que todo dizer é posição, portanto, resulta de atravessamentos ideológicos. Ao autor, pesa o trabalho de escrever um texto fluído, coeso e sem repetições, no qual, a clareza é ponto fundamental, mas não isento da carga ideologia que carrega consigo. No geral, defende-se que as notícias, preconizam característica e discursos, predominantemente, imparciais. Para essas teorias, o autor não defende o lado A nem B, tão pouco expressa juízo de valor ou posicionamento sobre o assunto noticiado. No entanto, para a AD não existe imparcialidade, todo discurso é atravessado ideologicamente e produz sentidos múltiplos, não excluindo a própria ideologia de quem o produziu. Ao recortar o *corpus* discursivo percebemos que as notícias selecionadas se aproximam de sentidos que lhes colocam como ferramenta de promoção institucional e sentidos que as aproximam mais de propagandas políticas partidárias do que uma notícia de ações e investimento em tecnologia digitais na educação.

Qualquer que seja o material, notícia, publicidade ou propaganda, produz sentidos distintos a depender das condições de produção a que ele foi submetido. Para a AD, a essa multiplicidade de sentidos dá-se o nome de Efeitos de Sentidos. Para Pêcheux (2009), tais efeitos são efetivados através dos diferentes sentidos possíveis que um mesmo enunciado pode gerar dependendo da formação discursiva dos sujeitos do discurso. Sendo assim, os anúncios publicitários e as propagandas têm em comum, estratégias que buscam persuadir os consumidores na tentativa de conduzi-los ao consumo ou ao convencimento, por meio da mesma formação discursiva, estratégias que, em grande maioria, fundam-se em discursos pré-

construídos, reforçando-os e de certo modo, contribuindo para o compartilhamento deles como verdade absoluta. Lembramos que para a AD, não existe a verdade absoluta, o que ocorre é uma “concepção de verdade” com base na formação ideológica de cada sujeito, assim, cada sujeito terá então, uma “verdade”, coerente com a sua formação ideológica e produz sentidos a partir dela.

2.2 - Conceitos em Análise de Discurso: dispositivos teóricos mobilizados na análise

Na relação de produção de sentidos, o enunciado afeta o sujeito receptor produzindo nele efeitos de sentido, em contrapartida, quem o produziu também é afetado e cria condições para que o sujeito fale como fala, interprete como interpreta, com base nas condições de produção, acionado pela memória discursiva, e atrelado às formações discursivas e formações ideológicas. Mas como isso acontece? Buscamos essa resposta nessa revisão dos conceitos da AD que utilizamos na análise do *corpus* desta pesquisa.

O homem em sociedade é, constantemente, exposto à posição de interpretar tudo ao seu redor. Ao ser comunicado ou comunicar-se com alguém, o sujeito aciona, inconscientemente e involuntariamente, um complexo mecanismo de interpretação de sentidos. Os sentidos são produzidos levando em consideração as condições de produção e percepção do enunciado, que é a construção que possibilita o sujeito enunciar a partir das posições socio e historicamente constituídas, assim, o sujeito não só significa o mundo, mas significa o que enuncia para o mundo numa via de mão dupla. Esse mecanismo nos permite olhar para o sujeito que fala na posição-sujeito em que ocupa. Orlandi (2015, p. 28) discorre sobre o discurso em suas “Condições de Produção” considerando-as como sendo dimensões sócio históricas e ideológicas do enunciador, ou seja, tudo o que está posto, inclusive os não ditos, no discurso, estão significando, pois, recupera significações que já foram ditos anteriormente, materializando-se através da “memória social”.

As relações estabelecidas entre o sujeito e a ideologia formam a base da construção da AD. Ao analisar um discurso, não podemos fazê-lo isolando-o de sua historicidade, ao sujeito cabe a certeza de ser a origem do discurso, este tem a ilusão de ser o primeiro a enunciar o que enuncia, é o que Pêcheux chama de “esquecimentos” e que trataremos mais a seguir. Ocorre que ao enunciar, o sujeito, só consegue produzir os sentidos no discurso situando-os em uma formação discursiva que está relacionada a uma formação ideológica e que faz referência à uma memória. Desta forma, o discurso está intimamente atrelado à memória discursiva e social do sujeito. Assim, afirma que:

[...] a memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética de repetição e regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face, a um texto surge como acontecimento a ler, vem a restabelecer os ‘implícitos’ de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação do legível. (Pêcheux, 1999, p. 52)

Sendo assim, a Memória Discursiva atravessa a produção de sentidos enquanto no ambiente discursivo estabelece relações mutáveis, heterogêneas, se utiliza da repetição para a produção discursiva, utiliza-se para se estabelecer relação com os implícitos e está atrelada aos esquecimentos.

Orlandi (2015) afirma que os sujeitos possuem a capacidade de recuperar determinadas imagens no seu inconsciente, o que a autora chama de: “memória social”. Neste caso, para a AD não se trata da memória física, e sim de uma memória histórica que é recuperada na construção do discurso e no mecanismo de mobilização do interdiscurso.

Outro ponto fundamental difundido na AD são as questões da ideologia que interpela os indivíduos em sujeitos fazendo-os ocupar um lugar específico e determinado nesse sistema de produção. Althusser (1980, p. 77) defende que, “[...] a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência” a ideologia não reflete o mundo real das coisas, na realidade, ela representa a relação imaginária que os indivíduos têm do mundo real, assim, toda forma de ideologia são “concepções do mundo”. O autor trata do funcionamento da ideologia nas mais diversas formas de dominação e a sua característica de interpelação incorrendo sobre os indivíduos constituindo em sujeitos. Segundo o mesmo autor,

“[...] a categoria de sujeito é constitutiva de toda a ideologia, mas ao mesmo tempo e imediatamente acrescentamos que a categoria de sujeito só é constitutiva de toda a ideologia na medida em que toda ideologia tempo função (que a define) constituir os indivíduos concretos em sujeitos” (ALTHUSSER, 1980, p. 94).

Pêcheux defende a ideia de um sujeito instituído pelo efeito ideológico elementar, enquanto Althusser trata de sujeitos que são interpelados a ocuparem um espaço na cadeia de produção. Para o segundo é impossível acessar a ideologia, isso pelo fato da dependência que o indivíduo estabelece com a linguagem. A ideologia é o efeito de evidência que possibilita produzirmos interpretações do mundo. A nossa capacidade de interpretar está, assim, atrelada a nossa forma ideológica de enxergar as coisas do mundo e no mundo.

Para Orlandi (2015, p. 44), o trabalho da ideologia é o de “[...] produzir evidências, colocando o homem na relação com suas condições materiais de existência” o que atesta a

condição em que o homem é posto a interpretar, essas condições, na busca pelo sentido disposto nos discursos, pois, para a autora “[...] o indivíduo é interpelado em sujeito por sua ideologia” (idem, p. 47). No entanto, a ideologia cria a ilusão de que o sujeito é dono do dizer, ou seja, aquele que produziu o sentido original para o discurso dado. Para Pêcheux (2014, p 146, grifos nossos), “[...] é a ideologia que, através de convenções e do ‘uso’, está designando ao mesmo tempo o que é e o que deve ser [...], fornecendo elementos que permitem que conheçamos o mundo e tudo o que o compõe”.

Outro conceito que mobilizaremos na análise do nosso *corpus* discursivo é o funcionamento do silêncio, quando Orlandi (1997, p. 29) o toma como “fundante” do sentido, visto que ele é “[...] a matéria significante por excelência, um *Continuum* significante. O real da significação é o silêncio”. E como o nosso objeto de reflexão é o discurso, chegamos a uma outra afirmação que sucede a essa: o silêncio é o real do discurso. Para a autora, (idem, p. 12-13) “há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter da incompletude da linguagem: todo o dizer é uma relação fundamental com o não dizer”. Sendo assim, o sujeito ao dizer algo, oculta outros tantos discursos que também significam nessa incompletude da linguagem.

Orlandi (1997), defende que o silêncio tem uma progressão histórica que abarca desde o “mais silêncio” do mundo dos mitos até o “menos silêncio” que concerne às explicações científicas. Assim, trata do silêncio fundador que estabelece a relação com a função entre língua e ideologia e entrega a garantia do movimento de sentidos que são necessários e não originários, pois as representações do mundo são ditas por meio de uma totalidade histórica que molda o que temos como representação do mundo real. Além do silêncio fundador, a autora o divide em silêncio “constitutivo” e “local”. O primeiro, que podemos observar na análise do nosso objeto da pesquisa, estabelece a relação de produção de sentidos a partir da dicotomia dizer e não-dizer, e que é a inclusão dos sujeitos discursivos nas Formações Discursivas historicamente constituídas e que produzem os sentidos do dizer. Já no segundo, a política do silêncio (silenciamento), o sujeito é silenciado por meio da censura de dizer o que pode ser dito. Nos discursos presentes no nosso *corpus* percebemos a inserção do silêncio constitutivo surgindo pela necessidade de mostrar o trabalho realizado, uma espécie de manutenção da transparência que o sujeito tem para com a sociedade, pois é mediante essas necessidades, que surgem as possibilidades de significar o silêncio:

O silêncio não é, pois, [...] o “tudo” da linguagem. Nem o ideal do lugar “outro”, como não é tampouco o abismo dos sentidos. Ele é, sim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o

deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa (ORLANDI, 2013, p. 24).

Retomando o processo de constituição das condições de produção, que supõe as possíveis imagens criadas a partir da percepção e recepção do discurso de A para B, temos o que, na Análise Automática de Discurso (AAD/69), Pêcheux chamou de as Formações Imaginárias (FI), que se resume nas possíveis imagens que B tem de A ou vice e versa, assim:

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações) (PÊCHEUX, 1969, p. 82)

Entendemos que, todo processo discursivo pressupõe a existência de Formações Imaginárias (FI), as quais, os interlocutores projetam possíveis sentidos sobre si e sobre o outro, e a partir destas projeções estabelecem suas relações de sentido, e se posicionam nas relações conforme o esquema a seguir:

IA(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A - Quem sou eu para lhe falar assim?
 IA(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A - Quem é ele para que eu lhe fale assim?
 IB(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B - Quem sou eu para que ele me fale assim?
 IB(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B - Quem é ele para que me fale assim? (PÊCHEUX, 1969, p. 82)

Assim, podemos imaginar que as regras de projeção são responsáveis por estabelecer a relação entre a situação do discurso e as posições dos diferentes participantes nesse mecanismo de interação social. Portanto, a FI pode ser considerada como um mecanismo de antecipação e estabelece a maneira pela qual a posição dos participantes do discurso interfere nas Condições de Produção do discurso. A FI é o

[...] mecanismo da antecipação, todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. (ORLANDI (2015, p. 37)

Para a autora, o conceito de Formação Imaginária trata-se de um jogo de imagens que acontecem entre o sujeito do discurso, seu interlocutor e o objeto do discurso. Essas imagens projetam e levam o sujeito ao seu lugar no discurso fazendo com que ele deixe de ser o sujeito empírico. As FIs contribuem significativamente para a construção de discursos carregados de pré-construídos, para a AD o sujeito tem a capacidade para conceber a checagem da “veracidade” do dito, essa é uma característica do sujeito empírico.

[...] a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo-se subjetivas não como “que afetam o sujeito”, mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito”. Daí a necessidade de uma teoria materialista do discurso – uma teoria não subjetivista da subjetividade – em que se possa trabalhar esse efeito de evidência dos sujeitos e também a dos sentidos. (ORLANDI, 1999, p. 44)

Assim, o sujeito não consegue se desvencilhar da formação ideológica e discursiva que o constitui, ou seja, todo discurso traz consigo uma dada ideologia e historicidade que contribuirá para a multiplicidade de sentidos.

Um elemento particular da materialidade ideológica. Daí que as formações ideológicas comportam uma ou varias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito[...] Pêcheux afirma que a língua é o lugar material em que se realiza os efeitos de sentidos. O que nos leva à formação de que a materialidade específica (particular) da ideologia é o discurso, e a materialidade específica (de base) do discurso. (ORLANDI, 2012, p. 45)

A autora acrescenta, e entende o discurso como sendo o “efeito de sentidos entre interlocutores”, que é um processo de significação em que estão presentes a língua e a história e na qual existe um sujeito que é interpelado pela ideologia, dessa forma, não existe discurso produzido apenas pelo autor, como também não existe sentido que seja apenas construído pelo interlocutor, as partes dialogam de alguma maneira, mesmo que os sujeitos não estejam ligados fisicamente ou mesmo cronologicamente, os discursos são construídos a partir de vivências, da história, dos símbolos, das representações etc.

Podemos concluir, com base em Pêcheux e Orlandi, que um processo de discurso pressupõe que o sujeito tem a capacidade de projetar sentidos sobre o que o outro fala a partir de projeções feitas sobre si antecipando sentidos, e a estratégia do discurso se baseia nisso. Como essas são expectativas, o que é dito precede a reação final de B, que aprovará ou não a decisão esperada de A, no entanto, essas expectativas sempre se sobrepõem ao que foi ouvido ou dito, e constituem a própria hipótese da formação e esse não é um processo de mão única.

As notícias que analisamos, mostram uma ideia pré-construída sobre tecnologias digitais e seus benefícios para a sociedade, num processo de paráfrase, retoma discursos já cristalizados para a efetivação de sentidos positivos. Para Pêcheux, (2014, p. 146), “[...] a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’ está designando, ao mesmo tempo, *o que é* e *o que deve ser*, e isso, às vezes, por ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como dispositivo de ‘retomada de jogo’”.

Para o autor, é através da ideologia que podemos nos organizar socialmente e através dela construirmos, ideologicamente, os posicionamentos e isso posiciona o sujeito em lugares sociais que ocupa. As palavras e os enunciados participam, assim, de um jogo de produção de sentidos que poderão significar, o que de fato elas queiram significar, ou usar da multiplicidade de sentidos, construindo assim sentidos diversos; é o que o autor chama de “caráter material do sentido” de uns em detrimento a outros.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queira dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX 2014, p. 146)

Com isso temos que os sentidos existem, na/pela ideologia, no assujeitamento espontâneo e pelos esquecimentos.

Boa parte dos discursos veiculados nas mídias nacionais, na TV ou internet, são construídos com base em discursos que são sócio historicamente legitimados. Para Gnerre (2003, p. 19), “[...] entender não é reconhecer um sentido invariável, mas ‘construir’ o sentido de uma forma no contexto no qual ele aparece”, ou seja, o discurso não significa por si só, ele passa a significar nas situações de uso, considerando as marcas que estão nos enunciados e o sujeito, ao interpretar, não busca o sentido multifacetado, mas “elegerá”, de modo não

intencional, mas atravessado pela ideologia e pelo inconsciente, um que melhor se adapte aos preceitos de verdade que ele acredita ter naquele momento.

Quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente. Daí considerarmos que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2015, p. 34)

Para a AD, o pré-construído, como representação coletiva impregnada, trata-se de uma construção de leitura de determinado assunto, que surge no momento em que um locutor recupera, no discurso, elementos espalhados e frequentemente contestáveis, para reconstruí-los em função de um modelo cultural que já existe.

Percebemos que no *corpus* desta pesquisa, os sentidos são produzidos utilizando-se, entre outros, desses processos de polissemia e de ambiguidade em um processo de (re)construção dos dizeres, sendo assim, retomam discursos reconstruídos e marca uma estabilidade no discurso, mas também joga com a polissemia ao passo que os sentidos rompem os limites do que foi dito.

Outro ponto observado é a utilização, assim como em propagandas e campanhas publicitárias, da generalização e uso dos pré-construídos, por meio desses mecanismos, os sujeitos autores tentam convencer os consumidores a comprar seus produtos e/ou serviços. Essas generalizações fazem com que os sujeitos aceitem certos discursos e o transmitam como verdade absoluta, que é dada pela “vontade de verdade”, no nível da subjetividade. Foucault (1970) afirma que a vontade de aceitar as “verdades” de um discurso se sustentam e se conformam na historicidade que ele abarca.

Segundo Pêcheux (2014, p. 93), o pré-construído tem uma característica essencial, a separação entre o “pensamento” e o “objeto de pensamento”, ao qual o primeiro depende do segundo para existir, para o autor essa relação é:

[...] marcada pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, pré-existe ao sujeito. (PÊCHEUX 2014, p. 93)

A ilusão da transparência dos significados é baseada na certeza empírica de que existe um único sentido identificável, que é integral e representa à forma de sujeito na qual somos constituídos. No entanto, o afastamento entre o pensamento e o objeto do pensamento se faz necessário ao passo que para pensar o objeto do pensamento o pensamento pré-existe, ou seja, para o nascimento de um conceito/sentido algo antes marca a existência deste.

Assim, percebemos uma relação entre o pré-construído e a vontade de verdade. A AD não lida com discursos verdadeiros ou falsos, não existe esse interesse para a teoria, como já foi dito, o que ocorre é a busca pela inter-relação da língua com sua história, procurando compreender as práticas languageiras na interpretação dos discursos ideologicamente construídos e em circulação na sociedade. Desta maneira, quando o discurso é generalizado, ou seja, é dito muitas vezes, provavelmente, passará a ter o valor de verdade, em outras palavras, algo dito muitas vezes, se constrói, ideologicamente, como uma verdade.

Da mesma forma, para a AD, não somos a origem dos nossos discursos, assim, os conteúdos presentes no nosso *corpus* de pesquisa não diferem dos milhões que já foram escritos, lidos e publicados. Devido sermos constantemente interpelados por nossa memória social, ao dizer, ao produzir sentidos do discurso do outros, nossas formações ideológicas e discursivas são acionadas automaticamente. A memória,

[...] têm suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, e em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: O saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. (ORLANDI, 2015, p. 29)

Orlandi (2015, p. 30) reforça que: “O dizer não é propriamente particular. As palavras não são só nossas. O que é dito em outro lugar também significa em nossas palavras”, entende-se que os nossos discursos não são particulares, são frutos do ambiente em que vivemos, do que lemos, do que escutamos, etc. Portanto, o que significa para nós, só significa porque já foi dito por alguém em algum outro lugar, afetando a nossa “memória social” e nos construindo ideologicamente.

A análise do discurso está colocada, na maior parte do tempo, sob o duplo signo da totalidade e da pletora. Mostra-se como os diferentes textos de que tratamos remetem uns aos outros, se organizam em uma figura única, entram

em convergência com instituições e práticas, e carregam significações que podem ser comuns a toda uma época. Cada elemento considerado é recebido como a expressão de uma totalidade à qual pertence e que o ultrapassa. Substitui-se, assim, a diversidade das coisas ditas por uma espécie de grande texto uniforme ainda jamais articulado e que, pela primeira vez, traz à luz o que os homens haviam “querido dizer”, não apenas em suas palavras e seus textos, seus discursos e seus escritos, mas nas instituições, práticas, técnicas e objectos que produzem. (FOUCAULT, 2008, p. 134)

O autor discorre sobre a multiplicidade dos sentidos no discurso e na sua reiteração com os já postulados, assim reforçando que mesmo na distinção, pode-se ocorrer a interação discursiva entre textos, criando assim uma unicidade que poderá perpassar o tempo. Com isso, constatamos que a multiplicidade dos sentidos e das Formações Discursivas se fundem em um discurso, por isso não podemos pensar em um discurso original, tudo, de alguma forma, já está posto, tudo está ligado e contribui, de alguma forma, para a constituição dos sentidos.

Ao interpretar as coisas no mundo recorremos ao que a AD trata de Memória Discursiva, pois sempre que necessitamos construir nossos dizeres, no caso reconstruí-los, atribuímos novos sentidos a linguagem que socio histórico e ideologicamente concebida. Nesse sentido, estamos também construindo uma memória discursiva, uma vez que, usar a linguagem é produzir sentido. Com isso temos que as palavras variam em sua temporalidade, ou seja, uma palavra que significava algo no passado, adquire novos sentidos a depender das condições de produção, o que não significa que ela irá perder o sentido que tinha anteriormente, mas, ocorre um processo de ressignificação, mediante aos acontecimentos ao qual ela aparece socialmente. Dentro da concepção de uso da linguagem, aqui adotada, ao agrupar essas várias memórias discursivas do mesmo campo semântico, temos o que a AD trata como “Formação Discursiva” (FD).

[...] uma formação discursiva existe historicamente no interior de determinadas relações de classes; pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas que colocam em jogo novas formações ideológicas. (PÊCHEUX, 1969, p. 165)

Sendo assim, entendemos que as FDs servem de ingredientes para novos discursos e segundo o mesmo autor (2014), é responsabilidade das FDs a abstração e ou a naturalização de um grupo de enunciados criados a fim de organizar os dizeres.

[...] o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade

essa que reside no fato de que “algo fala” sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sobre a dominação do complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 2014, p. 149)

Cabe aqui ressaltarmos as regulações existentes que ditam o que deve ser dito, quando pode ser dito e por quem deve ser dito, entre outras variações. São nas formações discursivas que podemos identificar alguns silenciamentos da ordem do não poder ser dito. Alguns dizeres só podem ser ditos em determinados ambientes por determinados sujeitos em determinadas situações. E o que chamamos de “sentido”, na realidade, pode ser entendido, segundo Pêcheux (2014), como “efeito de sentido” decorrente da nossa interação com o discurso somado à ideologia e todo o aparato que forma o interdiscurso e que contribui para a “interpelação dos indivíduos em sujeito”, e especificamente em sujeitos de seus discursos.

[...]o funcionamento da ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especialmente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do discurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade” enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas. (PÊCHEUX, 2014, p. 149)

Cabe-nos imaginar a notícia, a que retiramos o nosso material analítico, escrita a partir da realidade experimentada do grupo que a produz, e significada pelos sujeitos leitores, produzindo sentidos a partir das FDs que é designada pela AD, segundo Pêcheux (2014, p. 147) como “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que *pode e deve* ser tido”. Assim, entendemos que as palavras não dependem apenas dos seus sentidos estritos para significar, elas carregam uma carga semântica que lhes conferem à possibilidade de serem auferidas ou não nos discursos, pois o sentido não está no signo, mas na situação de uso.

Os dicionários inventários dos signos “legitimados” forneceram aos vocábulos aí recolhidos uma **existência abstrata** que os torna totalmente diferentes dos signos excluídos do inventário. No entanto, **as palavras não têm realidade fora da produção linguística**; as palavras **existem nas situações nas quais são usadas**. (GNERRE, 2003, p. 19, grifo nosso):

Cada discurso traz uma marca da ideologia da esfera que representa, (formações discursivas), o qual concorda com a proposta que pretende a execução do discurso e significa quando colocada em uso. Essa significação

[...] não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. [...]. As formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. (ORLANDI, 2015, p. 41)

Da mesma forma, a leitura por parte do consumidor vai ser feita sob a ótica da formação ideológica de cada indivíduo. Foucault, trata do discurso como “[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma FD; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência [...]”discorrendo , ainda que:

[...] constituem uma e única mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidades, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência. (FOUCAULT, 2008, p. 135 - 136),

Os sentidos atribuídos à linguagem não se constituem apenas do que está posto. Para Pêcheux (2014), trata-se de um “Efeito de Sentido”. Desta forma, o que afeta um indivíduo afeta outro de maneira diferente, a linguagem não carrega o sentido, pois esse, está amparado às condições que cada um tem de interpretar cada discurso, dependerá da historicidade de cada indivíduo. Exemplo disso é a piada que atribui sentidos e que causa riso para uns e não causa em outros, ou a morte que afeta uns causando o sentido de Luto e não afeta outros.

Outro conceito que usamos, para melhor compreensão na análise do *corpus*, foi as “Condições de Produção” que, segundo Orlandi (2015, p. 28-31), leva em consideração os sujeitos e a situação, compreende em sentido estrito, o contexto imediato da produção discursiva e, em sentido lato, o contexto sócio histórico, ideológico e é o que nos possibilita a compreensão relacionando-a com a sociedade na qual estamos inseridos. As condições de produção se amparam em vários fatores que as constituem, devendo considerar as relações que um discurso opera sobre outros e também compreender o lugar (social) de onde o sujeito fala, a imagem que ele faz de si, do interlocutor e do objeto do discurso. Todos estes fatores são importantes quando nos propomos à análise de um ato discursivo.

Os discursos de notícias são produzidos a fim de causarem, nos leitores, impressões usando de artifícios que podemos criar um paralelo com o que Pêcheux (2009), entende como

“esquecimentos”. Segundo o autor, o sujeito é afetado por dois deles: o primeiro é quando ele se coloca como a origem de tudo aquilo que diz, tratando-se de um esquecimento de natureza ideológica e inconsciente, de alguma forma, tudo que não está em sua Formação Discursiva é apagado, o que lhe causa a falsa impressão de ser o criador de seu próprio discurso a fonte a origem. O segundo esquecimento fundamenta-se em um sujeito pré-consciente ou semiconsciente, apontando que o sujeito privilegia um discurso em detrimento a outros, seleciona o que será ou não dito, acreditando na monossignificação do seu discurso, acreditando que aquela é a única forma de dizer o que diz. Assim,

[...] os sujeitos “esquecem” que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, mas, ao mesmo tempo, sempre outras. (ORLANDI, 2015, p. 34)

Também, trabalhamos os com os implícitos nos textos públicos. Segundo Gnerre (2003, p. 21 “A linguagem pode ser usada para impedir a comunicação de informações para grandes setores da população” o mesmo autor discorre, “A linguagem usada e o quadro de referências dado como implícito constitui um verdadeiro filtro da comunicação de informações [...]” desta forma, podemos entender que a partir da linguagem damos diferentes sentidos sobre o enunciado.

[...] a reflexão sobre o silêncio nos mostra a complexidade da análise do discurso, já que por ela podemos nos debruçar sobre os efeitos contraditórios da produção de sentidos na relação entre o dizer e não dizer, essa reflexão nos ensina também que, embora seja preciso que haja sentido para se produzir sentidos (falamos com palavras que já têm sentido), estes não estão nunca completamente já lá. Eles podem chegar de qualquer lugar e eles se movem e se desdobram em outros sentidos. (ORLANDI, 1997, p. 24)

Dessa forma, entendemos os efeitos de sentido e a contrariedade nos discursos do nosso objeto de pesquisa o que nos ajudou na análise discursiva do material, observando além do discurso dito, o não dito e a construção de sentidos nas palavras já existentes. No próximo capítulo tratamos da análise discursiva do material selecionado, ao qual, confrontamos à todos os conceitos até aqui citados.

CAPÍTULO III

POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DIGITAL: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DO GOVERNO ESTADUAL DE MATO GROSSO

Utilizamos como *corpus* da pesquisa, fragmentos de enunciados publicados em notícias retiradas do site oficial do Governo do estado de Mato Grosso na internet. Segundo Orlandi (2015, p. 60) “A delimitação do *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas) mas teóricos. Em geral distinguimos o *corpus* experimental e o arquivo” para a autora “Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões.” (ORLANDI, 2015, p. 25). Partindo desse princípio, buscamos por notícias que traziam em seu corpo qualquer tema relacionado a “investimentos em infraestrutura escolar”. Como não há uma ferramenta de filtro no site, todas as notícias que apresentavam indícios, do conteúdo buscado, em seu título, foram lidas integralmente e separada para um filtro posterior. Neste primeiro momento separamos 65 (sessenta e cinco) matérias publicadas entre fevereiro de 2021 e junho de 2022.

Contudo, em um segundo momento, por meio da teoria, recortamos o material colhido separando somente as notícias que tratavam sobre “investimento realizado em tecnologia digital para o uso nas escolas”, chegando a 10 (dez) notícias, das quais, 7 (sete) foram analisadas nesta pesquisa. Assim, “[...] dizermos que o dispositivo teórico é o mesmo, mas os dispositivos analíticos, não. O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise.” (ORLANDI, 2015, p. 25).

Em função da legislação eleitoral e as regras impostas pelo TRE para as eleições 2022, todas as notícias, inclusive as que já havíamos colhido, foram retiradas do site oficial a partir do dia 30 de junho de 2022, ação que não impediu o andamento da pesquisa visto que, todo o material da análise foi colhido em momento anterior a essa data e armazenado em arquivo pessoal. Ao final do período eleitoral, as notícias voltaram a compor o site e podem ser acessadas pelos links no rodapé de cada título, aqui exposto, ou pelo *link* para o drive pessoal disposto nos apêndices, logo após as referências.

Os recortes das notícias para análise foram apresentados em ordem cronológica e cada enunciado analisado foi mantido com o título original da notícia, precedido da data de sua publicação e *link* do site original no rodapé.

3.1 - Notícia 05/03/2021- “Governo de MT vai investir R\$ 7 milhões na ampliação de serviços de internet nas escolas da rede estadual”²²

A primeira notícia que selecionamos foi publicada em 5 de março de 2021, como vimos no capítulo que tratamos das portarias, decretos, leis e instruções normativas sobre a covid-19, nesse momento, a pandemia, no Brasil, caminhava para o seu auge, chegando a ultrapassar as duas mil mortes diárias, e seguindo os orientativos, as aulas eram oferecidas de forma remota, com professores trabalhado nas unidades escolares e não de suas casas como no ano anterior (2020). Nesse contexto de incertezas, embora circulasse, no imaginário popular, o entendimento de necessidade do funcionamento remoto do ensino, como sendo algo que fizesse parte do “novo normal”²³, os discursos do Governo do Estado, seguindo o entendimento do Governo Federal, já acenava para o retorno presencial das aulas.

As condições de produção imediatas do discurso faziam o sujeito-professor conflitar, de um lado, com a demanda e a preservação da própria vida e de outrem imposta pelo contexto da pandemia, e do outro, pelas imposições governamentais de retorno ao ensino presencial, produzindo efeitos de alheamento com a vida dos profissionais da educação, dos alunos e de seus familiares.

Somado ao conflito de preservação da vida e de exposição à morte, o contato necessário com as novas tecnologias digitais, por meio das aulas remotas síncronas e das reuniões mediadas por aplicativos de videochamada tornaram-se parte do “novo-normal”. Foi, então, a premência da situação, com professores e alunos participando das aulas e das reuniões na segurança de suas casas, que forçou o sujeito inscrito na posição-sujeito secretário de Estado de Educação a enunciar “Os investimentos em tecnologia estão entre nossas prioridades”. Contudo, os investimentos tecnológicos não eram a prioridade, como nunca foram, assim como mostramos no primeiro capítulo deste trabalho, mas, dado o contexto pandêmico, era a condição para que o ensino se desse, evitando, desse modo, que o país se apresentasse, aos olhos do mundo, como o mais negligente com a vida e com a educação.

²² Disponível em <http://www3.seduc.mt.gov.br/-/16627712-governo-de-mt-vai-investir-r-7-milhoes-na-ampliacao-de-servicos-de-internet-nas-escolas-da-rede-estadual>, acessada em 09/01/2023

²³ O *novo normal* diz de uma série de mudanças imposta pelo Coronavírus, que ditou um novo funcionamento para a economia, a educação, a saúde e as relações sociais. Na educação, o vírus prescreveu a necessidade do ensino remoto, de modo a garantir, por meio das tecnologias digitais, o afastamento social. Mas, entre o que foi imposto pelo vírus e a vontade dos governantes criou-se uma distância abissal, fazendo com que esses negligenciassem o poder de letalidade do vírus, o valor da vida e as medidas de segurança: o distanciamento social, o uso de máscaras e de álcool gel. Cogitando a possibilidade de não retornarmos tão breve às atividades presenciais como fazíamos antes da pandemia, criou-se no imaginário popular a ideia de uma sociedade submissa ao vírus, mantendo distância e utilizando máscaras a todo o tempo

A prioridade não passou, pois, de uma constatação do governante, mas de uma imposição ditada pela pandemia, porquanto as tecnologias digitais nunca foram tomadas como recursos facilitadores do ensino, e sim como medida emergencial para que a pandemia, naquele momento, não impossibilitasse o ensino e significasse perdas educacionais ainda mais devastadoras. Além disso, entre o enunciado – “Os investimentos em tecnologia estão entre nossas prioridades” – e as medidas efetivas de investimento há uma grande distância, pois, colocar o investimento em tecnologia como uma das prioridades governamentais não assegura nem quanto, nem quando e nem onde essa tecnologia vai, de fato, se tornar efetiva para o ensino. Em outras palavras, o dizer produz, na evidência, o efeito de que o governante está preocupado com a necessidade de investimento tecnológico, visando viabilizar o ensino no período de pandemia, mas produz também o seu esvaziamento, pois sem a quantificação, os recursos a ser disponibilizados e as datas que o efetivam, o dizer é apenas uma promessa política, que não produz os efeitos necessários ao ensino.

Além disso, as condições de produção imediatas do discurso, atravessam a questão capitalista, “volta ao trabalho”. Os alunos precisam ocupar-se com os professores, para os pais trabalharem. Este atravessamento é composto pelo contexto da pandemia a nível federal, quando olhamos as condições de produção insufladas pelo então presidente da república que, na ocasião, priorizava a economia ao negar a pandemia e os orientativos da OMS para manter o distanciamento social. Todo esse contexto e refletiu nas soluções encontradas para o retorno às aulas, primeiramente de forma digital, e depois, presenciais. É importante lembrar que o retorno presencial das escolas funcionou como um marco para o retorno de tudo na sociedade e conseqüentemente a volta à tão esperada normalidade.

Ao dizer que as tecnologias digitais é uma de suas prioridades, o sujeito-governador produz sentidos de preocupação, de modernização, de organização, de planejamento, mas ao silenciar sobre quais são as outras prioridades, ele abre um campo de possibilidades infinitas. Estar entre as prioridades não a coloca em termos urgência, não lhe delimita tempo de execução. A palavra “prioridade” é corriqueiramente utilizada nos discursos políticos, por trazer entre os seus sentidos a ideia de preferencial, de emergencial, de importante, ou seja, algo que será realizado primeiro, mas estar entre as prioridades, apaga esses sentidos, pois existem outras prioridades não elencadas, e que podem ter importância, urgência maior que as tecnologias digitais. Para Orlandi (2015, p. 31) “O dizer não é propriedade particular. O que é dito em outro lugar também significa em “nossas palavras”. Então, um governante dizer que as tecnologias digitais estão dentro de suas prioridades produz efeitos de esvaziamento, de vagueza no dizer,

pois esses modos de enunciação já significaram fora desse enunciado e estão inscritos nas FDs que caracterizam a posição-sujeito político.

Esse mesmo funcionamento pode ser observado entre o título da notícia e o corpo dela, pois, no título, afirma-se que a Secretaria de Estado de Educação “vai investir 7 milhões para melhorar os serviços de internet das escolas da rede estadual”, e, no corpo do texto, afirma que a SEDUC “[...] vai repassar **cerca de** R\$ 7 milhões para todas as escolas da rede [...]”, marcando com imprecisão o valor a ser repassado, uma vez que a expressão “cerca de” significa “aproximadamente” e contradiz o valor exato assumido no título.

Outra mudança que, na evidência, parece pequena é a substituição da locução verbal **vai investir**, no título, para **vai repassar**, no corpo da matéria, pois quando é a SEDUC quem vai investir toda a responsabilidade recai sobre o órgão, mas quando ela apenas repassa o valor, a responsabilidade recai sobre a escola e seu gestor. Nesse processo, o órgão se isenta de responsabilidade, pois o valor será repassado e a escola que pode bem aplicá-lo ou não. No ato de investir, a SEDUC credita uma verba e espera, acompanha seus resultados, no ato de repassar, ela delega à escola todo o sucesso ou insucesso do objetivo do repasse. Desse modo, o político se isenta, pois as “condições foram dadas” e o insucesso no ensino é de responsabilidade das escolas, daí dizer de um modo no título e diferentemente no corpo da notícia, produzindo, pela evidência, uma aparente uniformidade no dizer, sempre marcado pelas boas intenções dos governantes. Na AD, o equívoco e a contradição não são problemas a serem enfrentados, também não se trata de uma ambiguidade que compromete o discurso, a língua é, por natureza, imperfeita sendo assim esses fenômenos são constitutivos de todo e qualquer discurso. Para Pêcheux (1990, p. 51) o equívoco é um “[...] fato estrutural implicado pela ordem do simbólico”, ou seja, ele é parte intrínseca do funcionamento do discurso.

Mais à frente, o agente público inscrito na posição-sujeito de secretário de educação adianta que “a SEDUC vai adquirir 12 mil notebooks que serão utilizados pelos professores em sala de aula” Se levarmos em conta que notebooks são bens duráveis e que nesse momento os professores não estavam em sala e sim com aulas remotas, significa que os planos de investimento do governo não visam só o período de aulas remotas. Os novos computadores serão utilizados pelos professores para ministrar aulas presenciais na escola quando retornarem da pandemia. O secretário acrescenta que o recurso ainda prevê a compra de “40 mil notebooks educacionais para os alunos, com plataforma educacional, estudo dirigido, etc [...]”. Nota-se que o termo “educacionais” foi agregado para diferenciar os notebooks do aluno dos adquiridos para os professores e utilizado com uma variante, no caso, “educacional” para classificar a plataforma que acompanha a máquina direcionada aos estudantes.

No imaginário popular temos que as gerações Z e Y²⁴, gerações que nasceram na era tecnológica, não aprendem coisas simples como decorar números de celular ou endereços, defende-se que as tecnologias digitais substituem a memória em vários afazeres do dia a dia e que essas gerações necessitam aprender a utilizar as tecnologias para além das redes sociais. O uso desse adjetivo para os computadores significa uma máquina própria para estudos e exige o uso dos recursos públicos para adolescentes e crianças ficarem “perdendo tempo em rede social ou joguinhos na internet”.

Ao analisarmos o quantitativo “40 mil notebooks educacionais para os alunos” temos, um número bastante expressivo que causa um efeito de sentido positivo. Mas ao olhar para o silenciamento, para aquilo que não foi dito remetemos a outros sentidos.

Na análise de discurso, há noções que encapam o não-dizer: a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário. Quando se diz “x”, o não-dito “y” permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de “x”. Isto é, uma formação discursiva pressupõe uma outra[...] (ORLANDI, 2015, p. 81)

O não-dito, neste caso, remeteria a sentidos de carga negativa. Segundo o censo escolar de 2020, foram registrados 850.915 alunos matriculados somente na educação básica do Estado de Mato Grosso, se fizermos uma conta básica chegaríamos ao número de 1 (um) computador educacional para cada 21(vinte e um) alunos matriculados na rede. Ao silenciar que o número de matriculados é muito superior ao número de computadores que serão adquiridos, há essa sensação de que esses números são suficientes para atender a demanda e que o governo está fazendo um bom trabalho, mas não é bem assim. O governante silencia que muitas escolas não receberam sequer um *kit* de computadores para estudantes²⁵.

Na sequência há novos silenciamentos que compõe os sentidos do enunciado. A apresentação de outro número junto a afirmação de que “o estado vai investir, até 2022, R\$936 milhões na educação, para melhorias na estrutura física das escolas, na ampliação da tecnologia e na área pedagógica”, silencia que o governo já deveria investir na educação, ou seja, esse gasto pode ser algo já previsto e parte do dinheiro destinado à educação, ao invés de um apoio. Se apoiarmos ao dito notamos que número grande chama bastante a atenção e fica explícito que o governo investirá R\$936 milhões na educação, mas não fica evidente até quando isso ocorrerá.

²⁴ Geração Z são pessoas nascidas a partir de 2000 e geração Y nascidos a partir de 2010.

²⁵ Ao final do programa, foram adquiridos 30 mil computadores, se considerarmos que cada *kit* contém 40 computadores chegaremos ao número de 750 *kits*. No ano de 2022 a SEDUC dispunha de 700 escolas, mas boa parte delas recebeu dois *kits*, fato que impossibilitou que todas as unidades recebessem os aparelhos.

Até o final de 2022 ou até o começo de 2022? Ou até o final da pandemia? Outro fator que não fica claro, que fica silenciado, é qual tecnologia será ampliada na educação.

Embora o sujeito traga números precisos, do quantitativo financeiro que será aplicado no contexto geral, por exemplo, percebe-se um discurso bastante genérico ao ponto de não significar a ordem dos prazos para o bom emprego de tais recursos e em que realmente serão gastos/investidos. Há nesse discurso a manutenção das relações de produção. O gestor promete investimentos, apresenta números gigantescos, o sujeito interlocutor desse discurso acredita, pois, mediado pela memória vê familiaridade nesse discurso e identifica-se com ele. Sendo assim, os discursos funcionam seguindo alguns fatores, aos quais as condições de produção acionam as relações de sentido, segundo Orlandi na noção de relação de sentidos:

[...] não há discurso que não se relacione com outros, em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outro que o sustenta, assim como para os dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. (ORLANDI, 2015, p. 37)

Todo o discurso disposto nesta notícia se ancora nos modos de dizer dos políticos acerca de dizeres já constituídos sobre a educação, sobre as tecnologias digitais e os investimentos realizados nesse campo e, na mesma intensidade, esse discurso sustenta outros que virão na sequência.

Mais ao final temos que “Além do repasse feito pela SEDUC, de forma direta, as escolas ainda possuem outros programas, oferecidos pelo governo federal, para melhorar a internet.” Um dos programas a que ele se refere é o “Educação Conectada” oferecido pelo MEC e que segundo o próprio portal, tem o objetivo de promover a Inovação da Educação Conectada, visa apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica. Assim, o programa, muito antes da pandemia, já promovia ações como: auxiliar a escola na estruturação da rede de conexão à internet, destinava aos professores formação sobre novos conteúdos educacionais e proporcionava aos alunos o contato com as tecnologias educacionais no ambiente escolar. Constatamos assim, com base no capítulo que tratamos da história das tecnologias digitais na educação brasileira e nesse enunciado que os investimentos em tecnologia já eram aplicados antes da pandemia de covid-19, mas o discurso institucional deixa transparecer que todo os investimentos em tecnologias e melhoramento do acesso a internet nas escolas, são para sanar os problemas ocasionado pelo acontecimento pandêmico, o que não é verdade. Seguimos assim para o próximo recorte.

3.2 - Notícia 23/03/2021- “Governo de MT vai comprar computadores e pagar internet para 15,8 mil professores”²⁶

Para a segunda notícia consideramos as mesmas condições de produção da primeira, essa, trata da apresentação do projeto de lei para a compra de computadores e o custeio de internet aos professores durante a pandemia. É apresentado, em discurso direto, a voz de três sujeitos, um ocupa a posição-sujeito de governador do estado, um de secretário de educação e o terceiro de um deputado estadual, e mais a voz do sujeito redator da notícia. É importante aqui lembrar que os sujeitos para a AD não têm consciência e falam a partir de lugares sócio histórico e ideologicamente marcados, assim, conseqüentemente, são atravessados por essas marcas que o porão frente aos sentidos que elas lhe permitem enxergar. O mesmo sujeito pode ser atravessado por outras posições-sujeito. Desta forma, podemos dizer que o sujeito inscrito na posição-sujeito de governador do estado, que fala da posição-sujeito de governado, estaciona uma esfera do direito de dizer o que diz, pois ocupara um lugar privilegiado que lhe permite dizer, e ao mesmo tempo tem o discurso atravessado por muitas formações discursivas, assim como todos os sujeitos inscritos nessa análise.

Segundo

O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que produza o dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas - funcionamentos, M Pêcheux diz que sua característica comum é dissimular sua existência no interior do próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’, entendendo-se ‘subjetivas’ não como ‘que afetam o sujeito’, mas, mais fortemente, como ‘nas quais se constitui o sujeito’ (ORLANDI, 2015, p. 44)

Embora o texto trate de uma proposta apresentada a deputados e encaminhada para votação, que teoricamente dependeria da aprovação dos parlamentares para a sua efetivação, o discurso disposto no título é de que a compra dos notebooks já era realidade. O enunciado apresenta que o “Governo de MT **vai comprar** [...]”, no título, e no corpo “O governo **vai custear a compra** [...]”. Mais à frente ele enuncia “Conforme **proposta** [...]” e “**Após ser aprovado** pela Assembleia Legislativa o projeto **será regulamentado** por decreto”, indicando que no primeiro momento ocorreu uma dispersão do sentido, gerando um equívoco. Se o projeto

²⁶ Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/16737394-governo-de-mt-vai-comprar-computadores-e-pagar-internet-para-15-8-mil-professores#:~:text=O%20Governo%20de%20Mato%20Grosso,at%C3%A9%20R%24%206.020%20por%20o%20servidor>. Acesso em 09 de jan. 2023.

ainda passaria por votação, o que nos garante que será aprovado? O que o sujeito tem de concreto para afirmar que o governo de fato conseguirá aprovar o projeto e efetuar a compra das máquinas?

Para o estabelecimento da subjetividade faz-se necessário a estabilização dos discursos, a busca por coerência, pela não-contradição, e a consistência para que ele seja tomado, no imaginário popular, como verdade. Para Orlandi (2001, p. 113). “Assim é que o sujeito se faz sujeito responsável pelo que diz e é também deste modo que ele tem a ilusão de que é plenamente compreendido pelos outros.” Chamar a atenção para as contradições implicadas na materialidade dos discursos mostra-nos que a linguagem não é transparente e que essa contradição nasce da própria relação histórica que o sujeito tem com o objeto e com a forma de enunciar. Neste ponto impõe-nos uma questão: a certeza de aprovação do projeto seria também herança das condições de produção?

Em discurso direto, o homem inscrito na posição-sujeito de governador diz que “O projeto vai permitir que o Governo deposite um recurso na conta dos professores, para a compra de um notebook de última geração.” Destacamos marcas de impessoalidade quando o sujeito que ocupa a posição-sujeito governador fala do governo em terceira pessoa, “permitir que o Governo deposite”. Aqui vemos funcionando, segundo Pêcheux (1975), o esquecimento número dois, aquele da ordem da enunciação. O sujeito ao enunciar acredita que aquela é a única forma de dizer aquilo que diz. As escolhas lexicais contribuem para a produção de efeitos de sentido e posiciona os sujeitos no discurso o distanciando do governo, atribuindo valores distintos em diferentes contextos enunciativos. Para a AD, falamos a partir da nossa formação ideológica e do lugar social que ocupamos, e assim, não podemos falar diferente.

[...] uma palavra, uma expressão se constituem pela sua inserção em uma formação discursiva e não outra, ela não terá sentido que lhe seria próprio, vinculado a sua literalidade, mas o sentido da sua inscrição na formação discursiva. Do mesmo modo, palavras, expressões e proposições literalmente diferentes podem, no interior de uma mesma formação discursiva dada, ter mesmo sentido. (ORLANDI, 2006, p. 17)

Por algum motivo o agente público que ocupa a posição-sujeito governador diz que “o governo” vai depositar o recurso na conta do professor, mas poderia ter enunciado em primeira pessoa estando ele inscrito na posição-sujeito de chefe máximo do governo e membro nato de todas as ações governamentais. O sujeito marca um distanciamento entre a posição que ocupa

e a instituição, silenciando que ele é a fonte do que pode e do que não pode ser feito, que as decisões partem da caneta dele e não da instituição que ele representa.

Frente a materialidade que será adquirida pelos professores, o “notebook”, o sujeito governador o enuncia significando como um objeto muito mais simbólico ao agregar a locução adnominal “de última geração”. Essa locução, historicamente, compõem as formações discursivas do campo das tecnologias digitais, sendo assim, ao ser utilizada, agrega ao termo, valor de adjetivo de caráter positivo, o sujeito eleva o prestígio da máquina em questão e é por esse mecanismo, que funciona no discurso como paráfrase, que ele aciona a memória social e agrega saldo ao valorizar o objeto enunciado. Considerando as condições de produção no sentido amplo, percebemos um equívoco na utilização do termo “de última geração”. Mesmo com a universalização do acesso às tecnologias digitais e a popularização dessas ferramentas no mundo atual, continua ser caro ter em mãos equipamentos de ponta, os chamados equipamentos “de última geração”. A todo tempo são lançados no mercado inovações que torna quase impossível manter-se atualizado com os equipamentos desse tipo. Em se tratando de computadores, e no momento da enunciação, ao qual, em decorrência do fechamento de fábricas, a baixa nas importações e a alta do dólar²⁷, faltava matéria prima, principalmente *chips* para a montagens dos periféricos, conseqüentemente, houve a elevação dos preços desses eletrônicos, tornando a tarefa de ter equipamento de ponta ainda mais complicada.

O discurso do sujeito que ocupa a posição-sujeito governador termina com o enunciado “É mais um investimento que o Governo está fazendo, entre tantos outros, cujo objetivo é melhorar a qualidade do ensino, valorizando os nossos professores”. Mais uma vez é possível notar as marcas da impessoalidade e o distanciamento entre governador e governo, dispostas no discurso em terceira pessoa, neste momento, fica evidente a tentativa de significar o trabalho e o empenho de uma equipe ao atribuir o pagamento ao governo e não ao governador. Ainda na mesma passagem vemos que, embora trate de um projeto, o sujeito enuncia como um investimento em realização. “É mais um investimento que o Governo **está fazendo**”. É nesse jogo sintático da língua que o sujeito deixa escapar discursos não pretendidos, provocando, o que na AD tratamos como equívocos discursivos da língua. Para Dantas, (2007, p. 23) “A língua é uma materialidade onde a história intervém para produzir o deslocamento de sentido (equívoco, falha, metáfora), mantendo o caráter de unidade e totalidade”.

²⁷ Disponível em: <https://www.oliberal.com/economia/notebooks-e-smartphones-tiveram-altas-de-preco-superiores-a-39-de-30-respectivamente-desde-o-inicio-da-pandemia-1.495800> acesso em 20 de jun. de 2022.

[...] a língua é capaz de falha. Essa possibilidade - a da falha - é constitutiva da ordem simbólica. Por seu lado, o equívoco já é fato de discurso, ou seja, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz o equívoco. Este se dá, portanto, no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente. O equívoco é a falha da língua, na história. (ORLANDI, 1999, p. 13)

Sendo assim, apresentar o projeto nos aparece como uma falha, pois não deveria significar “mais um investimento feito” e sim “um projeto em andamento”. A materialidade do investimento deveria, em tese, ocorrer após a liberação do dinheiro na conta dos interessados. Na mesma sequência, o sujeito enuncia que o investimento é mais um “entre tantos outros”, silenciando quais são esses outros investimentos. Esse apagamento causa efeitos de sentidos ao passo que os sujeitos receptores não tem acesso à informação, nem ao quantitativo dos outros investimentos realizados pelo governo, e muito menos quais deles de fato trarão benefícios à prática pedagógica.

O emprego do discurso da “verdadeira” ciência (a estatística, os números, a matemática), o uso das mídias para a promoção de ações inexatas e vagas ou as promessas de intenções (projetos) que ainda não se firmaram, a impessoalidade que apaga a pessoa do governador e atribui toda a responsabilidade ao governo são modos de dizer que constituem a FD do campo político. Assim, há nessa formação um espaço privilegiado para expressões como: qualidade e valorização da educação, saúde, segurança, em suas mais infinitas variações.

O enunciado termina com “valorizando os nossos professores”, o que é reiterado por um sujeito que, inscrito na posição-sujeito de deputado estadual, enuncia – “Essa é uma medida acertada, que irá beneficiar toda uma categoria (dos professores)”, produzindo, pela generalização, o equívoco, pois as palavras “nossos” e “todos” produzem um efeito de indistinção e de igualdade para a classe, quando, na realidade, o programa de aquisição de notebooks só alcança os professores em sala, diretores e coordenadores, excetuando os que estão de licença ou em desvios de função.

Do mesmo modo, num movimento de aprovação do discurso do sujeito anterior, o sujeito inscrito na posição-sujeito de secretário de educação enuncia – “Esse é um grande avanço que estamos realizando com foco na melhoria do ensino-aprendizagem. Muitos professores não tinham o equipamento e agora poderão adquirir sem onerar seu custo de vida”. Como vemos, essa posição-sujeito também toma o projeto como uma ação em execução – “Esse é um grande avanço que **estamos realizando**” – que assegura um salto no desenvolvimento educacional do ensino-aprendizagem, assim, o efeito que produz é o de que o professor, ao ter

um computador, passará por uma evolução qualitativa instantânea, como se apenas o fato de ter um computador fosse o responsável pela mágica melhoria geral do ensino-aprendizagem.

Pelo que silencia ou pelo que deixa de dizer, o sujeito que ocupa a posição-sujeito secretário, toca na questão do salário docente como sendo insuficiente, pois a aquisição do computador pelo docente não deve “onerar seu custo de vida”. A formação ideológica acerca do baixo salário docente é acompanhada da desvalorização e do descaso histórico dos governantes com a classe de professores, assim, é a cristalização desses sentidos, na história de constituição do discurso sobre o docente/à docência, que é mobilizado no dizer do secretário, uma vez que a profissão foi e tem sido tomada como uma missão, uma vocação e até mesmo um ato de amor. São discursos que fazem contraponto com a profissão, que era valorizada e importante nas origens da profissão de docência, quando a atividade era condição de profunda influência religiosa e o trabalho era comparado a algo vocacionado, com o (des)valor que a profissão tem recebido mais atualmente. Assim, a necessidade de desonerar o professor com o gasto com a máquina, expressa, pelo que silencia, sobre os baixos salários e o desrespeito que tem sido destinado à categoria. O termo é ainda muito usado e distancia a ideia do trabalho em função de dinheiro aproximando-o de outras questões relacionadas ao prazer e à disposição harmoniosa com o labor, que, mesmo em tempos de capitalismo exacerbado, funciona segundo as condições de produção imediatas desse discurso.

O dizer produz efeito de sentido de aprovação, mas, em seguida, o sujeito inscrito na posição de deputado estadual enuncia “Essa é uma medida acertada, que irá beneficiar toda uma categoria”, referindo-se à classe dos professores. Destacamos que ao se referir aos professores, o deputado produz um efeito de aproximação, ao utilizar a palavra “categoria”, que é muito utilizada pelos próprios professores nos movimentos grevistas e de luta por direitos, significando união, força e luta. Ao contrário do sujeito anterior, esse não cita os benefícios ao estudante nem mesmo ao ensino, produzindo efeitos de que toda carga benéfica e os resultados alcançados são de responsabilidade dos professores. Assim, o equívoco fica a cargo da generalização.

Convém novamente mencionar que, professores em licença ou desvios, seja qual for, não farão jus ao benefício mesmo que estes ainda componham o quadro de professores da secretaria. Percebemos que o discurso é construído através do trabalho do inconsciente e também da ideologia para a possível efetivação dos efeitos de sentidos. Para Pêcheux (2014, p. 139), são práticas e não ideias: “[...] é um ato de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’”. Para o autor

essas “evidências subjetivas” não podem ser consideradas como a pura afetação do sujeito, mas como uma constituição dele como sujeito do discurso.

O objeto da linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações de sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar (PÉCHEUX, 1999, p. 51)

As condições de produção desses discursos, que podem ser resumidas como a pandemia e o distanciamento social, deslocam os discursos para formações discursivas religiosas, de amor ao próximo e empatia. Com o crescente número de casos da doença e, conseqüentemente, o grande número de mortes, o apego as crenças e religiões e os discursos inscritos nessas FDs religiosas ganharam um importante espaço nas relações sociais. Isso explica o funcionamento e o resgate dessa materialidade aqui ressignificada. Para

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na materialidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos. (ORLANDI, 2015, p. 31)

Desta forma podemos identificar que o sujeito formula seus dizeres colocando-se na perspectiva do que diz e acionando o interdiscurso para valorizar o programa apresentado. Nas palavras da autora:

Toda vez que falamos, para que nossas palavras tenham sentido, é preciso que **já tenham sentido**. Esse efeito é produzido pela relação com o interdiscurso, a memória discursiva: **conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos**. Assim, ao falarmos nos filiamos a redes de sentido. Não aprendemos como fazê-lo. Isto fica por conta da ideologia e do inconsciente. E o fazemos em um gesto de interpretação na relação da língua com a história. (ORLANDI, 1998, p. 09) (grifos nosso)

O interdiscurso é quem traz para as condições de produção, e pela história, a possibilidade suficiente e necessária de significação para a discursividade do enunciado. Em outras palavras, o que o sujeito diz produz sentidos, pois está no imaginário popular como algo verdadeiro, no entanto, cabe lembrar que para a AD, não existe a verdade absoluta, o que ocorre é uma “concepção de verdade” com base na formação ideológica de cada sujeito, assim, cada

sujeito terá então, uma “verdade”, coerente com a formação ideológica em que ocupa, que fala e significa o mundo a partir dela. Há no construto discursivo as questões do uso de proposições lógicas (verdadeiras ou falsas) que marcam dicotomias entre o ser e não ser.

[...] em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como universo físico-humano (coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...) “há real”, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode ser “assim”, (o real é o impossível que seja de outro modo) (PÊCHEUX, 2015, p. 30)

Assim, além do real ideológico, percebemos outra concepção de real que se estabiliza nas proposições verdadeiras e falsas atreladas a ideia do “estado das coisas”. Uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo, da mesma forma que um objeto não ocupa dois lugares, um acontecimento não pode acontecer e não acontecer.

Temos no imaginário popular, e resgatado nesse enunciado que os professores não ganham bem o suficiente para bancar seus custos de vida ou manter-se atualizado com as novas tecnologias digitais, ou pelo menos utilizando equipamentos de ponta e isso foi resgatado nos discursos aqui apresentados. Assim, chegamos ao nosso próximo recorte.

3.3 - Notícia 23/03/2021- “Professores da rede estadual terão notebook e internet paga por três anos”²⁸

A pandemia funcionou como um acontecimento social que, mobilizado pelo medo de dos sujeitos, principalmente o medo da morte, possibilitou acontecimentos discursivos diversos. As pessoas se isolaram ao temor da morte ao mínimo contato social e isso fez com que pensássemos diferente, que falássemos de outras formas e de outras coisas e ao mesmo tempo, esse movimento social possibilitou uma retomada de dizeres que tratam sobre a educação, da importância em se investir em tecnologia digitais. As condições de produção até então, discursivamente, colocavam o aparelho celular como tecnologia digital que afastava as pessoas. Facilmente encontramos discursos que tratavam e tratam essas ferramentas como uma barreira a dificultar o diálogo entre os pares, que as crianças não leem mais livros e só focam nos jogos eletrônicos, etc... O acontecimento discursivo possibilitou a ressignificação desses discursos

²⁸ Matéria disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/-/16743002-professores-da-rede-estadual-terao-notebook-e-internet-paga-por-tresanos#:~:text=Com%20a%20lei%20aprovada%2C%20professores.a%20compra%20de%20computador%20port%C3%A1til>. Acesso em 09 de jan. de 2023.

pela necessidade do distanciamento, algo que era prejudicial passa a ser, não só benéfico, mas a solução para o problema imposto pelo isolamento social. Assim chegamos a terceira notícia, ao qual foi publicada no mesmo dia da anterior e traz, em discurso direto, o que seria o discurso do sujeito inscrito na posição-sujeito de secretário de educação e marcado pelo gesto de interpretação do redator da notícia.

A notícia anterior foi publicada no período da manhã e trazia ocorrências do dia anterior, quando, ainda por meio dos equívocos apontados por nossa análise, se enuncia o projeto de lei apresentado, ora como projeto, ora como investimento já realizados. Nesta notícia, publicada ao final da tarde, e agora sobre ocorrências do mesmo dia, o redator enuncia a aprovação do projeto de lei, pela Assembleia Legislativa, e retoma o discurso dos benefícios aos professores aptos a receber o auxílio e acrescenta - “A educação em Mato Grosso tem os maiores investimentos já feitos. E esse é mais um grande passo.” para enfatizar o quanto a medida promoverá uma mudança significativa. Mas, a ação de equipar a escola com ferramentas que a maioria dos professores não tem acesso, não garante qualidade para o ensino, pois todos os anos são investidos altos valores na educação, assim, a compra desses equipamentos está longe de ser e de alcançar os resultados que o secretário anuncia.

Vemos uma repetição e uma circularidade nos discursos do governador, do deputado e do secretário, pois todos compõem o governo e tentam angariar para as pastas que ocupam os méritos da “conquista milagrosa”, que veio para salvar a educação. Esse processo de repetição é dado pelo fato de que os sujeitos do discurso, a partir de suas posições sociais, só podem enunciar de um dado modo, pois, segundo Orlandi (2015 p. 34), “[...] quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente”, uma vez que a linguagem se constitui pelo batimento entre processos parafrásticos e polissêmicos, nos quais o primeiro mantém resquícios do dizível, da memória do sujeito em interlocução com outro(s) sujeito(s).

Nesse funcionamento se assenta o emprego da generalização do discurso – “Vamos garantir, com essa ação, que todos os professores tenham computador e internet de qualidade” –, marcada pelo emprego do quantificador “todos”, o que, como mostramos, não se aplica e, tampouco, que a aquisição de internet e de computador é garantia de qualidade, conforme o dizer do secretário – “melhorar o ensino não presencial. Com isso, é claro que o ensino será melhor e, conseqüentemente, a aprendizagem”. Há nesse discurso uma série de silenciamentos, pois se o professor não tem acesso ao computador e à internet pode também não ter o domínio dessas ferramentas para a aplicação didática de suas aulas.

Convém a menção de tantos outros silenciamentos: Qual é a relação entre possuir um computador e internet de qualidade e ministrar uma boa aula? Qual é o papel dos agentes envolvidos no ensino e na aprendizagem para além do uso das tecnologias digitais que possibilitarão o sucesso dessas demandas? Ou silenciar que alguns professores conseguem desenvolver ótimos trabalhos sem o auxílio de tecnologias digitais. Que mesmo ao professor que domina a tecnologia a aula pode não ocorrer como planejado, visto que, isso não depende só do professor e de suas habilidades. Enfim, será que proporcionar acesso a um computador e internet melhora a qualidade das aulas ou o resultado final dessa conta depende, também, de outros fatores não enunciados no discurso do sujeito em questão?

O discurso aponta para a aquisição das tecnologias digitais como um operador mágico da qualidade do ensino, fazendo funcionar sentidos de que, anterior ao contexto pandêmico, os professores, por não terem acesso à internet e ao computador, não faziam um trabalho de qualidade. Dessa maneira, os governantes promovem um amplo silenciamento e demonstram desconhecer as inúmeras variáveis que favorecem/desfavorecem um bom resultado em sala de aula. Creditar o sucesso/insucesso deste espaço ao emprego de tecnologias digitais é passar ao largo, é desconhecer as variantes do processo ensino-aprendizagem, no qual a habilidade tecnológica digital do professor é apenas um fator de importância.

Como exposto, os projetos de investimento em tecnologias digitais, até aqui, mencionam essa possível evolução para o ensino e aprendizagem, mas ocultam uma série de fatores que possibilitam a efetivação dos objetivos planejados. Historicamente é colocado a realidade específica de um grupo e alçado previsão de sucesso na replicação desse modelo para o resto da sociedade. Segundo Dias (2018, p. 26) "O que não é próprio da tecnologia, mas do desenvolvimento de uma sociedade capitalista onde as relações de poder se pautam na produção de dispositivos de controle sobre o outro e sobre os desejos do outro." (DIAS, 2018, p. 26) Quando no real, o que funciona para um grupo de indivíduos pode não funcionar para outros, mesmo em condições semelhantes o que temos é uma construção histórica de como as tecnologias digitais devem ocupar os espaços sociais contemporâneos. "Os desdobramentos desse período [século XX] fazem parte do mundo que se produziu discursivamente como uma 'utopia tecnológica', apagando o político e o ideológico do processo de significação do desenvolvimento da tecnologia como controle" (DIAS, 2018, p. 26).

Mas, esse é também o que a memória discursiva conforma para o discurso educacional acerca das práticas pedagógicas, ou seja, os gerentes da educação, em diferentes níveis, desconhecem muito do que é o "chão da escola", ditando e convencendo uma realidade específica – as tecnologias digitais, por exemplo –, geralmente pensada em gabinete e imposta

para as escolas como uma resposta mágica, com previsão de sucesso na replicação desse modelo para o resto da sociedade, embora o fazer pedagógico indique que o que funciona para um grupo de alunos pode não funcionar para o outro, mesmo em condições semelhantes.

Com isso chegamos a mais um dos nossos recortes.

3.4 - Notícia 07/04/2021- “Governador autoriza repasse de R\$ 230 milhões para construção e reforma de escolas”²⁹

Os discursos funcionam em lugares relativamente estabilizados por circularem no limite das formações discursivas e atrelados às condições de produção, mas caminha numa estreita relação com o instável, justamente pela dependência que estabelece com as condições de produção, nessa dependência do outro, os sentidos se constituem na relação que instauramos, entre coisas e acontecimentos.

Na quarta notícia analisada, o sujeito governador do estado de Mato Grosso amplia o foco dos investimentos que não só se destina à aquisição de tecnologias digitais, mas também às reformas dos prédios escolares, alegando um crescimento da economia no ano anterior – “O dinheiro será usado na construção, reforma e ampliação de escolas, além disso, vamos comprar equipamentos e modernizar tecnologicamente nossas unidades” A notícia é datada de abril de 2021 ou seja, vigésimo oitavo mês do governo, ao qual, a pandemia não havia ultrapassado o seu auge. Embora o governador não quantifique o crescimento econômico, o valor anunciado pelo título da notícia se aparenta como paradoxal mediante a queda mundial da economia, tendo uma explicação objetiva: o estado de Mato Grosso, enquanto “celeiro do mundo”, continuou as atividades ligadas ao agronegócio, enquanto outros setores da economia padeciam, o agronegócio continuou trazendo os maiores dividendos para o estado³⁰.

Falar, então, em construção, em ampliação e em equipamento para as escolas torna o governo de Mato Grosso um herói aos olhos do povo, pois a economia mundial está adoecida enquanto o governo tem verbas suficientes para as construções e ampliações. Ou seja, mesmo com a crise econômica causada pela pandemia o governo conseguiu economizar e destinará um grande montante para construir escolas, ampliar as que forem pequenas, reformar as que estão em más condições e, ainda, comprar equipamentos tecnológicos para modernizar as unidades.

²⁹ Matéria disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/-/16819274-governador-autoriza-repasse-de-r-230-milhoes-para-construcao-e-reforma-de-escolas> acesso em 09 de jan. de 2023.

³⁰ Matéria disponível em: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/17204401-mato-grosso-supera-impacto-economico-da-pandemia-e-tem-crescimento-recorde> acesso em 10 de jan. de 2023.

Sem dúvida, o feito produzido é o de uma gestão eficiente. Mas, os recursos, que sempre estiveram disponíveis, vêm do agronegócio, então, o governo não é competente, mas age segundo a FD que o constitui, ou seja, destina os recursos para a Educação para produzir efeito de eficiência, de competência, de boa gestão, de preocupação com os rumos da educação, enquanto parte significativa do povo mato-grossense engrossou filas de açougues para alimentar-se de ossinhos, que até então eram descartados ou doados pelos açougues³¹.

As ações sociais efetivas são pouco visíveis, mas o discurso de reforma, construção e ampliação de escolas funcionam como coringas para as campanhas e as propagandas políticas, pois acionam, no imaginário popular, a imagem do novo, do progresso e da superação. As edificações persistem, assim, há, no imaginário popular, a supervalorização do novo em detrimento do antigo, do preexistente, desse modo, os políticos se valem das edificações para produzir o efeito de benfeitoria, pois através delas se pode construir com materiais de qualidade inferior e superfaturados, produzindo, como efeito, a novidade, o bom e o belo. Junto desses modos atuais de acionamento da memória, a urgência e a fluidez das relações sociais contemporâneas tornam a busca pelo novo, pela novidade como algo que torna obsoleto, inclusive, os sujeitos e as relações.

Há uma relação de poder preexistente, que expõe a ideia de super capacidade em gerir o capital. As verbas que foram “economizadas” poderiam não existir, fica implícito a competência do governante em “tirar leite de pedra”. Há em jogo uma série de silenciamentos que ancorados nas condições de produção colocam em funcionamento sentidos que não seriam possíveis em outras condições, assim, é colocado em evidência sentidos como: não se tinha dinheiro ou o dinheiro era mal aplicado, e agora, mesmo com a crise econômica causada pela pandemia, o governo conseguiu economizar e irá construir escolas, ampliar as que são pequenas, reformar as que estão em más condições e ainda, comprar equipamentos tecnológicos para modernizar as unidades, significa que temos uma gestão muito eficiente. Isso silencia outros sentidos como: é necessário um contexto de crise para surgir o investimento? ou ainda, essa verba já não existia antes e agora, aproveitando uma situação de crise, o governo/governador dispõe? São questões que atravessam essas formulações que provocam novos sentidos, que deslocam o funcionamento da ordem do discurso.

Na sequência da notícia, o sujeito governador informa a necessidade de equipar quase 300 escolas da rede estadual com aparelhos de ar condicionado – “Também será feito

³¹ A notícia das filas intermináveis de pessoas atrás de ossos para alimentar circulou nacionalmente e causou comoção social. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/07/17/acougue-tem-fila-para-doacao-de-ossos-em-cuiaba-para-familias-carentes.ghtml>. Acesso em 12 ago. de 2021.

investimento na compra de ar-condicionado, pois são quase 300 escolas em Mato Grosso que ainda não tem sistema de ar-condicionado”. As condições climáticas do estado são consideradas as mais altas do país, mas o governador assume tal necessidade em plena pandemia e, magicamente, assume ter as verbas para tal ação. Então, podemos dizer que as ações não se dão conforme as necessidades das escolas, mas no momento mais oportuno e como trunfo político para dar maior visibilidade ao governador, que, mesmo com toda a crise econômica instalada, coloca-se como o administrador competente e benevolente para dar às escolas e aos seus sujeitos o melhor em termos de instalação.

No momento dessa notícia os professores estavam, em grande maioria, trabalhando nas escolas, com aulas remotas via tecnologias digitais ou apostilas impressas. Como tratamos em capítulos anteriores, os orientativos sinalizavam para manter o distanciamento e a possibilidade de ficar em ambientes fechados, com ares condicionados, estavam descartados. Assim, nos surge questões como: por que investir em ar condicionados justamente quando eles não podem ser usados? Esse discurso silencia a pandemia ou ocorre em meio a ela para mostrar a produtividade do governo? Em meio à crise financeira da população é coerente aplicar recursos em algo que poderia ficar para um segundo plano? Há um distanciamento desse discurso fazendo com que ele se desloque da pandemia, atrelando os sentidos às condições de produção mais amplas (que estas escolas estão em um território de clima quente e que cedo ou tarde esses investimentos deveriam ser feitos). Assim, mesmo em unidades que dispunham de sistema de ar condicionado, esses, nesse período, não estavam em uso pela necessidade de manter os ambientes abertos e arejados. Mas, tais indicativos foram negligenciados pelo governador, que usou/usa as verbas destinadas para a educação de acordo com aquilo que mais o promove politicamente e não pela necessidade efetiva da escola e de sua comunidade.

O sujeito inscrito na posição-sujeito de secretário de educação formula o seu dizer de modo a também produzir o tamponamento dessa negligência – “A correta aplicação do dinheiro público, graças a Deus, está trazendo bons resultados para Mato Grosso em todas as áreas.” Vejamos que há, nesses modos de dizer, a construção de sentidos que enaltecem as ações do governador, mesmo que o discurso se coloque na contramão do que é prescrito pela ciência no que diz respeito à saúde e à vida do povo. Nesses modos de dizer, a corrupção política, tão difundida e tão naturalizada pelo imaginário popular, ganha novos contornos, pois o secretário exalta “a correta aplicação do dinheiro público” como uma característica que marca as ações do governador, assim, o sujeito secretário produz efeitos que se colocam na direção contrária do que pensa o senso comum, de modo que as condições de produção do dizer marcam, tanto no sentido estrito quanto no amplo, o que pode e deve ser dito.

Na mesma passagem, percebemos a filiação do sujeito secretário aos sentidos de homem religioso, atribuindo a Deus os méritos pela correta aplicação dos recursos. – “A correta aplicação do dinheiro público, **graças a Deus**”. Na política, assim como em outros segmentos da sociedade, as características individuais são peças importantes no quebra-cabeças da construção de sentidos e filiar-se a figuras de homem de família, bom pai ou religioso, ressalta traços positivos da personalidade individual que refletirá na figura pública do sujeito. Há uma necessidade de se construir essa imagem de homem de bom caráter para que o discurso seja tomado como verdade.

O discurso, com base em Orlandi (2015, p. 37), configura-se na premissa de que “[...] todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras”. Num mecanismo de antecipação, o sujeito projeta seu interlocutor e enuncia para ele. Os sujeitos, de modo geral, atribuem ao divino e buscam por ele em muitas situações do cotidiano, na pandemia não foi diferente. As condições de produção possibilitaram uma busca, ainda maior, por um ser superior, devido ao temor da morte, insegurança, desemprego, etc... os sujeitos buscavam a salvação atribuindo ao divino o papel de salvador do mundo. Segundo Pêcheux (1993, p. 75), “[...] um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”, são as “as circunstâncias de um discurso”, que contribuem para a efetivação do resultado esperado pelos seus produtores e eu atingem o público alvo. Por esse mecanismo, temos em funcionamento as formações Imaginárias, que, como já mostramos, contribuem para a produção dos efeitos de sentido ilusoriamente almejado pelo interlocutor.

Nota-se que há, no jogo político, um estreito elo entre verdade e mentira. Courtine (2006, p. 18) ao defender a ideia de uma “Arte da mentira política”, afirma a necessidade da manutenção de certas manipulações e estabelece uma “trilogia de falsificações políticas”. Para o autor, existe a “mentira de calúnia”, utilizada como forma de diminuir a figura do homem público; a “mentira de adição”, que se ocupa de aumentar o que se diz de alguém ou de si mesmo; e a “mentira de traslado”, na qual se transfere características de um personagem para outro. No caso em questão, vemos em funcionamento, pelo enaltecimento das ações do governador pelo secretário, a “mentira de adição”, marcado pela necessidade de exaltar a retidão do governador no uso do dinheiro público.

Ao discursar, o sujeito coloca em jogo o reconhecimento de si no discurso posto e em sua materialidade, proporcionando aos sujeitos interlocutores, pela identificação, se aproximar do discurso propagado. Para Pêcheux (2014 p. 148), “[...] todo sujeito se ‘reconhece’ a si mesmo (em si e em outros sujeitos) e aí se dá a condição (e não o efeito) do famoso ‘consenso’

intersubjetivo por meio do qual o idealismo pretende compreender o ser a partir do pensamento”. Trata-se, pois de uma construção sócio histórica que constitui a formação do sujeito, moldando como ele deve agir, o que fazer, o que usar, em que acreditar, etc...

O Governo de Mato Grosso criou o programa *Mais MT*, para a execução de investimentos públicos entre os anos de 2019 e 2022. Os investimentos foram divididos em 12 eixos estruturantes, sendo eles: Segurança; Saúde; Educação; Social e Habitação; Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda; Infraestrutura; Turismo; Cultura, Esporte e Lazer; Simplifica MT; Eficiência Pública; Meio Ambiente; Agricultura Familiar e Regularização Fundiária. No dizer homem público inscrito na posição-sujeito governador – “O programa Mais MT é o **maior** programa de investimentos do Estado de Mato Grosso e vai fazer **grandes obras, grandes ações** em todas as áreas. Teremos **muita** coisa bacana para comemorar” (grifos nossos). Destacamos o uso das palavras **maior, grande e muita**, que funcionam com propósito de engrandecimento do programa em questão. Contudo, essas palavras significam melhor em um contexto de comparação de algo ou de alguma coisa, pois só se sabe quando algo é maior quando comparado, nas mesmas condições, a algo ou alguém que é menor. Nesse caso, o sujeito compara o governo atual com ao anterior, com o que já foi realizado, estabelecendo uma relação entre o antigo e o novo em que o antigo significa sempre o ruim enquanto o novo o bom, o progresso, o sucesso. Nessa direção, o discurso político exercita seus modos de constituição, pois os sentidos de mudança, de novidade, de modernidade são marcas recorrentes do discurso político.

No último trecho da notícia, o secretário afirma que – “o que o governador Mauro Mendes nos **determinou**: melhorar as condições físicas das escolas, implementar cada vez mais recursos tecnológicos no ensino e dar aos professores e alunos a educação que todos merecem”. Assim como o sujeito anterior, não há o distanciamento entre governo e secretário de educação. O sujeito inscrito na posição-sujeito secretário de educação se coloca como governo, mas respeitando a hierarquia dos lugares sociais ocupados. O verbo **determinar** pode ser utilizado para demarcar os limites de algo ou de um espaço, mas aqui foi utilizado para indicar a liderança do sujeito inscrito na posição-sujeito de governador sobre os demais sujeitos a ele subordinados. O uso do verbo **determinar** indica uma ordem que dificilmente será descumprida, ainda mais partindo de um indivíduo inscrito em uma posição-sujeito social mais elevada. É parte do funcionamento das formações discursivas esta relação no interior do processo de interpelação ideológica do sujeito e na determinação do “lugar de fala”. Segundo Pêcheux e Fuchs (2014, p. 164), “uma ou várias formações discursivas que determinam aquilo que pode e deve ser dito

[...] a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes”.

Por esse funcionamento, o governo sinaliza, novamente, que os recursos tecnológicos investidos proporcionam qualidade na educação, promovendo uma recorrência nos modos de dizer. Assim, investir na qualidade física, ofertar educação de qualidade se coloca numa relação de condição direta com a qualidade do ensino, apagando outros fatores importantes, os de ordem socioeconômica e afetiva dos professores e alunos, que sequer são mencionados. Esse funcionamento justifica a reiteração do/no dizer, pois os investimentos financeiros em tecnologias digitais para a educação ultrapassam cifras milionárias, assim, o governo precisa significar, no imaginário popular, o quanto tais tecnologias irão suprir todas as mazelas da educação pública do Estado.

Antes de debruçarmos sobre o nosso próximo recorte nos fica uma questão: é fato que os problemas da educação nacional não nasceram com a pandemia de covid-19 e que a pandemia atravessou os discursos como um todo, mas, houve uma ruptura na ordem do discurso sobre investimentos em tecnologia digital na educação em decorrência, tão somente, da pandemia ou os maus resultados alcançados pela educação nacional no passado também contribuíram para esses deslocamentos?

3.5 - Notícia 06/05/2021- “Professor indígena recebe notebook e destaca importância do investimento”³²

Os discursos funcionam em unidade menores que pairam em bolhas espalhadas na sociedade, assim temos “o discurso racista”, “o discurso feminista”, “o discurso religioso”, “o discurso de direita”, “o discurso machista”, “o discurso sexista”, e outros tantos utilizados na sociedade por sujeitos inscritos em incontáveis FDs.

No título dessa notícia, vemos em funcionamento a remissão ao discurso de preservação e de legitimação da dominação de um grupo, considerado tecnológica e eletronicamente superior, sobre outro grupo, que historicamente se voltou para as coisas da natureza. Tal discurso coloca em funcionamento as condições de produção histórica desse discurso: para explorar o pau-brasil das matas da então colônia que viria a ser Brasil, os

³² Disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/-/17021224-professor-indigena-recebe-notebook-e-destaca-importancia-do-investimento#:~:text=O%20professor%20ind%C3%ADgena%20explica%20que.sem%20internet%20recebem%20material%20impresso>. Acesso em 09 de jan. de 2023.

portugueses começaram a cultura de exploração e escravização indígena, para isso davam-lhes espelhos, apitos, colares e chocalhos em troca de seu trabalho. Interessados nas terras e outras riquezas dispostas nos territórios. Essa prática de “presentinhos” não furtava de os portugueses usarem da violência contra os indígenas para colocarem seus planos à prova. A política de exploração, que dizimou centenas de milhares de indígenas, também consumiu a língua e a cultura. Essa relação estabelecida com os povos indígenas seguiu-se por séculos, contribuindo para reduzir o número de indígenas ao existente hoje. Nesse mesmo contexto é recorrente considerarmos que os portugueses se achavam superiores aos indígenas e, assim sendo, deveriam dominá-los colocando-os ao seu serviço. Para o europeu a cultura indígena era considerada como sendo inferior e grosseira e o indígena, um nativo incivilizado³³.

Sendo assim, podemos tomar esta análise partindo da reflexão e pensando o imaginário e as condições de produção no contexto do materialismo histórico e a relações de poder estabelecidas para os grupos que dominam as tecnologias digitais, seja para a educação, para a política ou para a guerra, aos que não usufruem delas. Analisamos que há sempre uma relação impositiva nesta oferta. Um sentido é oferecer o computador ao professor indígena e deixá-lo livre para fazer o que quiser, inclusive não “usá-lo”. Outro sentido é ao oferecer a máquina, dizer que aquilo melhorará a forma com que ele, professor indígena, desempenhe suas atividades docentes.

Faremos aqui uma breve descrição da imagem que compõe a notícia, pois consideramos que ela contribui muito para os efeitos de sentido produzidos.

A imagem mostra, em primeiro plano, um senhor, aparentemente indígena, sentado em uma mesa simples de madeira, utilizando um computador do tipo notebook, na área externa da sua casa. O homem usa adereços da cultura indígena, camisa gola polo na cor azul e bermuda de tecido *tactel*. Ao fundo é possível ver uma antena de TV do tipo parabólica e um relógio padrão de energia elétrica, o que indica que o sujeito só se caracteriza como indígena pelo uso dos acessórios relativos àquela cultura, pois, de outro modo, já está marcado pelos avanços propiciados pelas tecnologias digitais. Outras tecnologias compõem sua habitação, e podem ser percebidos na construção que é feita em alvenaria, com piso em revestimento cerâmico, o que marca o sujeito como tendo acesso a essas tecnologias já a algum tempo, não se tratando, portanto, de povos indígenas isolados.

³³ Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2015/11/espelhos-camaradagem-e-identidade-no-brasil-por-nei-alberto-pies/> acesso em 25 de jul. de 2022.



Fonte: Imagem que compõe a notícia, retirada da internet disponível em: <https://shre.ink/1LVo>

O sujeito, inscrito na posição-sujeito professor indígena, que recebeu o aparelho, o notebook, para incrementar as suas aulas diz – “Muito bom mesmo. Estou satisfeito porque a configuração é muito boa, um aparelho de última geração”. Como vemos, ele reproduz o dizer massificado pela campanha governamental de “doação” dos equipamentos notebook, aos professores, assim, não há distinção entre o discurso do sujeito professor indígena e o assumido pelo governo do estado, que classificou os notebooks como “aparelhos de última geração”; “equipamentos de ponta”, comparando-os aos computadores usados pela Agência espacial estadunidense, a *National Aeronautics and Space Administration* (NASA).

Assim, o processo de repetição do discurso já massificado na voz do sujeito indígena é muito significativo, pois diz da eficácia da ideologia de estado, pois um dos pontos mais debatidos durante a campanha de aquisição dos aparelhos foram as configurações mínimas, asseguradas em portaria específica, que o aparelho deveria ter, uma vez que os professores precisariam, em um dado momento, prestar conta das configurações, que demandou estudos que atendessem aos requisitos mínimos da portaria, contidas no aparelho adquirido. De tal modo, ao reproduzir o dizer do estado, o professor, inclusive o indígena, anui com os critérios de compra do aparelho. Assim, mesmo que um leigo em tecnologia, como a maioria das pessoas, inclusive professores, não consiga dizer dos benefícios ou não de uma dada configuração, vemos o indígena acenando positivamente para ela, o que marca o seu dizer como atravessado pela voz de estado.

Essa repetição do discurso, enquanto um mecanismo da paráfrase, é constitutiva da AD e se marca pelo conceito de interdiscurso que, segundo Pêcheux (1997, p. 162), é

representado por um “todo complexo”, uma vez acolher uma multiplicidade de saberes discursivos relacionados a um lugar de sentido, no qual “algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente”.

O funcionamento das repetições, das retomadas e dos deslocamentos no discurso é o que, no dizer de Orlandi (1999, p. 31), “[...] torna possível todo dizer e [...] retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. Para a autora, o interdiscurso é a memória (social ou coletiva) que vincula cada sujeito à sua “realidade” por meio de uma ótica específica na qual, por meio de um sistema de significação do mundo, o sujeito materializa o dizer.

Consideramos, nesta análise, que o discurso sobre a implementação de tecnologia digital na educação é formulado partindo de uma memória constitutiva da importância dessas ferramentas na sociedade em geral, mas oferecendo uma gama de formulações doutrinárias, prescritivas, como se a voz da autoridade, que fala com valor de verdade, pudesse, por imposição, uniformizar e harmonizar as diferentes vozes dos discursos preexistentes acerca das tecnologias, tornando-as um discurso único e de convencimento.

Na voz do sujeito inscrito na posição-sujeito de secretário de estado de educação, percebemos o doutrinamento do discurso num processo de tentativa de controle dos sentidos, uma voz que defende a tecnologia, o notebook, mesmo nas escolas indígenas sem acesso à internet, o que inviabiliza o uso potencial da máquina, que funciona como uma memória de armazenamento e de leitura. Esse aparente desconhecimento das possibilidades da máquina, tampona outro funcionamento, o de que o recurso tecnológico foi disponibilizado e que agora qualquer fracasso é responsabilidade do professor. Vemos, então, que o interesse não é o de intervir positivamente no ensino, facilitando-o com o uso da tecnologia, mas de se desobrigar de qualquer responsabilidade pelo insucesso. É por essa razão que se favorece o recurso, mas não habilita o professor a, de fato, manuseá-lo, tanto explorando os potenciais dado pela máquina quanto equipando a escola com internet de qualidade, para bem usá-la.

Desse modo, o secretário continua – “Tudo que for beneficiar o professor é importante porque vai impactar na qualidade de ensino” – como se a parte da responsabilidade que cabe ao governo do estado tivesse sendo totalmente viabilizada. Assim, enuncia uma aparente preocupação em beneficiar o professor para facilitar o ensino, mas silencia a necessidade de cursos de formação para o bom uso da ferramenta e a qualidade da internet das escolas, quando disponibilizada.

Para Orlandi (2007, p. 14), o “[...] silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode ser sempre outro, ou ainda que aquilo que é o mais

importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos leva a colocar que o silêncio é ‘fundante’”. Assim, ao desconsiderar o grau de familiaridade e de experiência do profissional que irá utilizar essas ferramentas digitais e ao silenciar a péssima ou inexistente internet nas escolas, da cidade, do campo e das aldeias, cala alguns sentidos para instalar outros: o de que, com o recurso disponibilizado, o sucesso e o fracasso dependem apenas do professor.

O funcionamento do silêncio atesta o movimento do discurso que se faz na contradição entre o ‘um’ e o múltiplo, o mesmo e o diferente, entre a paráfrase e a polissemia. Esse movimento, por sua vez, mostra o movimento contraditório, tanto no sujeito quanto no sentido, fazendo-se na ilusão de um sentido só (efeito da reação com o interdiscurso) e o equívoco de todos os sentidos (efeito da relação com a *lalangue*). (Orlandi, 2007, p. 16)

No processo de silenciar as condições de emprego do notebook, a assessora pedagógica enuncia – “Os professores vão fazer o melhor uso possível do equipamento” –, marcando o seu dizer pela responsabilização absoluta do professor, pois todos sabem que um computador sem conexão à internet é apenas uma máquina moderna de datilografia, mas, de todo modo, afirma o seu melhor uso possível no trabalho e na responsabilidade do professor, mesmo que não lhe seja disponibilizado o acesso às redes mundiais de computadores. Cabe, então, ao professor, de posse do instrumento mágico de qualidade para o ensino, fazer aflorar dessa tecnologia a qualidade, mesmo que os meios tenham sido silenciados. A afirmativa de que os professores vão fazer o melhor uso do equipamento é uma tentativa de justificar o investimento, de mostrar-se preocupado com os seus resultados, mas, no processo de isentar-se da responsabilidade, o governo delega aos professores a responsabilidade de “fazer o melhor possível” para otimizar a máquina, que ele sabe que não tem o valor cobrado, sem que as condições sejam dadas: a formação do profissional para manuseá-la e internetes velozes para as buscas.

Vimos, nos recortes até aqui analisados, a repetição e a contradição, enquanto modos de funcionamento da língua(gem), produzindo seus efeitos de tal modo que não causa, ao imaginário popular, estranhamento de que o sujeito professor enuncie atravessado pelo discurso do estado, repetindo esse discurso como se a salvação para o ensino tivesse, de fato, chegado.

3.6 - Notícia 05/01/2022- “Governo construiu 16 novas escolas estaduais e reformou outras 18 em Mato Grosso”³⁴

O discurso político caminha de modo a produzir efeitos hegemônicos acerca do discurso da mudança social e do progresso, assegurando sentidos de competência e de realização para o governo de Mato Grosso. Mas, nos subterrâneos da ideologia que o conforma, esse discurso político concentra-se em produzir efeitos de controle e de dominação das ideias, mantendo a ordem do discurso, regulando as relações e as identidades sociais, num jogo dialogicamente previsível e ditado pela ideologia que conforma a posição-sujeito governador.

O título da notícia, como podemos perceber, propaganda as obras realizadas em escolas do estado nos últimos 3 anos do governo atual, que já se anuncia como candidato à reeleição ao governo do estado, dado que o ano de 2022 é um ano eleitoral.

Dentre as imagens que compõe a notícia destacamos a primeira que apresenta quatro jovens, três meninas e um menino, utilizando material que, possivelmente, seria de uma aula de robótica.



Fonte: Imagem que compõe a notícia, retirada da internet disponível em:

<http://www3.seduc.mt.gov.br/-/18721872-governo-construiu-16-novas-escolas-estaduais-e-reformou-outras-18-em-mato-grosso>

Enquanto as meninas montam um robô de lego o garoto mexe em um computador do tipo notebook de uma marca conhecida. Ao fundo, mais desfocado, temos adultos do sexo masculino em uma sala decorada, paredes escuras e iluminação pendente e dois aparelhos de ar

³⁴ Disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/-/18721872-governo-construiu-16-novas-escolas-estaduais-e-reformou-outras-18-em-mato-grosso> Acesso em 09 de jan. de 2023.

condicionado completam a cena. Todas as pessoas que aparecem na imagem usam máscara (marca da pandemia).

Na segunda imagem temos uma jovem com um equipamento eletrônico na mão, mostrando para o Governador do estado e para o secretário de educação que olham atentos para o que a garota apresenta. Completam a foto mais uma garota e dois homens em segundo plano.



Fonte: Imagem que compõe a notícia, retirada da internet disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/-/18721872-governo-construiu-16-novas-escolas-estaduais-e-reformou-outras-18-em-mato-grosso>

As duas imagens dialogam com o projeto do governo do estado de implementar mais tecnologias digitais nas escolas, de possibilitar o conhecimento inovador, de construir e de equipar as escolas com tecnologias, inclusive dos ares condicionado, tudo visando o “grandioso objetivo” de produzir e incorporar mais qualidade para o ensino.

No corpo da notícia, o indivíduo inscrito na posição-sujeito de secretário de educação diz – “Continuamos firmes na condução desse novo jeito de fazer educação em Mato Grosso e muitas mudanças estão acontecendo”, marcando o lugar da repetição do discurso bem intencionado do governador de promover mudanças no ensino, rumo à qualidade. A palavra “mudança” é o ato ou efeito de mudar de lugar, de dispor de outro modo e dependendo do contexto apresenta muitos efeitos de sentidos. No imaginário popular aciona as memórias discursivas de mudança de vida, a aquisição de novos hábitos, de aprender coisas novas, ou buscar novo estilo de vida, de fazer uma revisão dos valores. O termo “novo” produz os mesmos efeitos de qualidade, pois tal palavra resgata, no imaginário popular, os sentidos de inovação, de renovação e de reforma, assim, o novo traz consigo a ideia de juventude, de inovação marcada pelo aproveitamento amplo das tecnologias digitais, agregando sentidos positivos para

o discurso do governador. Ou seja, produzindo o efeito de que um governador tão jovem, tão “antenado” com as mudanças e os avanços tecnológicos do seu tempo, faz muito bem a Mato Grosso, no papel de governador³⁵.

Na sequência o secretário enuncia – “as escolas estão com uma estrutura nova, de qualidade e se tornando cada vez mais atrativas para os nossos professores e estudantes”. A generalidade ao dizer “as escolas” produz efeito de que todas as escolas, em Mato Grosso, funcionam conforme o que ilustra a figura, ou seja, uma escola nova, com recursos didáticos e tecnológicos disponíveis, equipadas com ares condicionados, com alunos e professores falando e exercitando os mesmos conteúdos de inovação e de tecnologia. No entanto, a realidade está muito distante da ilustrada pela imagem, pois o dizer se refere às 16 escolas novas e as 18 reformadas, num universo de 768 escolas estaduais³⁶.

Dessa maneira, o discurso político segue a lógica da ideologia que o constitui, pois se utiliza da mídia para fazer seu jogo de força simbólica, apoiando-se na prática da promoção pessoal como meio de vender a imagem do grande e vital político para o estado. Assim, valendo-se das estratégias discursivas, persuade um grande número de indivíduos, uma vez que seu único propósito é o de se manter no poder, por meio dos mecanismos visionários de reeleição ao cargo público, por meio da votação popular.

O discurso institucional político segue a lógica da prática social, ao qual há uma relação de forças simbólicas, vale o mais novo, o moderno o belo. Conseguimos ver, que o discurso político se apoia na prática da propaganda pessoal e aciona imagens positivas no inconsciente do imaginário popular que contribuem para a promoção institucional. Ao sujeito político resta-lhe o papel inconsciente de manter uma identidade singular, voltado a si e sobre como se apresentar na e para a sociedade e uma identidade plural que daria conta das características do homem público, do sujeito político. É fundamental, para a construção das impressões de si, que um sujeito político passe ao público uma imagem de confiança e de homem bom, essas imagens constroem, no imaginário popular a figura de um super herói idolatrado que todos esperam, ou a imagem do pai que irá defendê-los de todo mal, inclusive intercedendo por eles, protegendo-os da pandemia que assolou o mundo inteiro.

³⁵ A eficácia da ideologia que constitui esse discurso se marca nos resultados da eleição, pois, em outubro de 2022, o governador Mauro Mendes foi reeleito ao cargo de governador, em primeiro turno, com 68,45% dos votos.

³⁶ *Mais da metade das 768 escolas estaduais de MT precisam de reforma*. Disponível em <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/03/20/mais-da-metade-das-768-escolas-estaduais-de-mt-precisam-de-reforma.ghtml>. Acesso em 30 jul. de 2020.

3.7 - Notícia 19/01/2022- Governador - “Estamos trabalhando para que MT seja uma das 10 melhores educações do país”³⁷

A encenação do discurso político depende das condições de produção do discurso, da situação em que se encontra a percepção da opinião pública e o sentido decorre desses fatores. Como condição de produção dos discursos analisados nesta notícia, temos os indicadores que medem a educação nos estados brasileiros apontando, há anos, a educação de Mato Grosso entre as últimas posições do ranking nacional³⁸. Daí a necessidade de o sujeito governador enunciar – “Estamos trabalhando para que Mato Grosso tenha uma das 10 melhores educações do país nos próximos cinco anos.” As estratégias utilizadas para a construção de sentidos compreendem, entre muitos aspectos, os valores socialmente aceitos, as formas de apresentá-los, a argumentação, a construção da imagem de si e do outro.

Com o passar do tempo, a evolução da agricultura mecanizada passou a exigir uma mão de obra especializada para suprir a demanda do mercado, assim, esse discurso parece tentar dar conta dessa nova realidade, uma vez que as condições de produção existentes no mercado atual demandam uma mão de obra especializada que saiba e que domine a tecnologia de ponta existente. Assim, o governo precisa melhorar os índices da educação, colocá-la entre as 10 melhores do país, mas silenciando a necessidade de formação dessa mão de obra que não é dada pelo ensino, do básico ao superior, de Mato Grosso?

Os discursos se constituem e funcionam a partir da reprodução de condições de produção, os sujeitos são interpelados pelas ideologias que os constituem e as reproduzem retomando o que está posto na sociedade efetivando os sentidos possíveis, pois “[...] é a ideologia que através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser” (PÊCHEUX, 1969, p. 146). as condições de produção são como teias que aproximam e regularizam a reprodução de produções dos sentidos:

[...] as “condições de produção” de um discurso não são espécies de filtros ou freios que viriam inflectir o livre funcionamento da linguagem, no sentido em que, por exemplo, a resistência do ar intervém na trajetória de um móbil cuja cinemática prevê o deslocamento teórico, quer dizer, o que seria este deslocamento se o móbil estivesse reduzido a um ponto, e se deslocasse no vazio. Em outros termos, não há espaço teórico socialmente vazio no qual se

³⁷ Matéria disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/18775888-governador-estamos-trabalhando-para-que-mt-seja-uma-das-10-melhores-educacoes-do-pais-> acesso em 09 de jan. de 2023.

³⁸ Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/09/16/ideb-do-ensino-basico-em-mt-tem-taxa-de-58-estudantes-do-ensino-medio-atingem-37.ghtml> acesso em 11 de jan. de 2023.

desenvolveriam as leis de uma semântica geral (por exemplo, leis da “comunicação”), e no qual se reintroduziriam, na qualidade de parâmetros corretivos, “restrições” suplementares, de natureza social (PÊCHEUX, 1969, p. 181).

Todo discurso se marca e reproduz as condições de produção a que o sujeito está inserido, assim, é o movimento de replicação do social que possibilita o dizível.

Logo na sequência o mesmo sujeito afirma o seu desejo sobre o estado de Mato Grosso – “Que seja um território livre do analfabetismo”. O discurso de liberdade é bastante recorrente e utilizado pelos políticos, inclusive integra o lema utilizado pelos burgueses franceses – *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* –, no decorrer da Revolução Industrial, pois é fundamental, para a manutenção da qualidade de vida, estar livre da pobreza, de doenças, do desemprego e, porque não, do analfabetismo.

Levamos em consideração que a relação de educação com ascensão social permeia o imaginário popular, sendo assim, convencionou-se que quem tem acesso à educação terá os melhores empregos, quanto mais estudar mais dinheiro a pessoa pode ganhar, assim, em um estado com índices educacionais bem abaixo do esperado, o governador precisa prometer para a população o livramento do analfabetismo, inclusive, como mote de sua propaganda política eleitoreira.

Vejamos uma sequência bastante emblemática de enunciados pelo sujeito governador:

Tenho muito orgulho dos **hospitais que estamos construindo**, dos **milhares de quilômetros de asfalto que estamos entregando**. Mas tenho certeza que vai encher meu coração e minha alma de orgulho em poder dizer que nós **mudamos essa história da Educação em Mato Grosso**. Isso não tem preço (SEDUC-MT, 2022, p.01) (Grifos do autor).

Como podemos ver, o dizer se enuncia como uma promessa de campanha, pois os “hospitais”, o “asfalto” e a “educação” servem, historicamente, de argumentos que, embora bastante desgastados, aos propósitos das campanhas e das propagandas políticas eleitoreiras. Seja para candidato do partido A ou do partido B, comumente, veremos esse conjunto de palavras ou variantes delas compondo os discursos eleitoreiros.

A palavra “orgulho” foi utilizada duas vezes para marcar o quanto o sujeito governador se sente engrandecido pelos seus feitos. Assim, o sentido se atrela ao discurso religioso (minha alma), pois é o trabalho honestamente realizado que engrandece o homem e o torna orgulhoso de si mesmo. O dizer produz ainda efeitos de que o governador tem um grande coração, pois o coração é, imaginariamente, a fonte dos sentimentos, do amor, o ódio, da coragem. No entanto

sabemos que, durante toda a pandemia, com os cofres abarrotados, o governador não teve uma só ação social, marcando de vergonha o estado pelas intermináveis filas dos ossinhos que repercutiram na mídia nacional. Mas, ao utilizar a palavra “orgulho”, o governador produz efeitos de sentido de não só amar o estado que administra, mas também o de ser empático e ser humano com o seu povo.

Entre tantos outros sentidos possíveis, o dizer “isso não tem preço” aciona a memória acerca da campanha publicitária do cartão Mastercard, que associa ações cotidianas de gastos com os cartões de crédito (ação capitalista) com os prazeres da vida, todos de cunho afetivo, que são ditos como impagáveis, subsumindo a ação mercadológica que o cartão produz. Ou seja, o cartão fornece ao cliente “experiências que não têm preço”, desde que ele pague por elas, através do seu cartão de crédito.

Na mesma notícia, recorrendo ao discurso da mudança, o governador enuncia – “nós mudamos essa história da Educação em Mato Grosso”. Os projetos de mudança realçam o sentimento de esperança em dias melhores, uma vez que opera sobre o desejo dos sujeitos em ter um futuro próspero e os aproximam do tão sonhado paraíso. O discurso político passou por grandes mudanças nos últimos anos, especialmente em razão da publicidade dos escândalos de corrupção que atingiu a classe, mesmo assim, muitos eleitores ainda acreditam em discursos que resgatam essas memórias e, por esse motivo, continuam a utilizá-los, mesmo o povo brasileiro sendo, em grande parte, conservador e que não deseja mudanças na ordem pré-estabelecida.

No título da notícia, o governador disse estar trabalhando para ranquear melhor a educação em Mato Grosso, no entanto, no corpo dela ele já afirma ter construído uma outra história para o estado, pois a mudança na Educação já houve – “nós mudamos essa história da Educação em Mato Grosso”. Então, perguntamos: a mudança na educação em Mato Grosso se fez pelas 16 construções e 18 reformas de um total de 768 escolas ou de forma mágica, por força do dizer do governador?

De outro lado, compomos a chamada sociedade digital que implica em sujeitos realizando, cada vez mais, as tarefas do dia a dia com o auxílio de ferramentas digitais e eletrônicas, com base nesse imaginário o sujeito, ao discursar sobre os investimentos em tecnologia digital empregados nas unidades escolares, justifica a necessidade pelo dizer – “Porque as crianças hoje estão antenadas, então as nossas salas têm que ser mais atrativas”. A relação entre o que é atrativo e o que não é decorre de uma herança dessa onda tecnológica, que é complementada pelo discurso de mudança – “Vivemos em um tempo da capacidade de transformar o conhecimento em informação e resultado. É essa a escola que temos que pensar”

– como se o tempo na escola corresse de forma diferente do resto da sociedade ou como se a sociedade estivesse à frente e a escola parada no tempo.

Logo na sequência o sujeito inscrito na posição-sujeito de governador fez a seguinte declaração:

“Foi a Educação que me tirou do interior de Goiás, da roça. E foi aquele garoto que teve a oportunidade de estudar na escola pública que hoje está diante de vocês falando como governador de um grande Estado como Mato Grosso. Espero que os filhos da escola pública, esses 400 mil alunos que estamos tratando aqui, e tudo o que estamos fazendo é por eles, possam também ter essa oportunidade. Estamos fazendo isso para que daqui a 10, 20, 30, 40 anos, algum deles esteja aqui ou num lugar muito igual a esse falando como governador de Mato Grosso. Essa história estamos construindo com vocês” (SEDUC-MT, 2022, p.01)

Analisamos, nesse trecho da notícia, que o sujeito inscrito na posição-sujeito de governador do Estado chama a atenção para si para justificar a importância de uma escola pública de qualidade. Para o sujeito, foi graças a essa educação que hoje ele pode falar na posição que ocupa e novamente significa a partir do discurso da mudança. A educação pública provocou a mudança no destino ao ponto de o retirar do “interior de Goiás, da roça”, embora, no imaginário popular, o estado de Mato Grosso seja bem mais interiorizado que o estado de Goiás. Essa roça para o sujeito significa o retrocesso, o atraso, o anacronismo contrapondo ao discurso da informatização da educação e da modernidade que ele pretende passar.

O estado de Mato Grosso, como já dissemos, é considerado o “celeiro do mundo”, grande exportador de grãos para muitos países, assim, a maior parte das riquezas do estado advém do que é produzido “na roça”. Retirar os mato-grossenses da roça significa acabar com a fonte de recursos do estado? Esse discurso só se sustenta quando consideramos a roça, não como o Agronegócio que hoje conhecemos e entendemos, pois a tentativa de valorização, de modernização e de informatização do ensino não se equipara à modernidade do agronegócio, pois hoje ele se faz no campo, mas com toda a tecnologia moderna, valendo-se de equipamentos de ponta, razão pela qual é o sucesso que é, porquanto necessita de mão de obra tão especializada e tão tecnológica, que desconstrói qualquer termo de comparação entre o urbano e o campo, a roça.

As condições de produção levam em consideração os contextos imediatos, mas também os amplos, que permitem a interpretação dos discursos a partir do contexto sócio-histórico e ideológico dos sujeitos inscritos no tecido discursivo. Para Pêcheux (2008, p. 16), “[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si

mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas”.

Assim, as condições de produção e as formações imaginárias se colocam como mecanismos de funcionamento do discurso, uma vez que, pelas FIs, é possível analisar a imagem que o sujeito faz de si, do seu interlocutor e sobre o referente.

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formulações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessa situação) [...]. (PÊCHEUX, 1993, p. 82)

Esse conceito é fundamental para entendermos que o sujeito fala não apenas do lugar que ocupa, mas de uma imagem que ele projeta a partir da posição-sujeito que ele imagina ocupar o seu interlocutor e a imagem do que ele mesmo fala. A esse mecanismo, o autor denomina como “antecipação das formações imaginárias”, que é quando o sujeito faz uma imagem de si do seu dizer a partir da imagem antecipada da posição-sujeito do seu interlocutor, assim, o sujeito antecipa o sentido daquilo que ele julga ser adequado às condições de seu ouvinte.

Apesar de considerar que o dizer é marcado pelas antecipações, a AD defende a noção de sujeito como sendo dada pelo assujeitamento ideológico, que anula o livre arbítrio, a intenção e a direção de sentidos a partir da vontade do sujeito. Assim, as formações imaginárias são antecipações imagéticas que marcam o dizer, mas que não asseguram os sentidos, pois estes são efeitos dados pelos atravessamentos ideológicos das posições sujeito em interlocução.

Nesse processo, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do seu dizer, mas os sentidos resultam das construções históricas e ideológicas que interpelam cada indivíduo em sujeito do dizer, pois a maneira como formulamos é sócio historicamente determinada. Nessa direção, quando o governador diz – “Estamos fazendo isso para que daqui a 10, 20, 30, 40 anos, algum deles **esteja aqui ou num lugar muito igual** a esse falando” –, ele formula o lugar que ocupa, o de governador do estado, como sendo acessível a qualquer aluno, uma vez que ele, vindo da roça (do estado de Goiás), chegou a essa condição, então, qualquer aluno da rede também pode ocupar o seu lugar. Contudo, o seu dizer se coloca como uma hipótese, pois as oportunidades desses alunos são, no geral, muito diferentes da do governador, que sempre foi

filho de fazendeiro. Assim, vemos em funcionamento o efeito ideológico de que o sucesso depende apenas e tão somente de cada aluno, pois ele, como governador, dá as oportunidades (os notebooks, os recursos tecnológicos) e fracassar ou obter sucesso é algo da vontade e da responsabilidade dos professores e dos alunos. Esse dizer atrela-se ao discurso capitalista, que individualiza o sujeito e o toma como responsável único do seu sucesso ou fracasso, fazendo funcionar a ideologia de competição e de ataque entre os sujeitos, um jogo de relações de forças entre a classe dominante sobre a classe historicamente dominada e determinada.

O jogo de poder se faz sobre quem pode e deve dizer, uma vez que quem toma a palavra tem o poder de atribuir responsabilidades, prometendo espaços de sucesso, desde que o aluno aproveite as “oportunidades” e que lute por seu espaço social. Trata-se, então, de um funcionamento que conforma a velha tática do discurso político.

Orlandi define o jogo discursivo, afirmando que:

As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes. O dizível (o interdiscurso) se parte em diferentes regiões (as diferentes formações discursivas) desigualmente acessíveis aos diferentes locutores. (ORLANDI, 2007, p. 20)

Dessa maneira, é a partir das formações ideológicas que o sujeito realiza a tomada de posição, a partir de uma dada formação discursiva, permitindo ao analista compreender, pela materialidade da língua(gem), o processo de produção de sentidos, pelas regularidades do/no discurso. Então, é no encontro de uma atualidade (a formulação, o dizer) e uma memória (a ideologia que interpela esse dizer) que podemos filiar a enunciação às formações discursivas, que são dominantes que estabelecem a relação da formulação com a exterioridade, com o interdiscurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto chave em nossa pesquisa foi analisar os efeitos de sentidos nos textos institucionais do governo do estado de Mato Grosso que referiram a investimentos em tecnologia digitais na pandemia de covid-19, e perceberemos que há, nesses enunciados, parcialidade, silenciamentos e equívocos, discursivamente marcados, como mecanismos de auto promoção das ações governamentais.

Na primeira parte do primeiro capítulo, fizemos um resgate dos planos e projetos realizados no Brasil, desde a ditadura militar, que visavam a implementação das tecnologias digitais na educação, percebemos que essas ideias ficaram estagnadas, seja por falta de financiamento adequado ou a falta de um “combustível” (pandemia, como ocorreu em 2020/21), mas que construiu condições de produção que atravessaram os discursos contemporâneos. É importante destacarmos, que a ideia de colocar computadores e internet nas mãos de professores e dizer que isso, sozinho, pode salvar a educação, não é nova. No entanto, programas de incentivo ou treinamento para os profissionais da educação não foram observados ou aparecem muito tímidos nos documentos analisados, sendo uma das explicações para o possível fracasso dos projetos de utilização das TICs na educação no passado e no presente.

No segundo momento, ainda no primeiro capítulo, tratamos da organização dos textos oficiais editados e publicados nas esferas federal e estadual. Essa organização cronológica nos deu uma noção das condições imediatas dos discursos que atravessam o *corpus*, e que foram elencados no capítulo reservado às análises. Em muitos momentos da análise, voltamos a esses textos que marcam, não só o tempo, mas atravessa os sentidos do que é discutido nos recortes. Ao analisar as portarias, leis e instruções normativas, notamos que as condições de produção dos textos oficiais federais publicados referentes a pandemia não favoreceram a agilidade e a eficácia do ensino mediado por tecnologias digitais, visto que, grande parte da população não tinha acesso aos meios digitais e ficaram excluídos das aulas remotas. Do mesmo modo, as leis estaduais reproduziram a conduta federal e não favoreceram o ensino a distância por meio das TICs, piorando um cenário que já não era bom.

Ao analisamos o nosso recorte com base na teoria do discurso do sujeito político com foco em visões que anulam o livre arbítrio e o faz discursar a sombra da ideologia e das formações imaginárias, percebemos que os sujeitos experimentam o mundo já interpelados pela ideologia, sobre uma ótica subjetiva. Essas teorias nulificam a possibilidade de dizer o que realmente “querem” em função da posição-sujeito que ocupam, ditando assim, o que pode e não pode ser dito, instaurando esquecimentos na ordem da enunciação ou ideológicos. Embora

as análises aqui tenham sido breves, podemos identificar importantes posicionamentos do governo com vistas ao nosso objeto (investimentos em tecnologias digitais em escolas públicas do estado durante a pandemia). Os sujeitos da análise, discursando das posições que lhes são permitidas, colocam em evidência que para uma escola ser boa deve ter infraestrutura de qualidade, investimento em tecnologia, ambientes que atendam um grande número de pessoas, espaços confortáveis e investimento em profissionais de educação. Ao mesmo tempo que significam a qualidade dos investimentos e da “nova forma de se fazer educação”, os sujeitos silenciam muitos outros discursos, atravessados pelos esquecimentos, inconscientes, de que o sentido poderia ser outro.

O acontecimento discursivo pandemia de covid-19, base neste trabalho, proporcionou condições de produção que afetaram o discurso do trato sobre investimentos em tecnologias digitais em escolas públicas do estado de Mato Grosso durante a pandemia. Percebemos, por meio das análises e mobilização dos conceitos teóricos da AD, um movimento de antecipação desses discursos voltando-os para a educação. O tema já era tratado em outros espaços sociais e, com o avanço da pandemia, houve o deslocamento dela para o interior das formações discursivas da escola. A pandemia serviu como gatilho para acelerar debates sobre os investimentos em tecnologias na educação, mas as propostas apresentadas foram vendidas como soluções para problemas, não só gerado pela então pandemia, mas historicamente constituídos, servindo muito mais como promoção eleitoral do governo do que como solução para a educação na pandemia.

Constatamos também que muito dos investimentos que foram atribuídos ao contexto pandêmico poderiam nunca existir ou já existiam na conta do Estado, uma vez que o agronegócio continuou injetando dinheiro na economia estatal, a compra de computadores para professores e alunos, o investimento em internet nas escolas e o custeio de planos de internet a professores poderiam ter ocorridos com ou sem pandemia, mas passaram a ser pauta prioritária do governo nesse período, seja para mostrar que estava trabalhando na tentativa de pôr as coisas no estado normal, ou seja para silenciar a crise de saúde, política e financeira que o país enfrentava colocando-se na posição-sujeito de super herói.

Considerando que o acontecimento discursivo pandemia de covid-19 causou a ruptura do discurso que trata de tecnologia digital na escola, mesmo entendendo que esse acontecimento mudou a forma com que esses discursos atravessam a educação, em muitos momentos da análise percebemos o silenciamento do próprio acontecimento social pandemia. Em muitos momentos fica claro que o investimento só ocorreu em decorrência do período pandêmico, mas os sujeitos estabilizam o discurso num lugar de nulificar as condições de produção, num

movimento de ocultar a crise, como se a pandemia não ocupasse o governo ou como se ela nunca tivesse existido. Esta estratégia surtiu os efeitos esperados se considerarmos que o então governador do Estado de Mato Grosso foi reeleito, nas eleições de 2022 em primeiro turno, com uma expressiva votação, enquanto o ex-presidente do Brasil, a quem o então governador tinha apressado, que não nunca movimentou o seu discurso nas linhas das condições de produção da pandemia, não obteve o mesmo sucesso.

Sobre a imagem do sujeito político e os efeitos de sentidos sobre o movimento e a ordem do reflexo dessa imagem no imaginário popular, constatamos que não basta ser bom, o sujeito tem a necessidade simbólica de parecer bom. Filiar-se a discursos cristalizados e conservadores que dialogam com as condições imediatas de produção dos discursos emergentes, construindo em si a imagem de bom pai, bom marido, homem religioso e de família, tudo isto funciona como combustíveis para a promoção do sujeito que ocupa a posição-sujeito de um homem público e político. Apresentar-se como homem trabalhador, que honra com os compromissos fez parte desse projeto de construção da imagem do sujeito político e atravessou a forma como ele significou os planejamentos e a aplicação dos recursos nas tecnologias digitais na educação no período da pandemia.

Sobre os equívocos, levantamos que equipar a escola com ferramentas que a maioria dos professores não tem acesso, não garante qualidade para o ensino, pois todos os anos são investidos altos valores na educação, assim, a compra dos equipamentos (notebook para os professores e *Chromebook* para os alunos) está longe de ser e de alcançar os resultados que o secretário enuncia. Depois do percurso que fizemos percebemos que o equívoco não é o real do discurso, mas sim aquilo que, no simbólico, indicia algo do real e possibilita o anunciado se tornar outro. O léxico modifica o sentido do dito, dando a ele um significado pretendido e presente em todo o discurso do sujeito político. As condições imediatas de produção do discurso influenciam nessa relação entre equívoco e interdiscurso, pois, o discurso surge da necessidade de prestar conta a sociedade e, ao mesmo tempo, fazer propaganda de si, mostrar que é competente, demonstrar a normalidade nulificando e silenciando as mazelas da pandemia e colocando-se como capaz de planejar e executar o planejado.

Em muitos momentos percebemos a presença de discursos silenciados, a dicotomia em dizer e não dizer ou a censura do dizer pelo não poder dizer. Notamos a inserção do silêncio constitutivo instaurado pela necessidade de mostrar a sociedade o trabalho realizado. No processo de construção da auto imagem o sujeito formula uma espécie de manutenção da transparência das atividades realizadas do decorrer do mandato como uma obrigação que o sujeito tem para com a sociedade.

Por fim, constatamos que os discursos analisados em nosso *corpus* se aproximam mais à sentidos que os colocam como ferramenta de promoção institucional, então não é difícil identificá-las mais como propagandas políticas partidárias do que como notícias puras e simples de ações e de investimento em tecnologia digitais na educação para recompor os *déficits* causados pela pandemia que enfrentamos. Concluimos assim que, grande parte do discurso institucional estatal está alicerçado em temas voltados a mudança, não diferem dos clássicos discursos políticos historicamente cristalizados no imaginário popular e, atrelados às condições de produção, produzem efeitos de sentidos que miram para a esperança de dias melhores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

BRASIL, **Decreto legislativo nº 06, de 20 de março de 2020**, publicado em: Diário Oficial da União: 20/03/2020, Edição extra. Página: 1 seção Órgão: Atos do Poder Legislativo disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm , Acesso em 24 de jun. de 2022.

BRASIL, **Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6300.htm Acesso em 24 de jun. de 2022.

BRASIL, **Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112249.htm Acesso em 24 de jun. de 2022.

BRASIL, **Lei Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020**, Publicado em: Diário Oficial da União: 07/02/2020, Edição: 27, Seção: 1, Página: 1. disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735> Acesso em 23 de jun. de 2022.

BRASIL, **Lei Nº 14.040, DE 18 DE AGOSTO DE 2020**, Conversão da Medida Provisória nº 934, de 2020 publicado em: Diário Oficial da União: 19/08/2020, Edição:159, Seção: 1 Página: 4 Órgão: Atos do Poder Legislativo, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114040.htm Acesso em 23 de jun. de 2022.

BRASIL, **Medida Provisória Nº 934, DE 1º DE ABRIL DE 2020**, Oficial da União: 01/04/2020 | Edição: 63-A, Seção: 1, Extra | Página: 1 Órgão: Atos do Poder Executivo, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20192022/2020/mpv/mpv934.htm Acesso em 27 de jun. de 2022.

BRASIL, **Parecer CNE/CP nº 05/2020**, aprovado EM: 28/4/2020 disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em 25 de jun. de 2022.

BRASIL, **Parecer CNE/CP nº 11/2020**, aprovado em 7 de julho de 2020, Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=148391-pcp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em 25 de jun. 2022.

BRASIL, **Portaria Nº 188, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020**, publicado em: Diário Oficial da União: 04/02/2020, Edição: 24-A, Seção: 1 – Extra, Página: 1, disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388> Acesso em 24 de jun. de 2022.

BRASIL, **Portaria Nº 343, DE 17 DE Março DE 2020**, publicado em: Diário Oficial da União: 18/03/2020, Edição: 53, Seção: 1 – Extra, Página:39, disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> Acesso em 24 de jun. de 2022.

BRASIL, **Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001167.pdf> Acesso em 20 de jul. de 2022.

BRASIL, **PRONINFE -Programa Nacional de informática Educativa**, /MEC/ SEMTEC.- Brasília:, 1994 Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002415.pdf>. Acesso em 19 de jul. de 2022.

BRASIL, **Resolução CNE/CP nº 2/2021** Publicado em: 06/08/2021, Edição: 148, Seção: 1, Página: 51 Órgão: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-5-de-agosto-de-2021-336647801> Acesso em 27 de jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 84.266, de 5 de Dezembro de 1979**. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84266-5-dezembro-1979-433730-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20estrutura%20b%C3%A1sica,Especial%20de%20Inform%C3%A1tica%20\(SEI\).](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84266-5-dezembro-1979-433730-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20estrutura%20b%C3%A1sica,Especial%20de%20Inform%C3%A1tica%20(SEI).) Acesso em 19 de jul. de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 84.067, de 2 de Outubro de 1979**. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d84067.htm#:~:text=Cria%20a%20Secretaria%20Especial%20de,3%20de%20dezembro%20de%201970. Acesso em 19 de jul. de 2022.

COURTINE, J. **O tecido da memória**: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem. Polifonia, Cuiabá, EDUFMT v. 12 n. 2 p. 1-13, 2006.

DANTAS, Aloísio de Medeiros. **A língua e suas falhas**: o discurso na contemporaneidade. Leitura, Maceió AL, 2012. disponível em <file:///C:/Users/Samsung/Downloads/1147-Texto%20do%20Artigo-3934-1-10-20140121.pdf> Acesso em 27 de jul. de 2022.

DANTAS, Aloísio de Medeiros. **Sobressaltos do discurso**: algumas aproximações da análise do discurso. Campina Grande: EDUFMG, 2007.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

EVANGELISTA, Rafael de Almeida, **Educação e tecnologias digitais**: desafios e estratégias para a continuidade da aprendizagem em tempos de COVID-19 / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. — 1. ed. — São Paulo, SP: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/20211124201927/estudos-setoriais-educacao-e-tecnologias-digitais.pdf> Acesso em 20 de jul. de 2022.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.

GUIMARÃES, E. **Enunciação e acontecimento**. In: _____ Semântica do Acontecimento. Campinas: Pontes, 2002, p. 11-31.

HODGES, Charles, *et al.* **Diferenças entre o aprendizado online e o ensino remoto de emergência**, Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia, 2020. publicado

originalmente no EDUCAUSE Review em 27 de Março de 2020. Traduzido por Danilo Aguiar, Dr. Américo N. Amorim e Dra. Lídia Cerqueira, com a permissão dos autores. Disponível em: <file:///C:/Users/Samsung/Downloads/17-Article%20Text-95-1-10-20200601.pdf> Acesso em: 20 de jan. de 2022.

MATO GROSSO, AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2021/SEDUC- Publicado No D.O Diário Oficial de Mato Grosso – IOMAT, nº 28.091 do dia 24 de setembro de 2021, disponível em:

<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16496#/p:14/e:16496?find=Chromebooks>. Acesso em 20 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, decreto nº1.134, de 01 de outubro de 2021, Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº28.097 Disponível em:

<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16509#/p:1/e:16509?find=Ficam%20revogados%20os%20decretos%20n%C2%BA%20407,%20de%2016%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020;%20n%C2%BA%20413,%20de%2018%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020> Acesso em: 13 de set. de 2022.

MATO GROSSO, Decreto nº407, de 16 de março de 2020. Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº 27.711, 16 de Março de 2020 disponível em:

<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/15835#/p:2/e:15835?find=Fica%20criado%20o%20Gabinete%20de%20Situa%C3%A7%C3%A3o,%20coordenado%20pelo%20Governador%20do%20Estado,%20para%20monitoramento%20e%20ado%C3%A7%C3%A3o%20de%20medidas> Acesso em 12 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, Decreto nº424 de 25 de março de 2020, Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº 27.718, Edição Extra, Disponível em:

<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/15851#/p:1/e:15851?find=Decreto%20n%C2%BA%20424%20de%2025%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020>, Acesso em 13 de jul. 2022.

MATO GROSSO, Decreto nº425, de 25 de março de 2020. Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº 27.719 Disponível em:

<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/15852#/p:1/e:15852?find=Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico%20Ficam%20suspensas%20as%20atividades%20escolares%20p%C3%BAblicas%20e%20privadas%20at%C3%A9%2005%20de%20abril%20de%202020>. Acesso em 12 de jul. 2022.

MATO GROSSO, decreto nº432, de 31 de março de 2020. Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº27.722, Edição Extra, Disponível em:

<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/15858#/p:1/e:15858?find=decreto%20n%C2%BA%20432,%20de%2031%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020>. Acesso em 12 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, Decreto nº462 de 22 de abril de 2020, Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº27.735, Edição Extra, Disponível em:

<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/15878#/p:2/e:15878?find=Decreto%20n%C2%BA%20462%20de%2022%20de%20abril%20de%202020>, Acesso em 13 de jul. 2022.

MATO GROSSO, **Decreto nº467 de 30 de abril de 2020**, Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº27.741, Edição Extra, Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/15886#/p:1/e:15886?find=Decreto%20n%C2%BA%20467> Acesso em 13 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, **Decreto nº510 de 3 de junho de 2020**, Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT do dia 04 de julho de 2020, Nº27.765, p. 17 Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/15919#/p:17/e:15919?find=Decreto%20n%C2%BA%20510%20de> Acesso em 14 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, **Decreto nº522 de 12 de junho de 2020**, Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº27.770, Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/15929#/p:1/e:15929?find=Decreto%20n%C2%BA%20522%20de%2012%20de%20junho%20de%202020> Acesso em 14 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, **Decreto nº783 de 15 de janeiro de 2021**, Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº27917, no dia 18 de janeiro de 2021, Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16169#/p:1/e:16169?find=DECRETO%20N%C2%B0%20783,%20DE%2015%20DE%20JANEIRO%20DE%202021> Acesso em 14 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, **Decreto nº837 de 1 de março de 2021**, Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº 27.947, Edição Extra, p. 24 Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16227#/p:24/e:16227?find=n%C2%BA%20%20837,%20de%2001%20de%20mar%C3%A7o%20de%202021> Acesso em 14 de jul. 2022.

MATO GROSSO, **Decreto nº874 de 25 de março de 2021**, Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº27.966, Edição Extra, Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16261#/p:1/e:16261?find=Decreto%20n%C2%BA%20874%20de%2025%20de%20mar%C3%A7o%20de%202021> Acesso em 15 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, **Decreto nº875 de 25 de março de 2021**, Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº27.966, Edição Extra, p. 05, Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16261#/p:5/e:16261?find=Decreto%20n%C2%BA%20%20875> Acesso em 13 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, **Decreto nº897 de 16 de abril de 2021**, Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº27.980, Edição Extra, p. 02 Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16292#/p:2/e:16292?find=Decreto%20n%C2%BA%20897%20de%2016%20de%20abril%20de%202021>, Acesso em 13 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, **Decreto nº917 de 29 de abril de 2021**, Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº 27.898, p. 12, publicado em 30 de abril de 2021, Disponível em:

<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16306#/p:12/e:16306?find=Decreto%20n%C2%BA%20917%20de%2029%20de%20abril%20de%202021>, Acesso em 15 de jul de 2022.

MATO GROSSO, **LEI Nº11.327, de 24 de março de 2021** - Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT Nº 27.966. 25 de Março de 2021 <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16261#/p:5/e:16261?find=LEI%20N%C2%BA%2011.327> Acesso em: 12 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, **Nota técnica conjunta SEDUC/SES/MT nº 001/2020**, publicada e 27/07/2020. Disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/16437409/Nota+T%C3%A9cnica+n%C2%BA+001-2020-1+Conjunta%281%29.pdf/4e04d662-d18a-e4aa-c35c-de80418f1811> Acesso em 27 de jun. de 2022.

MATO GROSSO, **Nota técnica conjunta SES/SEDUC/MT nº 001/2021** Secretaria de estado de Saúde e Secretaria de estado de Educação <http://www.mt.gov.br/documents/8125245/0/NOTA+T%C3%89CNICA+CONJUNTA+SES-SEDUC-MT+N%C2%BA+001-2021++ASSINADA/97c42deb-5ccc-2a8d-544b-9f7da0fa1359> Acesso em 03 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, **Nota técnica conjunta SES/SEDUC/MT nº 001/2022** Secretaria de estado de Saúde e Secretaria de estado de Educação <http://www3.seduc.mt.gov.br/documents/17031841/0/NOTA+T%C3%89CNICA+CONTUNTA+SES-SEDUC+N+001.2022.pdf/1571ea53-bb9e-25f0-c54d-da172ab62acc> Acesso em 03 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, **Nota técnica conjunta SES/SEDUC/MT nº 002/2020** Secretaria de estado de Saúde e Secretaria de estado de Educação Disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/16437409/Nota+T%C3%A9cnica+n%C2%BA+001-2020-1+Conjunta%281%29.pdf/4e04d662-d18a-e4aa-c35c-de80418f1811> Acesso em 27 de jul. 2022.

MATO GROSSO, **Nota técnica conjunta SES/SEDUC/MT nº 002/2021** Secretaria de estado de Saúde e Secretaria de estado de Educação <http://www3.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/9121200/NOTA+T%C3%89CNICA+CONJUNTA+SES-SEDUC.pdf/a7c6dd44-b8b4-a1d5-25f9-f6370161f5ac> Acesso em 03 de jul. 2022.

MATO GROSSO, **Portaria nº 164/2021/GS/SEDUC/MT**, Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº27.971, p. 30, disponível em: https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16228#/p:26/e:16228?find=Portaria%20n%C2%BA%20164_2021_GS_SEDUC_MT Acesso em 14 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, **portaria Nº 298/2021/GS/SEDUC/MT**. Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT. dia 04 de Maio de 2021, disponível em: <http://www.mt.gov.br/documents/8125245/0/PORTARIA+298/89fbe3c2-0d88-5245-7a9b-8308df94056d> Acesso em 12 de jul. 2022.

MATO GROSSO, **Portaria nº 333/2021/GS/SEDUC/MT**, Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº28.000, p. 15, disponível em:

https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16331#/p:15/e:16331?find=Portaria%20n%C2%BA%20333_2021_GS_SEDUC_MT Acesso em 15 jul. de 2022.

MATO GROSSO, **Portaria nº 374/2020/GS/SEDUC/MT**. Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº27.800, p18 disponível em:

<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/15978#/p:18/e:15978?find=Estabelece%20diretrizes%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20assiduidade%20dos%20servidores%20p%C3%BAblicos%20da%20Secretaria> . Acesso em 14 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, **Portaria nº 399/2021/GS/SEDUC/MT**, Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº28.014, p. 20, disponível em:

https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16356#/p:20/e:16356?find=Portaria%20n%C2%BA%20333_2021_GS_SEDUC_MT Acesso em 15 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, **Portaria nº 417/2020/GS/SEDUC/MT**. Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº27.820, disponível em:

https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16014#/p:18/e:16014?find=417_2020_GS_SEDUC_MT. Acesso em: 14 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, **Portaria nº 603/2020/GS/SEDUC/MT**. Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº27.874, p16 disponível em:

https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16092#/p:16/e:16092?find=Portaria%20n%C2%BA%20603_2020_GS_SEDUC_MT . Acesso em 14 de jul. de 2022.

MATO GROSSO, **Portaria nº227/2020/GS/SEDUC/MT**, Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº27.971, p. 30, disponível me:

https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16273#/p:30/e:16273?find=Altera%20e%20Prorroga%20os%20efeitos%20da%20Portaria%20n%C2%BA%20164_2021_GS_SEDUC_MT Acesso em 14 de jul. 2022.

MATO GROSSO, **Portaria nº536/2020/GS/SEDUC/MT**, Publicado em: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso IOMAT, Nº27.859, p. 64, disponível em:

<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16071#/p:64/e:16071?find=Estabelece%20diretrizes%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20assiduidade%20dos%20servidores%20p%C3%BAblicos%20da%20Secretaria> Acesso em 14 de jul. de 2022.

MORAES, Maria Candida. **Informática educativa no Brasil**: uma história vivida, algumas lições aprendidas. Revista Brasileira de Informática na Educação, v. 1, n. 1, dez. 1997 Disponível em: <https://edumidiascomunidadesurda.files.wordpress.com/2016/05/maria-candida-moraes-historia-da-informatica-educativa-no-brasil.pdf> . Acesso em 19 de jul. de 2022.

MORAES, Raquel de Almeida. **Informática educativa no Brasil**: das origens à década de 1990. Uberlândia: Navegando publicações, 2016. Disponível em:

<https://www.editoranavegando.com/livro-raquel> Acesso em 19 de jul. de 2022.

ORLANDI, E. **Michel de Pêcheux e a Análise do Discurso**. Revista Estudos de Linguagem, Vitória da Conquista, nº 1, p. 9 -13, 2005a. Disponível em:

<file:///C:/Users/wagne/Downloads/973-Manuscrito%20em%20formato%20word%20com%20todos%20os%20dados-1629-1-10-20170905.pdf> Acesso em 26 de dez. de 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso:** Princípios e Procedimentos. 12. ed. Campinas SP: Pontes, 2015

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio:** No movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura.** 8º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Introdução às ciências da linguagem:** discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Paráfrase e polissemia:** a fluidez nos limites do simbólico. Campinas, Rua – Revista do núcleo de desenvolvimento da criatividade da Unicamp NUDECRI. Campinas: UNICAMP, n. 4, 1998, p. 9-19.

ORLANDI, Eni Punicelli, **Discurso e Texto:** Formulação e Circulação dos Sentidos. São Paulo: Pontes, 2001

PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória.** In: ACHARD, P. *et al.* (Org.) Papel da memória. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. (1975) Tradução de Eni Orlandi et al. 5.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014. (título original: *Las verités de la Palice*).

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-1969). In: GADET Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Unicamp, 2010.;

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** Estrutura ou acontecimento. Tradução de E. P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2015.

APÊNDICES

Link para os textos Analisados

<https://drive.google.com/drive/folders/164ZIrYu8Gyes58Vi5SUdOAhc3FRkkw5L?usp=sharing>

Link para os textos Seleccionados

<https://drive.google.com/drive/folders/1XiO7NnrUeEO40I65H7Vuws-ISkLq0Xpn?usp=sharing>